



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)



Thayná Cavalcanti Peixoto

**Orientadora: Profª.Drª. Cláudia Engler Cury
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos**

**JOÃO PESSOA - PB
2017**

**JOSÉ RODRIGUES DA COSTA: UM TIPÓGRAFO NA CIDADE DA
PARAHYBA (1848-1866)**

Thayná Cavalcanti Peixoto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cláudia Engler Cury
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA– PB
2017

P379j Peixoto, Thayná Cavalcanti.

José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866) / Thayná Cavalcanti Peixoto. - João Pessoa, 2017.

158 f. : il. -

Orientadora: Cláudia Engler Cury.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/ CCHLA

1. José Rodrigues da Costa - Biografia. 2. Cultura escrita.
3. Cidade da Parahyba. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 929(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ RODRIGUES DA COSTA: a trajetória de um tipógrafo na Cidade da Paraíba
(1848-1866)

Thayná Cavalcanti Peixoto

Dissertação de Mestrado avaliada em 30/03/17 com conceito APROVADA

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Cláudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Professora Doutora Socorro de Fátima Pacifico Barbosa
Programa de Pós Graduação em Letras - Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Externa

Professora Doutora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

JOÃO PESSOA

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha amada família, formada pela minha querida mãe Cristiana, que dedicou todo o amor do mundo à mim, ao meu grande amor, Magno, que sempre esteve ao meu lado, me dando o maior apoio, carinho e atenção, e ao meu lindo cachorrinho, Frodo, que desde que chegou à nossa casa trouxe mais brilho e alegria às nossas vidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à pessoa mais maravilhosa que conheço, que sem ela eu não teria chegado aonde cheguei, à melhor mãe do mundo, que fez de mim a melhor pessoa que eu poderia pedir. Ela que dedicou sua vida e todo o amor do mundo à mim, que foi minha mãe e meu pai, meu tudo, a vida inteira. Obrigada por sempre apoiar meus sonhos, e limitar meus devaneios, por sempre ter acredito em mim. Te amo profundamente!

A Magno, meu amor, meu companheiro, meu amigo, meu alicerce, minha força quando estou fraca, minha confiança quando estou insegura, a minha alegria quando estou triste. Desde que a gente começou a namorar eu conheci a melhor versão de mim. Obrigada por sempre ter acreditado na minha capacidade, e de nunca ter desistido, de sempre me mostrar o melhor caminho. Te amo imensamente!!

À família de Magno: Bethy, Marcos, Pablo, Segundo e Penha que me acolheram como um membro da família desde sempre. Amo vocês!

Ao meu filho de patas, Frodo, que mesmo sem falar e escrever me transmitiu da sua maneira o maior amor que eu poderia ganhar. Por isso gostaria de deixar marcada nessas páginas a importância de sua existência na minha vida.

À minha orientadora, Professora Cláudia Cury, à qual sou imensamente agradecida por todo seu acolhimento, atenção, paciência, por todas as trocas de conhecimento e pela confiança que depositou em mim para que este trabalho se tornasse possível. Muito Obrigada!

Às Professoras Leitoras, Serioja Mariano e Socorro Barbosa por terem aceitado o convite de ler este trabalho, e às suas respectivas sábias e construtivas palavras que me ajudaram a melhorar meu texto.

Aos Professores Carla Mary e Antonio Carlos que, com toda a sua atenção, aceitaram o nosso convite, e se disponibilizaram à serem suplentes da banca.

A todos do GHENO que me acolheram, e que foram fundamentais no meu crescimento enquanto historiadora, por meio de reuniões formais e informais, e principalmente, pelo imenso esforço de todos em coletar e disponibilizar fontes que foram fundamentais durante toda minha trajetória enquanto pesquisadora.

À equipe responsável pela organização do Arquivo Privado Maurílio de Almeida, não só pelo seu trabalho mas por terem me recebido muito bem e por terem me dado a oportunidade de ter encontrado fontes que foram essenciais para a construção dessa pesquisa.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual não poderia ter me dedicado integralmente à minha pesquisa e à escrita desta dissertação.

Na UFPB ao longo dos anos, tanto na Graduação e principalmente no Mestrado formamos a nossa trupe “Luiz e as sete mulheres”. Luiz Burity e as outras seis mulheres: Carla Almeida, Dayanne Deyse, Janyne Barbosa, Juliana Dantas, Larissa Bagano e Myraí Segal. Todos éramos conhecidos, mas que com o passar dos anos na Universidade, e com a força do destino, o universo nos convergiu cada vez mais para perto, até chegar ao patamar da amizade maravilhosa que temos hoje. Myraí, Juliana, Luiz, Dayanne e Larissa foram meus companheiros de sala do Mestrado, mas nessa fase também ganhei uma grande amiga Shirley, com seu jeito meigo de ser, e que também sempre depositou confiança em mim. Com todos vocês foi possível vivenciar ótimas reuniões de estudos, discussões dos nossos textos, nossas viagens, e principalmente os seus conselhos e críticas que foram fundamentais para que este trabalho se tornasse possível! Muito obrigada! Amo vocês!

À minha amiga irmã Iasmim, que sempre esteve ao meu lado, muito obrigada por ter compartilhado comigo tantas aventuras.

À Tatiana, que é uma das minhas amigas do coração, ao qual levo sempre ao meu lado. Muito obrigada por dividir tantos momentos maravilhosos comigo.

Muito obrigada a todos que de alguma forma fizeram e ainda fazem parte dessa caminhada comigo, e desculpa pois não tenho muito jeito com agradecimentos. Abraços!

RESUMO

Dos prelos da *Typographia de José Rodrigues da Costa*, foram impressos sucessivamente documentos provinciais dos anos de 1848 a 1862, além de uma média de 12 jornais e seis escritos de autores da província paraibana, entre 1848 a 1866. Devido a importância do proprietário deste estabelecimento tipográfico, enquanto um renomado tipógrafo, este trabalho tem por objetivo dissertar a trajetória de José Rodrigues da Costa enquanto um importante produtor e difusor da cultura escrita na capital da Província da Paraíba do Norte, entre os anos de 1848 e 1866 (ano de sua morte). Para tanto, considero José Rodrigues da Costa um intermediário da cultura escrita partindo pelo que Robert Darnton (2010) categorizou de *intermediários* da literatura: aqueles que desempenharam atividades de editores, tipógrafos, impressores, livreiros, etc., que foram responsáveis tanto pela produção quanto pela propagação dos impressos em suas respectivas épocas. Atrelado a isso, é necessário que se acrescente as noções de culturas políticas e redes de sociabilidade, para identificar se as relações sociais estabelecidas pelo tipógrafo influenciaram ou não sua permanência no mercado de impressão na capital. Deste modo, a pesquisa baseia-se em um amplo conjunto de fontes, composto em sua maioria pelos jornais e alguns dos escritos impressos em sua oficina, e pela obra de Eduardo Martins *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* (1978), que é referência sobre a trajetória do estabelecimento. Desta forma, foi possível identificar que o tipógrafo foi responsável pela produção de vários gêneros de impressos, e chegou ao ápice de sua atuação enquanto um intermediário da cultura escrita, na minha opinião, quando imprimiu um jornal de sua propriedade, *O Publicador*, esse que se tornaria um dos mais duradouros jornais da Paraíba no período imperial.

Palavras-chave: José Rodrigues da Costa; intermediário da cultura escrita; Cidade da Paraíba.

ABSTRACT

From the printing- machines of the *Typographia de José Rodrigues da Costa*, provincial documents from the years 1848 to 1862 were printed successively, in addition to an average of 12 newspapers and six writings by authors from the province of Paraíba between 1848 and 1866. Due to this objective, this work has the objective of describing a trajectory of José Rodrigues da Costa, a major producer and disseminator of written culture in the capital of the Northern Paraíba Province, between 1848 and 1866 (the year of his death). Therefore, I'm considering José Rodrigues da Costa as an intermediary of the written culture, based on what Robert Darnton (2010) categorized as *literary intermediaries*: those who performed the activities of editors, typographers, printers, booksellers, etc., who were both responsible for the production as well as for the propagation of printed matter in their respective epochs. Linked to this, it is necessary to add the notions of political cultures and networks of sociability, to identify if the social relations established by the typographer influenced or not their permanence in the printing market in the capital. In this way, the research is based on a wide set of sources, composed mostly by newspapers and some of the writings printed in his workshop, and by the work of Eduardo Martins: *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* (1978), which is a reference on the trajectory of the typographic establishment. Thus, it was possible to identify that the typographer was responsible for the production of several printed genres, and reached the top of his performance as an intermediary of the written culture, in my opinion, when he printed a newspaper of his property, *O Publicador*, which would become one of the most enduring newspapers of Paraíba in the imperial period.

Key words: José Rodrigues da Costa; intermediate of print culture; City of Parahyba.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Jornais identificados entre as décadas de 1830 e 1840	52
QUADRO 2	Jornais identificados na década de 1850	58
QUADRO 3	Jornais identificados na década de 1860	65
QUADRO 4	Documentos oficiais impressos pela tipografia de J. R. da Costa mais informações e observações sobre os respectivos administradores da província	77
QUADRO 5	Periódicos impressos pela Tipografia de José Rodrigues da Costa (1849-1866)	86
QUADRO 6	Obras impressas pela Tipografia de José Rodrigues da Costa (1848-1865)	101
QUADRO 7	Homens que imprimiram na Typ. De José Rodrigues da Costa e também ingressaram a Irmandade da Misericórdia	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>Correio Official Parahybano</i>	87
Figura 2- <i>A Ordem</i>	88
Figura 3- <i>O Governista Parahybano</i>	91
Figura 4- <i>Alva Jornal Litterario</i>	92
Figura 5 - <i>Jornal da Assemblea</i>.....	95
Figura 6- <i>O Parahybano</i>	95
Figura 7- <i>A Epoch</i>	97
Figura 8- <i>O Imparcial</i>	98
Figura 9 - <i>Diario da Parahyba</i>.....	99
Figura 10- <i>Memorias das Viagens</i>, de Francisco Pereira da Silva, Parahyba (1848)	102
Figura 11 - Ensaios para a estatística da provincia da Parahyba do Norte, parte I.	104
Figura 12- <i>Lições de Rethorica</i>, de Manoel Caetano Vellozo, Parahyba (1849)	105
Figura 13- <i>Instrucções Sanitarias Populares</i>, Antonio da Cruz Cordeiro, Parahyba, 1862	107
Figura 14- <i>Mosaico: Poesias Traduzidas</i>. Joaquim Serra, Parahyba, 1865	109
Figura 15- <i>O Publicador</i> , 10 de setembro de 1862	123
Figura 16- <i>O Publicador</i>, 2 de Setembro de 1862.....	130
Figura 17 - <i>O Publicador</i>, 20 de dezembro de 1862.	132
Figura 18- <i>O Publicador</i>, 15 de outubro de 1864.	133

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
<i>Caminhando por rastros para a construção da pesquisa.....</i>	13
2 JOSÉ RODRIGUES DA COSTA: VIDA, LAÇOS AFETIVOS E A IMPRENSA NA CIDADE DA PARAHYBA.....	28
2.1 TRAÇANDO UMA TRAJETÓRIA DE JOSÉ RODRIGUES DA COSTA	28
2.2 PASSEANDO PELA RUA DIREITA DAS “LETRAS” SEUS CRUZAMENTOS	49
3 DA PENA AO PRELO: O QUE SE PUBLICAVA NA TYPOGRAPHIA DE JOSÉ RODRIGUES DA COSTA.....	77
3.1 DOCUMENTOS OFICIAIS: RELATÓRIOS, FALAS E EXPOSIÇÕES	77
3.2 OS PERIÓDICOS	86
3.3 ESCRITOS: DE MEMÓRIAS DE VIAGEM A COMPÊNDIO ESCOLAR	101
4.1 REDES DE SOCIALIZAÇÕES: LAÇOS AFETIVOS E PROFISSIONAIS.....	110
4.2 O PUBLICADOR (1862-1866).....	121
5 REFERÊNCIAS	142
6 ANEXOS	155
7 APÊNDICES	158

1 INTRODUÇÃO

Caminhando por rastros para a construção da pesquisa

Nascia no dia 12 de outubro de 1811, na província da Parahyba do Norte¹, José Rodrigues da Costa. Era o que dizia a nota póstuma escrita em sua homenagem, no exemplar de 12 de novembro de 1866 do jornal *O Publicador*², quatro dias após o seu falecimento. José Rodrigues da Costa teria, portanto, se inserido no fazer da *arte typographica* após completar seus estudos primários, ainda de acordo com a redação de seu jornal (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866). E, após, angariar os seus “primeiros e fracos recursos, que poude obter de seu trabalho e ecconomia” (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866), ele teria decidido aprofundar seus conhecimentos técnicos em Pernambuco. Entretanto, a escola tipográfica da província vizinha ainda “não lhe pareceu o bastante a conseguir o aperfeiçoamento, que desejava, e partio para o Rio de Janeiro” (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866), onde trabalhou, aprimorou suas técnicas gráficas, “e tornou-se um artista tão perito” (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866) publicando impressos em uma tipografia própria.

Entretanto, de acordo com o jornal, fora “O amor da pátria, a saudade de sua velha māi, o chamaram a esta província, onde ele estabeleceu uma pequena e modesta oficina [...]” (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866), esta que foi a *Typgraphia de José Rodrigues da Costa*, em que esteve à frente até seus recém-completados 55 anos de idade, já que, a oito de novembro do ano de 1866 uma grave *apoplexia*³ fulminante tirou todos os seus sentidos e sua vida. Ainda neste mesmo exemplar, na última página, na seção intitulada *Obituário* consta que foi sepultado no *cemitério público*⁴ da capital ao dia 9 de novembro de 1866, “*José Rodrigues da Costa, 55 annos, solteiro, Parahybano; apoplexia.*” (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866).

¹ Utilizarei na dissertação a nomenclatura da época, portanto, quando me reporto à Província da Parahyba do Norte, refiro-me ao atual Estado da Paraíba e ao mencionar Cidade da Parahyba estou me referindo à capital, atual João Pessoa.

² Quando me reportar aos jornais da época, utilizarei a fonte em itálico preservando à nomenclatura do período.

³ **Apoplexia.** Privação repentina do uso dos sentidos e movimento (PINTO, 1832).

⁴ O primeiro cemitério da capital foi construído em 1855, “porém desde 1850 que já havia uma aprovação da Assembleia para a criação do cemitério na cidade da Paraíba” (MARIANO; MARIANO, 2012, p.14). De acordo com Nereida Silva, “o cemitério público da capital não foi o primeiro da Paraíba construído tendo-lhe precedido o de Piancó, no alto sertão” (SILVA, 2016, p.7).

José Rodrigues da Costa “costuma entrar na história da imprensa da Paraíba, porque foi da sua tipografia, herdada por seus filhos após a sua morte, que surgiu o jornal oficial da Paraíba, *A União*, Órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, em 1892” (BARBOSA, 2009, p.52). Além disso, foram impressos nos prelos⁵ de sua tipografia uma grande quantidade de documentos do governo provincial, alguns escritos de autores da província, como também vários jornais que circularam na capital, sendo *O Publicador* (1862-1886), o mais conhecido deles, que além de ter sido de sua propriedade, também foi um dos mais duradouros do período imperial da província.

Na historiografia sobre a imprensa paraibana, o nome de José Rodrigues da Costa, não aparece uma só vez em textos de ampla circulação entre os estudiosos da temática, como: *A Imprensa na Parahyba* (1922), de Alcides Bezerra e *A Imprensa na Paraíba* (1962), de José Leal. Na obra de Antônio Serafim Rêgo Filho, *Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba* (1963), o tipógrafo e seus herdeiros foram mencionados rapidamente como “proprietários do jornal *O Publicador*”. Nesses estudos, fica claro que, o intuito dos historiadores era de descrever os principais títulos e datas de circulação dos periódicos que circularam na Paraíba, tanto na capital quanto em outras cidades, algo característico da escrita história à época dos respectivos autores.

Em 1978, Eduardo Martins⁶ publicou a obra *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* com a intenção de “[...] lembrar aos estudiosos da história da imprensa um dos vultos mais destacados do nosso passado jornalístico e editorial [...]” (MARTINS, 1978, p.13). Neste livro, o autor descreve a trajetória da tipografia desde a sua fundação por José Rodrigues da Costa, passando pela transição sob a direção de seus herdeiros até sua inteira dissolução em 1892.

A partir desta obra ficou, então, conhecida a trajetória do “[...] português José Rodrigues da Costa [...]” (MARTINS, 1978, p. 21. *Grifos meus*), que teria instalado em 1834, na Cidade da Parahyba à Rua Direita, nº 2, a que seria a “primeira” tipografia de iniciativa privada na capital da província (MARTINS, 1978, p.21-23). Segundo o mesmo autor, a abertura deste estabelecimento ocorreu após José Rodrigues da Costa ter arrematado a tipografia, do jornal *O Cruzeiro*⁷, na cidade de Recife, do qual havia feito parte da equipe gráfica, assim como também teria trabalhado na impressão do periódico, *Correio da*

⁵ Máquinas de impressão tipográfica.

⁶ Nascido na cidade de Goiana, Pernambuco, no ano de 1918, faleceu em João Pessoa no ano de 1991. Foi Membro da Academia Paraibana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da Associação Paraibana de Imprensa.

⁷ “[...] jornal político, literário e mercantil [...] redigido, principalmente, pelo Padre Francisco Ferreira Barreto” (MARTINS, 1978, p.21).

*Paraíba*⁸, que o levou a supor do estado de “escassez” de estabelecimentos tipográficos na capital da província Parahyba do Norte, decidindo, então, por instalar uma oficina na capital paraibana.

A *Typographia de José Rodrigues da Costa*, após sua morte em 1866, passou a se intitular de *Typographia dos Herdeiros de José Rodrigues da Costa*, ficando sob os cuidados de seus filhos: “Calecina, chefe da composição, ajudada pelas irmãs Eliza, Francisca e Julia, e o irmão Francisco, que era o impressor” (MARTINS, 1978 p. 24-25). Os herdeiros do tipógrafo continuaram na direção da tipografia até 1892 quando a negociaram com um grupo de particulares, que passou a publicar o jornal *A União*⁹, este muito conhecido por ainda circular até os dias atuais.

O processo para chegar até ao objeto desta dissertação, teve início a partir do meu contato com fontes do século XIX, ainda na graduação, por meio da minha experiência na iniciação científica, vinculada ao Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO¹⁰), que desde 2004 recolheu o material por meio de catalogação, transcrição e digitação de documentos oficiais (como relatórios oficiais de presidentes de província e diretores da instrução pública, listas de pedidos de materiais, de salários, de licença, de aposentadoria, entre outros) referentes à Instrução Pública, presentes no Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte, que foram lançados em versão eletrônica¹¹ para acesso livre aos pesquisadores. Além disso, alguns dos periódicos analisados em minha pesquisa também foram frutos do trabalho do GHENO, que teve início em fins de 2009 junto ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e a Fundação Casa José Américo de Almeida, fotografados por bolsistas PIBIC, principalmente por Thiago Souza, que reuniu um grande número de anúncios, artigos e notícias diversas referentes à instrução na Paraíba, nos jornais: *A Imprensa* (1858), *O Imparcial* (1861), *A Regeneração* (1861/1862), *O Despertador* (1869), *A Opinião* (1877), *A União Liberal* (1879), *Diario da Parahyba* (1884/1885), *O Publicador* (1884/1885/1886) *Jornal da Parahyba* (1881/1882/1883/1886/1887), *Arauto Parahybano* (1888), e *Gazeta da Parahyba* (1888/1889).

Deste modo, o percurso junto à Iniciação Científica, sob a orientação da Profª. Drª.

⁸ Impresso em 1830 em Recife era “órgão oficial do governo provincial presidido por Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, substituído, já a 21 de março do mesmo ano, por Francisco José Meira, o que pode indicar ter tido curta duração” (MARTINS, 1976, p.75).

⁹ “Fundado por Álvaro Machado para ser o porta-voz do Partido Republicano e apoiar a gestão de seu fundador como presidente da província. O número inicial saiu a 2 de fevereiro de 1893. [...] Jornal vivo e dos mais dinâmicos até a data da presente pesquisa” (ARAÚJO, 1985, p.41).

¹⁰ Informações sobre o GHENO disponíveis em: <http://www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno/>

¹¹ Disponível em: <http://sbhe.org.br/modules/publisher/item.php?itemid=109>

Cláudia Engler Cury, culminou na elaboração do meu trabalho de conclusão de curso: *Circulação de Livros, Compêndios e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na Cidade da Paraíba (1822-1889)*, em que aprofundei o que já vinha realizando nos projetos, ou seja, a análise da circulação de livros, compêndios e materiais escolares tanto pelos locais de leitura – bibliotecas, gabinetes e clubes literários -, como nos locais de venda – boticas, livrarias, papelarias, tipografias -, na tentativa de perceber como a *cultura material escolar*¹² do período estava relacionada às relações políticas da sociedade vigente. Por conseguinte, no momento da concepção do meu projeto para a submissão ao Programa de Pós-Graduação em História pela UFPB, pensava em estender este tema com a identificação desses espaços para além da capital, analisando também as vilas de Areia e Campina Grande.

Após meu ingresso ao programa de Pós-Graduação em História da UFPB, no movimento de catalogação das fontes tive acesso a um acervo que ainda não havia consultado: o Arquivo Privado Maurílio de Almeida¹³. Em virtude do contato com a documentação desse acervo e, por meio das consultas ali realizadas, me deparei com livros e jornais de várias décadas do século XIX, impressos por tipografias da província. E, atrelado a esse processo de reconhecimento de novas fontes, cursei a disciplina *Imprensa e Impressos para o estudo do Oitocentos*¹⁴, que possibilitou o aprofundamento dos meus conhecimentos a respeito da imprensa e impressos no século XIX, modificando o meu olhar em relação às fontes que consultava. Foi então que, por meio da minha pesquisa da graduação adicionada aos conteúdos da disciplina, pude perceber a visível importância das tipografias, para se compreender a sociedade do século XIX, especialmente, por terem exercido um espaço de enunciação da vida cultural e política da província.

Surgida a oportunidade de elaborar um artigo final para a disciplina supracitada, a respeito de temas relacionados aos impressos, decidi escrever sobre o universo da *Typographia de José Rodrigues da Costa*, pois a mesma era um espaço de grande recorrência em minha pesquisa, desde a graduação e, foi, então, que obtive o primeiro contato com o livro de Eduardo Martins *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* (1978),

¹² Compreendida como: “[...] os mais diversos componentes materiais ligados ao mundo da educação” (BENCOSTTA, 2007, p.176), relacionadas ao seu tempo e espaço, como também percebidas por meio das relações estabelecidas dentro e fora do mundo escolar.

¹³ Este acervo histórico ainda se encontra em fase de organização pelo Projeto de Extensão da Universidade Federal da Paraíba, coordenado pela Profª. Solange Rocha, que visa a catalogação e organização dos documentos históricos deixados por Maurílio de Almeida, que nasceu em Bananeiras no ano de 1926 e faleceu em 1988. Era médico e foi membro de diversas entidades culturais, entre elas a Academia Paraibana de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

¹⁴ Disciplina ministrada pela Profª. Drª. Cláudia Engler Cury no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, no período de março a julho do ano de 2015.

por ser a obra de referência sobre este espaço. Mas, utilizei seu livro como parâmetro para analisar outras fontes, como os jornais da época e, foi, então, que comecei a encontrar informações diferentes das que Martins (1978) havia afirmado. À título de exemplo, como as que divergem sobre a nacionalidade do tipógrafo e o trajeto percorrido pelo mesmo até o momento da instalação de sua oficina na Cidade da Parahyba, como foi explicitado no início desta introdução.

Como parte dessa discrepância, tem-se no jornal *O Publicador* (12 de novembro de 1866), de propriedade do tipógrafo e, posteriormente, de seus filhos, que José Rodrigues da Costa teria sido natural da província paraibana, e que devido à situação de “atraso” na província decidiu aprofundar seus conhecimentos em Pernambuco, em seguida no Rio de Janeiro, mas a saudade o fez voltar para sua terra natal, levando-o a montar uma tipografia na capital da província paraibana. Entretanto, na obra de Martins (1978) foi apresentado que o tipógrafo seria de nacionalidade portuguesa, e que após trabalhar alguns anos na impressão de um jornal de Recife e um da Parahyba do Norte, teria decidido montar sua oficina na capital paraibana, onde se firmou até os seus últimos dias de vida.

Desta maneira, recorri, então, à historiografia posterior a Eduardo Martins, como a obra de Fátima Araújo *Paraíba: Imprensa e Vida* (1986), mas as informações referentes a José Rodrigues da Costa eram as mesmas afirmadas por Martins (1978). Em relação à historiografia mais recente, a Professora Socorro Barbosa¹⁵ no seu artigo *Intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos* (2010), deu ênfase a três importantes tipógrafos da Paraíba durante o século XIX, sendo um deles José Rodrigues da Costa, em que a autora revelou que: “Na ausência de algumas fontes primárias, a tentação é acreditar nas pesquisas de estudiosos anteriores [...]” (BARBOSA, 2010, p. 206). Além disso, nos estudos mais recentes em que tive acesso, percebi que quando se reportam ao tipógrafo José Rodrigues da Costa, a forte tendência é a de utilizar ou repetir as informações contidas na obra de Eduardo Martins (1978).

Desta maneira, tenho plena convicção da importância do trabalho Eduardo Martins (1978) para esta pesquisa, mas para utilizar essa obra como fonte é preciso levar em consideração, em comum acordo com Michel de Certeau (1982), que a história se escreve por meio de práticas, as quais são frutos de diversos interesses do *lugar social* ao qual o historiador está inserido. Tendo em vista que o peso da instituição histórica e o *lugar social* dos indivíduos refletem no discurso do historiador, e considerando que Martins (1978) foi

¹⁵ Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB.

membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, torna-se compreensível que sua narrativa de cunho descritivo e, muitas vezes, despreocupada em indicar aos leitores a localização dos documentos, pertence às regras e práticas forjadas e impostas pelos interesses desta instituição à sua época.

Logo, por não ter conhecimento e nem acesso aos mesmos documentos utilizados por Eduardo Martins (1978), em relação às afirmações reverberadas pelo autor, foi que resolvi encarar o desafio de trilhar outros caminhos e fontes tendo como inspiração as seguintes suposições: a de que Martins (1978) não viu este exemplar, especificamente, de *O Publicador*, afirmando que o tipógrafo era natural da província paraibana; de que o autor pode ter tido acesso a outro registro documental contendo informações que diziam que o tipógrafo era de nacionalidade portuguesa, ou a de que o autor após ter tido conhecimento da nacionalidade de José Rodrigues da Costa, preferiu omitir e elevar a figura do tipógrafo a de um europeu, na tentativa de dar mais destaque a este sujeito “tão importante” no mercado impresso da província.

Assim sendo, desde o momento que decidi escrever o artigo sobre a tipografia de José Rodrigues da Costa, fui em busca de outras fontes e acervos, o que me levou a encontrar cada vez mais informações sobre sua vida, algumas que foram omitidas, ou até mesmo, que não estão presentes na obra de Eduardo Martins (1978). Por conseguinte, determinamos conjuntamente, eu e minha orientadora, que deveríamos alterar o objeto desta pesquisa. Desta maneira, essa dissertação objetivou traçar a trajetória do tipógrafo José Rodrigues da Costa enquanto um protagonista da produção e difusão da cultura escrita na província da Parahyba do Norte.

Arriscamos dizer que, as histórias que envolvem a trajetória de vida de José Rodrigues da Costa e as histórias abrangendo a sua tipografia se misturam na construção desse texto dissertativo. Para tanto, o recorte inicial da dissertação baseou-se no impresso mais antigo que consegui localizar publicado em sua tipografia, trata-se de: *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847*¹⁶, que fora impresso em 1848, presente no Arquivo M. de Almeida. Segundo Eduardo Martins, o tipógrafo teria instalado sua oficina gráfica em 1834, mas, o autor não apresentou qual/quais documento(s) se baseou para fazer tal inferência.

De acordo com a legislação, mais precisamente o Código Criminal de 1830¹⁷, todo e

¹⁶ Este impresso não fora mencionado nas obras de Eduardo Martins (1978), e na de Socorro Barbosa (2010).

¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm.

qualquer estabelecimento tipográfico deveria ser registrado perante as Câmaras das respectivas cidades ou vilas, senão estariam sujeitos a multas.

Art. 303. Estabelecer officina de impressão, lithographia, ou gravura, sem declarar perante a Camara da cidade, ou villa, o seu nome, lugar, rua, e casa, em que pretende estabelecer, para ser escripto em livro proprio, que para esse effeito terão as Camaras; e deixar de participar a mudança de casa, sempre que ella aconteça. Pena - de multa de doze a sessenta mil réis (BRASIL, 16 de dezembro de 1830).

Contudo, até o momento, ainda não foi possível localizar nenhum documento referente ao ano de instalação da tipografia de José Rodrigues da Costa. Ademais, o recorte final da pesquisa está baseado no ano de falecimento do tipógrafo, 1866, pois ele estava em plena atividade de suas funções enquanto tipógrafo e um repentino mal estar lhe tirou a vida e, porque, além disso, entendemos que os rumos da tipografia após a sua morte merecem estudo específico.

Durante muito tempo, na historiografia relativa aos estudos sobre impressos no Brasil do século XIX, estiveram sob a luz dos holofotes, a preocupação com os conteúdos, com as formas dos veículos de circulação da palavra impressa, na tentativa de decifrar quem foram seus possíveis redatores e autores, já que a prática do anonimato na imprensa era recorrente (BARBOSA, 2007). Nesse sentido, as pessoas responsáveis pela edição, composição gráfica, impressão e distribuição dos impressos, que fizeram as letras saírem dos prelos até às mãos dos leitores, apareciam apenas como coadjuvantes, ou, muitas vezes, caíram no esquecimento, como afirma Robert Darnton:

A velha história literária dividia o tempo em segmentos demarcados pelo surgimento de grandes escritores e grandes livros, [...] o historiador de hoje precisa trabalhar com uma concepção mais ampla de literatura, que leve em conta **os homens e as mulheres em todas as atividades que tenham contato com as palavras**. [...] de modo a incluir algumas **figuras pouco familiares – trapeiros¹⁸, fabricantes de papel, tipógrafos, carroceiros, livreiros, e até leitores**. A literatura livreira faz parte de um sistema que produz e distribui livros. Mas a maioria das pessoas que fizeram funcionar esse sistema desapareceu na história literária. Os grandes homens expeliram os homens médios, **os intermediários** (DARNTON, 2010, p. 150. *Grifos meus*).

Para Robert Darnton (2010), seriam estes homens e mulheres, que desempenharam atividades de *intermediários* da literatura: editores, tipógrafos, impressores, livreiros, distribuidores, que foram responsáveis pela produção e, principalmente, pela difusão dos impressos. Portanto, partindo dessa noção, considero José Rodrigues da Costa, um

¹⁸ De acordo com o Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa *Trapeiros* seria: Indivíduo que negocia em trapos ou em papéis velhos ou os apanha nas ruas para vendê-los; gandaieiro. Fabricante de panos.

*intermediário da cultura escrita*¹⁹ em consonância aos estudos desenvolvidos por Roger Chartier²⁰, porque no caso de José Rodrigues da Costa me parece que ele que teria mediado a passagem da palavra manuscrita para a impressa em gêneros não apenas literários, a exemplo de documentos e jornais de cunho oficial. Nesse sentido, considero o tipógrafo um importante intermediário da cultura escrita, pois acredito que “[...] os tipógrafos e jornalistas do século XIX eram homens de letras, comprometidos com o saber, que reconheceram rapidamente o poder da imprensa e sua força na divulgação do conhecimento”(BARBOSA, 2010, p. 206).

Tendo como referência os estudos sobre a história da imprensa, que nos remetem ao ano de 1450, aproximadamente, informam que, no ocidente, “uma nova técnica, baseada nos tipos móveis e na prensa, transfigurou a relação com a cultura escrita” (CHARTIER, 1999, p.7). Esta técnica reduziu o tempo de produção e o custo do livro, pois, até então, “só era possível reproduzir um texto copiando-o à mão” (CHARTIER, 1999, p.7). Este acontecimento ficou conhecido como a “revolução de Gutenberg”, que foi o responsável por desenvolver a prensa gráfica. Entretanto, de acordo com Roger Chartier (1999) é importante termos em mente que este fato não significou uma “revolução” de imediato no mundo ocidental em relação à cultura escrita, “Há, portanto uma continuidade muito forte entre a cultura dos manuscritos e a cultura do impresso, embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra”(CHARTIER, 1999, p.9).

De qualquer forma parece inegável que o desenvolvimento tecnológico permitiu uma propagação da palavra impressa no mundo ocidental, espalhando-se não só pela Europa, mas “a tipografia e a imprensa se estenderam rapidamente pelas colônias espanholas na América” (MOLINA, 2015, p.16), já que, ainda no século XVI, a Coroa Espanhola havia autorizado a impressão no “Novo Mundo”, no México em 1539 e no Peru em 1583.

No caso do Brasil a imprensa foi proibida até o século XIX, diferentemente dos outros países da América Latina, onde a atividade da imprensa era permitida. De acordo com Regina Zilberman, o que levou o rei D. João V a proibir a propagação da palavra impressa no Brasil foram motivos de razões econômicas, já que “A medida prejudicou o florescimento das Letras na América portuguesa, que, assim, se manteve por muito tempo dependente da benignidade dos editores de livros residentes em Lisboa” (ZILBERMAN, 2007 apud BARBOSA, 2007, p.11). Já Isabel Lustosa, acredita que os portugueses temiam “deixar entrar aqui essas

¹⁹ Estou considerando como a palavra escrita na sua forma impressa ou manuscrita (CHARTIER, 2014, p.43).

²⁰ Considero que Roger Chartier ao longo dos anos se aprofundou nos estudos sobre as diversas relações estabelecidas entre os indivíduos com o mundo da palavra escrita, pelos processos de produção, transmissão e apropriação dos impressos.

novidades e verem, por influência delas, escapar-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil” (LUSTOSA, 2004, p.7). Matías Molina reafirma que “[...] a Coroa não tinha interesse em incentivar a impressão na colônia e que tentava impedir a divulgação de obras e informações sobre o Brasil com medo de atrair cobiça de outros países” (MOLINA, 2015, p.17).

Entretanto, de acordo com Marialva Barbosa (2010) mesmo tendo havido a proibição da produção e circulação de impressos no Brasil até o ano de 1808, com a então criação da Imprensa Régia, isso não significa dizer que ocorreu a total inibição da propagação das ideias durante todos esses anos. Prova disso, segundo Marco Morel e Mariana Barros (2003), é que “havia jornais produzidos na Europa e normalmente recebidos no Brasil pelo menos desde o século XVIII.” (MOREL; BARROS, 2003, p.17). O fato é que, com a chegada do Príncipe Regente D. João, ao Brasil, o mesmo “[...] trouxe consigo não apenas uma inestimável biblioteca, mas também a possibilidade de que, a partir da Imprensa Régia, o Brasil pudesse ser não só consumidor, mas também produtor de material impresso” (OLIVEIRA, 2011, p.56).

A presença do príncipe regente no Brasil era algo tão fora do comum, que tal acontecimento levou o português Hipólito José da Costa a crer na “oportunidade de uma transformação institucional profunda para o Brasil e para Portugal” (LUSTOSA, 2004, p.14) e viu na palavra impressa um meio para a propagação de suas ideias. Logo, tal iniciativa teria levado Hipólito da Costa a publicar, em Londres, o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*.

Dentro desse cenário de mudanças, a presença da Coroa portuguesa no Brasil, trouxe consigo a “necessidade de se fazer imprimir os atos do governo e de divulgar notícias interessantes à Coroa.” (LUSTOSA, 2004, p.8). Eis, que surgiu, em 1808, o primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que “[...] era uma espécie de folha oficial onde se publicavam os decretos e os fatos relacionados com família real” (LUSTOSA, 2004, p.20). O surgimento de periódicos intitulados de *gazetas*, segundo Marco Morel (2009), correspondia à situação do Brasil enquanto colônia, pois:

As gazetas em geral eram oficiais ou oficiosas, isto é, direta ou indiretamente financiadas pelas administrações monárquicas no quadro do Absolutismo, tinham como característica não o debate político, mas o relato (selecionado, como todo relato) das ocorrências no âmbito da Coroa [...] (MOREL, 2009, p. 156).

Até a independência a imprensa no Brasil “[...] divide-se entre oficial e “oficiosa: é o tempo da supremacia do jornalismo como representante da fala oficial do poder político”

(BARBOSA, 2010, p.25). Ademais, com a criação da Imprensa Régia se “inaugura a impressão no Brasil e a circulação regular de periódicos que aqui passam a ser impressos e se tornam, gradativamente, acessíveis a um público mais amplo” (BARBOSA, 2010, p.21), mas, mesmo assim, a circulação de periódicos nesse período se deu de forma lenta. Porém, quando “[...]D. João VI, assinou, por sua vez, um decreto de 2 de março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral” (MOREL; BARROS, 2003, p.24), ocorreu uma “proliferação de jornais, inclusive nas províncias mais distantes do Rio de Janeiro” (BARBOSA, 2010, p.21).

No caso da província da Paraíba do Norte, em 1826, saía dos prelos o seu primeiro periódico: a *Gazetta do Governo da Paraíba do Norte*²¹, que fora fundado pelo presidente de província, à época, Alexandre Francisco de Seixas Machado (SOUZA, 2010). Foi impresso na *Typographia Nacional da Paraíba*, possuía caráter oficial e noticioso, pois era o porta-voz do governo provincial. Este, como é possível perceber, também intitulado de *Gazeta*, que “apresentavam-se, assim, como porta-vozes impressos e autorizados desses espaços de poder [...]” (MOREL, 2009, p. 156). É interessante notar-se que, na província da Paraíba do Norte, não só os jornais, mas algumas tipografias, também, pertenceram ao poder provincial²². Nesse cenário, a *Typographia de José Rodrigues da Costa*, mesmo tendo sido de propriedade particular não impediu que fosse o responsável pela impressão de diversos relatórios de presidente de província, bem como de leis e de decisões da Assembleia Provincial.

Consequentemente, compreender o contexto da imprensa no século XIX, pressupõe entender o cenário no qual trajetória de José Rodrigues da Costa fora inscrita, visto que:

[...] a imprensa é fonte de singular interpretação. Deixando traços significativos da sociedade cujos passos e acontecimentos mais representativos pretendeu retratar, a imprensa também é pródiga em autorreferenciação. Produz textos que falam de seu cotidiano e outros que deixam pistas sobre suas relações com as instâncias de poder (BARBOSA, 2010, p.11).

Dessa forma, acredita-se que os jornais são essenciais para compreender a sociedade brasileira do século XIX, já que os periódicos da época trazem consigo não só aspectos do cotidiano, mas também “[...] o jornal no século XIX é, por excelência, o lugar do diálogo, do debate, da fofoca e das polêmicas, sejam aquelas comezinhas, sejam as grandes e célebres”

²¹ Exemplar de número 27 disponível no Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: www.memoria.bn.br

²² Como foi o caso da *Typographia Nacional da Paraíba*, administrada pelo inglês Walter Boardman, e a *Typographia Municipal*. Para mais informações ver Bezerra (1922).

(BARBOSA, 2007, p.18). Em vista disso, “[...] não é mais possível escrever uma história da vida cultural brasileira oitocentista sem a consulta aos jornais da época” (BARBOSA, 2007, p.18). Mas, de qualquer forma, as fontes de cunho jornalístico precisam ser problematizadas e contextualizadas, principalmente, porque suas páginas representaram um espaço de disputa política, além de terem sido um dos mais importantes veículos de informação no período, ou melhor:

A imprensa periódica se estabelecia, nesses termos, como elemento essencial para a *cultura política* do século XIX brasileiro, entendendo que sua vigorosa produção e circulação eram alimentadas, em boa parte, pelas atividades políticas desenvolvidas nesse momento histórico (JINZENJI, 2010, p.20).

Nessa direção, a assimilação do conceito de culturas políticas é de essencial importância para se compreender tanto a atuação de José Rodrigues da Costa enquanto tipógrafo, como o que os seus impressos pretendiam transmitir sobre a sociedade daquele momento. Compreende-se as culturas políticas compartilhando da noção de Serge Bernstein (1988), quando afirma que no mesmo espaço nacional é necessário privilegiar a “pluralidade das culturas políticas” (BERSTEIN, 1988, p.354). Sendo assim, corrobora-se com a obra de Rodrigo Patto Motta (2014), quando as define como:

[...] um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2014, p.21).

Atrelado ao conceito de culturas políticas, é importante que se adicione a noção de redes de sociabilidade, que de acordo com Jean-François Sirinelli (2003 [1988]) as “redes”, se formam por meio de laços atados em torno de afinidades ideológicas e culturais formadas entre pessoas de um mesmo mundo, como a redação de uma revista, por exemplo.

Já as sociabilidades, segundo Sirinelli (2003), são estruturadas majoritariamente por duas forças antagônicas, “pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem”, e pela força de exclusão que seriam as “posições tomadas, debates suscitados, e as cisões” (SIRINELLI, 2003, p.249). Somada a essa compreensão, concorda-se com Ângela de Castro Gomes (1993) quando a mesma afirmou que as redes (vínculos que reúnem determinado grupo) de sociabilidades são construídas por um espaço “geográfico” (salões, cafés, escolas, editoras) e ao mesmo tempo “afetivo” composto pelas relações de “amizade/cumplicidade e de hostilidade/rivalidade, como também a marca de uma certa

sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupos especiais” (GOMES, 1993, p.65).

Sendo assim, pretendeu-se perceber, nas entrelinhas, quais os sujeitos que tiveram seus jornais e livros publicados na tipografia de José Rodrigues da Costa e, principalmente, me aproximar das intrigas e enredos políticos ao momento que José Rodrigues da Costa imprimiu os documentos oficiais, já que “as disputas entre liberais e conservadores e a alternância dos mesmos no poder foram características do Império brasileiro” (SEGAL, 2014, p.14). Visto que, tal circunstância era algo intrínseco ao panorama da imprensa no Brasil do século XIX, que:

Estava imerso naquela sociedade e em suas relações, na qual a esfera pública, política e cultural, embora se formasse com sua especificidade, era marcada pela presença do Estado (e seus agentes governamentais) e pelos interesses privados [...] (MOREL; BARROS, 2003, p.95).

Desta maneira, a partir das noções de culturas políticas e de redes de sociabilidades, se faz possível a compreensão da inserção de José Rodrigues da Costa na sociedade paraibana oitocentista. Ademais, pretendeu-se identificar se as relações sociais estabelecidas pelo tipógrafo influenciaram ou não sua permanência no mercado de impressão na capital. Nesse sentido, além de ter se mantido durante anos imprimindo documentos oficiais, jornais e algumas escritos, acredito que o ápice de sua atividade enquanto um intermediário da cultura escrita se deu com a impressão do jornal *O Publicador* (1862), de sua propriedade, com um corpo redacional composto por pessoas politicamente influentes na província, tais como o Padre Lindolfo Correia das Neves²³ e o médico Antonio da Cruz Cordeiro²⁴.

Para tanto, é preciso ter em mente que a absorção desses conceitos foi fundamental para uma melhor compreensão e análise do *corpus* documental desta pesquisa. Deste modo, foi preciso voltar o olhar “sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 2012, p.149-150) para desenhar a trajetória do tipógrafo, José Rodrigues da Costa, que está sendo construída com base em uma grande variedade de fontes.

²³ “Em 1850 foi eleito pelo Partido Conservador, deputado provincial; em 1858 é novamente eleito; agora pela Liga, que depois da Conciliação unia parte dos conservadores e uma dissidência liberal; em 1860, passa para o Partido Liberal, sendo eleito não apenas deputado provincial, mas também Presidente da Câmara e finalmente pelo mesmo partido chega à Câmara Geral, permanecendo como um dos cinco representantes da Paraíba na Corte, de 1864 a 1870.” (BARBOSA, 2009, p.109).

²⁴ “Antonio da Cruz Cordeiro nasceu na vila de Independência (atual cidade de Guarabira) na província da Paraíba, em 29 de novembro de 1831, [...] fez seus estudos no Lyceu paraibano, e aos vinte e cinco anos, em 1856, concluiu a Faculdade de Medicina da Bahia” (MARIANO, 2015, p. 300), produziu livros, artigos, entre outros impressos, “Foi deputado provincial, representando o partido liberal, por três legislaturas (na 15^a legislatura de 1864- 1865; na 16^a de 1866-1867 e 17^a de 1868-1869). Atuou como diretor do Hospital da Misericórdia” (MARIANO, 2015,p. 300) e, atuou “na Guerra do Paraguai (1864-1870), como Tenente e 2º cirurgião no Corpo de Voluntário da Pátria, no primeiro contingente da Paraíba”(MARIANO, 2015,p. 301).

Diante da disponibilidade de jornais da Paraíba no século XIX em acervos digitais, a exemplo do site *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*²⁵, e o da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, consegui localizar alguns dos impressos da tipografia de José Rodrigues da Costa. Além disso, o Arquivo Privado Maurílio de Almeida foi essencial para a descoberta de uma gama de outras fontes, tais como jornais, livros, relatórios e coleção de leis da província da Parahyba do Norte, todas essas de fundamental importância para a construção desta dissertação.

Para compreender quem foram as pessoas que fizeram parte do círculo de sociabilidade de José Rodrigues da Costa, recorri à coleção de documentos, referentes à instrução pública, catalogada pelo GHENO, visto que:

[...] principais redatores dos periódicos analisados exerciam diversas funções públicas, inclusive como presidente de província, e muitos deles participaram da vida escolar, seja como professor ou como diretor de instrução. [...] (PEIXOTO, 2013, p.19).

Para traçar a genealogia dos descendentes de José Rodrigues da Costa, bem como para identificar relações de compadrio estabelecidas por ele, utilizou-se o Banco de Dados dos Assentos de Batismo dos anos de 1833 a 1866 do Arquivo Eclesiástico (AEPB), fruto do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares (2009-2011), coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha²⁶. Tais documentos são riquíssimos, pois possuem “data do evento, nome do batizado, nome dos pais, tipo de filiação, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um padrinho e uma madrinha e a assinatura do sacerdote.” (DOURADO, 2014, p.18). Informações de extrema importância para se traçar as relações de sociabilidades estabelecidas por meio do compadrio, que era firmado entre duas famílias baseado na “reciprocidade, as trocas de afeto, de bens materiais ou qualquer outra deveriam beneficiar as duas partes envolvidas” (ROCHA, 2007, p. 240).

Além das fontes supracitadas, também tive contato com um índice de fontes catalogadas perante o Acervo do Cartório Monteiro da Franca, disponibilizados pela Professora Solange Rocha, em que pude localizar o processo de *Autoamento*²⁷ de uma petição

²⁵ O site *Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX*, organizado pela Profª. Drª. Socorro Pacífico Barbosa, abriga, desde 2007 projetos de pesquisa financiados pelo CNPq que, tomando como corpus os jornais paraibanos, tenta reconstituir, as categorias históricas das práticas leitura e de escrita do século XIX, na Paraíba.” <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/sobre.html>

²⁶ Professora do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História da UFPB.

²⁷ De acordo com a Enciclopédia Jurídica, autuamento significa: Ato de reunir ao processo, após o termo de autuação, peças apresentadas ou mandadas juntar. Autuante é o sujeito ativo da autuação. Disponível em: <http://www.encyclopedia-juridica.biz14.com/pt/d/autuamento/autuamento.htm>

da tutora Joanna Maria do Rosário Costa, de 1873. Este documento possui 50 páginas, em que a esposa de José Rodrigues da Costa muito tempo depois de seu falecimento, entra com um pedido de tutoria de seus filhos. À vista disso, contêm informações que foram essenciais para se compreender quem foi o tipógrafo, qual era a formação de seu núcleo familiar e a situação de seu estabelecimento tipográfico. Para tanto, por meio do cruzamento dessa fonte foi possível encontrar dados que contradizem, ou até mesmo, não foram mencionados por Martins (1978).

Acredita-se, então, que o desafio dessa pesquisa encontrou-se no fato de não apenas reproduzir o que já foi escrito por Eduardo Martins (1978), ao descrever a trajetória da tipografia, enquanto um local bem conceituado e de longa atividade perante sua sociedade, mas sim de entender o porquê desse prestígio. Penso que as relações sociais estabelecidas por José Rodrigues da Costa, foram essenciais para que a sua tipografia conseguisse atingir esse patamar diante do cenário da palavra impressa na capital, ao ponto de conseguir publicar o que teria sido o primeiro jornal de circulação diária da capital da província, e que teve como principal redator, o Padre Lindolfo Correia das Neves, um dos homens mais influentes politicamente na província conforme já foi dito anteriormente.

Pelas razões acima expostas, a dissertação se inicia com o capítulo, intitulado “**José Rodrigues da Costa: vida, laços afetivos e a imprensa na Cidade da Parahyba**”, em que foram explicitadas algumas informações sobre a trajetória de vida do tipógrafo, por meio da construção dos seus laços familiares e de amizade. Em seguida, procurou-se levar o leitor a um breve passeio pela Rua Direita (atual Duque de Caxias), que abrigou a tipografia em quatro diferentes casas até o ano de falecimento de seu proprietário, como também pelos seus cruzamentos, na tentativa de identificar os tipos de estabelecimentos que cercaram esse espaço de difusão da palavra impressa.

No capítulo, “**Da pena ao prelo: o que se publicava na Typographia de José Rodrigues da Costa**” foram analisados os impressos publicados na tipografia de José Rodrigues da Costa, nos seus vários gêneros: documentos oficiais, jornais e escritos. Identificando quais tipos de documentos oficiais foram impressos, quais os jornais e seus respectivos impressores, como também, escritos de autores da província, na tentativa de compreender a rede de relações estabelecidas pelo tipógrafo com estes outros homens das letras.

Por fim, no terceiro capítulo, “**O tipógrafo e suas redes de sociabilidades**”, a intenção foi a de aprofundar a questão iniciada acima sobre quais sujeitos imprimiram na oficina de José Rodrigues da Costa, tentando traçar um perfil das relações, seja de amizade ou

de cunho profissional, que o tipógrafo estabeleceu. Por último, analisou-se *O Publicador*, dos anos de 1862 a 1866, com intuito de identificar tanto características de cunho mais técnico quanto seu conteúdo, na expectativa de ampliar a compreensão sobre o seu papel enquanto intermediário da cultura escrita na capital.

2 JOSÉ RODRIGUES DA COSTA: VIDA, LAÇOS AFETIVOS E A IMPRENSA NA CIDADE DA PARAHYBA

2.1 TRAÇANDO UMA TRAJETÓRIA DE JOSÉ RODRIGUES DA COSTA

Falleceu no dia 8 do corrente, ás 10 horas da noite, o proprietario d'este jornal José Rodrigues da Costa, victima de uma apoplexia²⁸ fulminante, que o roubou em poucos minutos a sua familia e amigos, [...] Sepulto-se no dia 9 no cemiterio publico desta cidade, acompanhado das pessoas mais gradas desta capital, cuja sympathia e amisade tinha sabido captar por suas distinctas qualidades, tracto ameno, honradez e probidade. Nascido a 12 de outubro do anno de 1811, contava 55 annos de idade, que elle soube empregar de uma maneira util á sua familia e ao paiz. Natural d'esta província, apenas tinha completado sua instrucção primaria, dedicou-se á arte typographica, então aqui em muito atrazo (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866. Grifos meus)²⁹.

Tendo como referência o extrato do jornal *O Publicador* por ocasião das homenagens póstumas a José Rodrigues da Costa e o livro de Eduardo Martins (1978), ambos mencionados na introdução dessa dissertação, e cujas informações acerca de sua naturalidade se apresentam em antagonismo foi necessário recorrer a outros documentos que fossem capazes de fornecer informações mais consistentes sobre a vida do tipógrafo. Além do mais, a nota póstuma, transcrita acima, se trata de uma escrita jornalística, sendo assim considerei a hipótese de que a redação do periódico poderia estar tentando elevar a figura do tipógrafo à *natural d'esta província* para causar mais comoção.

Como explicitado acima, o jornal afirmou que o tipógrafo nasceu na província da Paraíba do Norte no ano de 1811, entretanto, quanto aos assentos de batismo “No caso da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, localizada na cidade da Paraíba (atual João Pessoa), os registros mais antigos que estão disponíveis são datados do ano de 1833” (DOURADO; ROCHA, 2014, p. 1250), e óbitos a partir do ano de 1869. Sendo assim, foi explorado o Arquivo da Santa de Misericórdia, na tentativa de localizar o seu registro de óbito, já que

²⁹ Ver nota póstuma em Anexo A (p.154).

havia sido sepultado no cemitério público da capital, este que à época estava sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Todavia, também não foi possível localizar tal documento, porém foi localizado o *Livro dos Irmãos da Santa Casa de Misericórida*³⁰, elaborado em 1872, que contém o nome, estado civil, profissão entre outras informações, dos homens que integraram a Irmandade da Misericórdia desde o período colonial.

Na tentativa de seguir essa pista sobre as origens de José Rodrigues da Costa foi ainda possível localizar como um dos integrantes desta instituição: José Rodrigues da Costa, que entrou para Irmandade da Misericórdia³¹, no dia 6 de março de 1853 aos 41 anos de idade, sob o estado civil de solteiro, de nacionalidade brasileira e naturalidade da província da Paraíba do Norte³², por profissão descrita como “*commercio*”, tendo efetuado o pagamento de uma joia de entrada na quantia de 5\$000 réis, e, logo abaixo de seu nome havia que fora: *Nomeado Definidor*³³ no ano *Compromissal de 1856 e Falleceu a 8 de novembro de 1866*.

Na província da Paraíba do Norte, segundo Wilson Seixas (1987) a Igreja da Misericórdia, sede da Irmandade, foi fundada em meados do século XVI à Rua Direita (atual Duque de Caxias). Além disso, foram nas irmandades das santas casas, em que estiveram reunidos os mais situados socialmente em cada uma de suas localidades (VAINFAS, 2008, p.390).

Desta forma, tornou-se perceptível a convergência entre as informações contidas no jornal *O Publicador* com os dados presentes no *Livro dos Irmãos da Santa Casa de Misericórida* (1872), já que ambos indicam que o tipógrafo era natural da província da Paraíba do Norte, e que havia mesmo nascido em outubro de 1811, pois ao mês de março de 1853 ainda teria 41 anos; o seu estado civil de solteiro não havia mudado até data de seu falecimento, o que leva a supor que não tinha sido casado perante a igreja, além disso, essa documentação confirma a mesma data de seu falecimento. Em razão disso, por não ter-se tido acesso ao arsenal documental de Eduardo Martins (1978), além da compatibilidade de informações nos documentos que consultei, estou considerando que José Rodrigues da Costa, era *parahybano*, nascido a 12 de outubro de 1811, que possuía a situação civil de *solteiro* e

³⁰ Ver em Anexo B (p.155) a transcrição da primeira página deste livro.

³¹ Conforme Cláudia Tomaschewski “A primeira Irmandade portuguesa denominada Santa Casa de Misericórdia surgiu na cidade de Lisboa em 1498” (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 31), e no ano posterior à criação da irmandade da misericórdia o rei de Portugal vigente mandou “várias vilas e cidades para que organizassem semelhante associação, e tomassem por base o compromisso (estatuto) da confraria lisboeta” (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 32).

³² Informações retiradas do Livro dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de 1872. Ver em Anexo C (p.156), as imagens desta página.

³³ **Definidor**, s. m. Em alguns conventos he o Religioso Deputado do conselho para o governo delle. Nas Ordens Terceiras, Irmãos eleitos por escrutnio [sic] para em Definitorio cuidarem da administração annual. (PINTO, 1832).

padeceu a 8 de novembro de 1866.

À vista disso, ainda se tem o impasse sobre o caminho percorrido pelo tipógrafo até o momento da instalação de sua oficina na capital da província paraibana, visto que segundo Eduardo Martins (1978), o tipógrafo trabalhava em Recife, quando arrematou uma tipografia e decidiu montar a sua própria na Parahyba do Norte, após saber da “escassez” de tipografias na cidade. No entanto, já a nota póstuma, originária do jornal de propriedade do tipógrafo, afirmou que ele teria aprofundado seus conhecimentos primeiramente em Pernambuco, a posteriori no Rio de Janeiro, mas que em virtude da “saudade de sua mãe e de sua pátria” resolveu retornar à sua terra natal. Até o momento não foram localizados documentos que sinalizassem de fato essa trajetória anterior à instalação da tipografia de José Rodrigues da Costa na Cidade da Parahyba, já que o texto da nota póstuma não indicou as datas dessas possíveis vivências dele nas outras cidades.³⁴

Sendo assim, acreditou-se que outras referências apontadas nessa fonte jornalística supririam a reflexão a respeito de seu perfil. A título de exemplo, quando a nota cita que “apenas tinha **completado sua instrucção primaria**, dedicou-se á arte typographica” (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866. *Grifos meus*). A *instrucção primaria*, ou *primeiras letras* seriam o “ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 45), ensino este que podia ser público, funcionando tanto em espaços improvisados como nas igrejas, em prédios comerciais como também na casa do próprio professor; assim como também ocorreu nos ambientes domésticos. De acordo com Antonio Carlos Pinheiro (2002) após a expulsão dos jesuítas a educação no Brasil, durante o período colonial, ficou reduzida à existência de poucas escolas e de “aulas régias” (aulas de disciplinas isoladas). Apenas em 1827 elaborou-se uma legislação específica referente à instrução pública, no qual se mandou “crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (BRASIL, 15 de outubro de 1827).

Ainda de acordo com Pinheiro (2002), entre os anos de 1783 a 1820, existiram apenas duas cadeiras de primeiras letras na capital paraibana, uma na cidade alta e a outra no varadouro. Portanto, sendo José Rodrigues da Costa natural da província da Parahyba do Norte, e por ter nascido no ano de 1811, período em que o Brasil ainda se encontrava em situação de colônia, provavelmente ele concluiu seus estudos antes dessa legislação, pois em 1827 ele já teria completado 16 anos de idade. Sendo assim, só posso supor duas situações: a

³⁴ Também realizei pesquisa em jornais da província da Pernambuco e do Rio de Janeiro na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e, até o momento, não foi possível localizar rastros do tipógrafo nestas localidades até sua chegada à província paraibana.

de que o tipógrafo pôde ter frequentado as aulas públicas de primeiras letras na capital, ou a de que ele teria aprendido suas competências primárias de ler, escrever e calcular, em sua própria residência, por meio do ensino doméstico.

Durante o período imperial no Brasil, os estudos eram iniciados pelo ensino primário, que depois concluído seguiam-se para o ensino secundário, compreendido como “um nível intermediário entre o ensino de primeiras letras e o nível superior” (FERRONATO, 2012, p.1). Na província da Paraíba do Norte, foi criada a primeira instituição secundária pela Lei nº 11 de março de 1836, consolidando a fundação do Lyceu Provincial. Antes disso, geralmente, os filhos das elites paraibanas completaram seus estudos no Seminário de Olinda, na Faculdade de Direito em Pernambuco, ou até mesmo em Portugal. Em um trecho da nota póstuma em homenagem ao tipógrafo, o jornal afirmou que ele era:

Dotado de um espirito **intelligente, activo e emprehedor**, apesar de sua **pouca idade**, comprehendeu, que lhe era mister ir estudar sua arte em outra escola mais adiantada. De feito com os **primeiros e fracos recursos que poude obter de seu trabalho e ecconomia**, partiu para a província de Pernambuco, onde trabalhou com aproveitamento por alguns annos (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866. *Grifos meus*).

Portanto, pressupôs-se que o tipógrafo adveio de uma família sem muitas posses, já que após completar seus estudos primários teve que trabalhar, ainda que com *pouca idade*, angariar seus *primeiros e fracos recursos que poude obter de seu trabalho e ecconomia* decidiu aprofundar seus conhecimentos em uma escola tipográfica “mais avançada”, desta forma, provavelmente, ao adquirir as competências básicas do mundo da escrita e por meio do seu labor conseguiu, de certa forma, ascender socialmente.

Pensando no universo dos tipógrafos na Europa em meados do século XVIII, Robert Darnton (1987) nos alerta que “Os tipógrafos formavam um grupo notavelmente alfabetizado” (DARNTON, 1987, p. 154), além disso, “pertenciam à assim chamada, talvez um tanto temerariamente, aristocracia do trabalho: eram artesãos qualificados, ganhando duas vezes mais que operários comuns” (DARNTON, 1987, p. 158), devido à habilidade de mexer nas máquinas de impressão e, principalmente, por saberem ler e escrever. Se transportando para a realidade social do Brasil do oitocentos ser alfabetizado já seria um fator de diferenciação entre os indivíduos, pois grande parte da população nadava em um mar de analfabetismo.

Phillip Minard (1996), em sua análise aos manuais de impressão da França no fim do século XVIII, identificou uma explícita “filosofia do trabalho artesanal” em relação ao ofício dos tipógrafos, já que a profissão requeria um “espaço racionalizado, disciplinado e asséptico”, bem como “toda ferramenta tem seu lugar certo, todo movimento tem suas regras

próprias; a postura física corresponde à ordem imposta pela produção” (MINARD, 1996, p. 158). Conforme Darnton (1987), os tipógrafos não se identificavam com nenhuma classe, comunidade ou firma, mas sim com o próprio ofício, ou seja, se consideravam oficiais impressores e não simples operários. Como exemplo dessa identificação com o próprio ofício de tipógrafo foi possível localizar que José Rodrigues da Costa, pertencera à uma associação representativa desta classe, já que foi possível localizar que ele estivera, de certa maneira, ligado à seguinte associação:

Associação Typographica Pernambucana

- Mandou-se remetter o officio pedido e ficou a discussão adiada.

[...] Outro do socio correspondente, residente na Província da Parahiba, o Sr. José Rodrigues da Costa, respondendo ao officio que lhe dirigio o Conselho, relativo a negocio d'arte typographica n'esta Província. (*O Liberal Pernambucano*, 24 de novembro de 1857. *Grifos meus*).

Por este trecho identificado no jornal *O Liberal Pernambucano* referente ao ano de 1857, faz parecer que por residir em outra província o tipógrafo era sócio desta correspondente, ou seja, possivelmente mantinha contato apenas por correspondência. Induz-se que o conselho da associação havia enviado um ofício explicando sobre as condições da arte tipográfica na província pernambucana a José Rodrigues da Costa. Interessante notar, que se for seguido o raciocínio desta fonte, ele estaria informado sobre sua profissão também por meio desta associação. A *Associação Typographica Pernambucana* aparece algumas vezes no jornal o *Liberal Pernambucano*, e no *Diario de Pernambuco*, mas não foi possível realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre o funcionamento desta associação.

Ainda continuando a análise sobre este ofício dos tipógrafos, Minard (1996) alerta que “a Revolução Francesa, fundamentalmente, não mexeu com a estrutura e os padrões de trabalho da indústria gráfica, ela mudou a atitude dos trabalhadores em relação ao seu trabalho” (MINARD, 1996, p.175). À respeito desta relação percebe-se que:

A oficina era montada de acordo com uma divisão elementar do trabalho, entre caixas de tipos e as prensas. Durante seu aprendizado, cada operário se voltava de acordo com suas habilidades para uma ou outra dessas tarefas especializadas. Se ele soubesse soletrar, tornar-se-ia um “macaco”; se tivesse mais músculos do que cérebro tornar-se-ia um “urso” (MINARD, 1996, p. 163).

A clara divisão de funções decorrentes do ofício tipográfico dizia que o “macaco” seria aquele que tivesse habilidades de leitura e escrita, pois trabalharia nas caixas de tipos juntando as letras e formando as páginas; já o “urso” era designado àqueles que apenas

tivessem habilidades braçais, para trabalhar como impressor. Em relação ao mercado gráfico do Brasil no século XIX, este:

Era formado principalmente pelas profissões de compositor, impressor ou maquinista de impressão, fundidor de tipos para a composição tipográfica e encadernador. Em seus aspectos técnicos, a composição tipográfica era a que demandava mais treinamento e especialização (VITORINO, 2007, p.1).

Entretanto, “os ofícios dos compositores tipográficos e os dos impressores tipográficos estavam intimamente ligados entre si, mas representavam duas profissões distintas” (VITORINO, 1999, p.71-72), já que o trabalho do compositor à época representava:

Um trabalho especializado, pois quem exercia esse **ofício realizava tanto uma atividade mecânica quanto uma atividade intelectual**. A composição era **concebida como uma arte**, porque, além de ser um trabalho manual que necessitava de inteligência e disciplina para a composição das letras no componedor e para imprimi-las nos prelos, esse mesmo ofício ainda exigia o domínio da **representação escrita**, tais como nas profissões liberais da época, fazendo-se dela uma atividade criativa. (VITORINO, 2007, p. 1. *Grifos meus*).

Tal característica de diferenciação entre as habilidades dos tipógrafos, era tanta, que foi possível localizá-las em anúncios do jornal *O Publicador*, em que para a tarefa de compositor descrevia que: “Precisa-se de um aprendiz para compositor, que saiba ler correctamente, nesta typographia” (*O Publicador*, 11 de dezembro de 1865), já para imprimir especificavam que: “Compra-se um molecote sadio, que não seja fujão, tenha boa figura, e a necessaria intelligencia para aprender o officio de impressor; tratar-se nesta typographia” (*O Publicador*, 23 de novembro de 1865).

Portanto, nota-se que para assumir o cargo na composição, estavam precisando de um *aprendiz*, que soubesse ler e escrever, já que este formaria as frases pela junção dos tipos; e para a atribuição de *impressor*, estavam anunciando a procura por um escravo jovem que tivesse *boa figura* e *intelligencia* para exercer determinada função. Mas, ao que parece, determinada prática não ocorreu apenas na tipografia de José Rodrigues da Costa, Artur Vitorino (1995), identificou que no jornal *O Correio Paulistano* (1854) “haveria de trabalhar no mínimo dois artífices, ajudados por um auxiliar, normalmente um escravo, para os trabalhos mais pesados, como o de impressão” (VITORINO, 1995, p.24). Destarte, o trabalho de impressor era mesmo classificado como de cunho mais braçal, ou seja, na qual tal sociedade designava a um escravizado, sendo assim, provavelmente tal situação tenha ocorrido em outras oficinas do império brasileiro.

Na obra *História dos Jornais no Brasil*, Matías Molina (2015) identificou que nos primórdios da imprensa no país, “[...] Os tipógrafos eram bem remunerados: em Pernambuco

ganhavam cem réis para compor mil letras” (MOLINA, 2015, 440). Em relação à Província da Parahyba do Norte, em 1823, quando o governo provincial solicitou um maquinário de impressão, anunciou-se que seriam:

Necessários quatro meninos que saibam ler e escrever para igualmente se ilustrarem naquele exercício a fim de principiarem logo que chegue a sobre dita tipografia a trabalhar e a ganhar o seu competente salário que nunca será menos de 160 réis e daí para cima segundo o seu trabalho, habilidade e frequência [...] 7 de julho de 1823. Cunha Meira Almeida (MARTINS, 1976, p.48).

Deste modo, assim como na província de Pernambuco, na província da Parahyba do Norte, segundo Martins (1976) “nessa época, os compositores ganhavam 100 réis por milheiro de letras” (MARTINS, 1976, p.48), já que mesmo após os avanços mecânicos nas funções de impressão de encadernação, “compositor tipográfico, exatamente como nos tempos de Gutemberg, permanecia diante do cavalete, conseguindo compor uma média de 1.200 tipos por hora” (VITORINO, 1995, p.42). De acordo com as definições do voto censitário presentes na Constituição de 1824³⁵, só poderiam ser eletores de primeiro grau, das eleições primárias, àqueles que possuíssem uma renda anual de 100\$000, o que equivalia a uma renda média de 8\$333 por mês. Levando-se em consideração que os compositores poderiam chegar a compor mil letras por hora e, que, hipoteticamente, trabalhassem oito horas por dia, durante 20 dias úteis, os mesmos poderiam atingir mensalmente o que seria exigido ao eleitor primário. Obviamente, essas somas são presunções do que poderia chegar a ganhar um compositor, mas serve de parâmetro para se compreender que se a pessoa nessa função chegasse a tanta produção poderia obter consideráveis ordenados.

Voltando à compreensão do perfil social ao qual José Rodrigues da Costa se inseria nessa complexa sociedade imperial brasileira, percebe-se que a *joia* que dera no momento de sua adesão à Irmandade da Misericórdia de 5\$000 réis, não teria sido um valor tão alto para ele, já que um eleitor de primeiro grau necessitava obter uma renda mensal de 8\$333 réis. Entretanto, durante consultas aos jornais pertencentes ao recorte temporal desta pesquisa, foi possível constatar que:

Ao inspector da administração das rendas declarando em addiantamento ao officio de 7 do mez passado que o contracto feito com José Rodrigues da Costa para a **impressão dos trabalhos da prorrogação d'assembléa**, foi por **cinco mil réis diarios**. (*Governista Parahybano*, 9 de novembro de 1850.*Grifos meus*).

Deste modo, o tipógrafo ganhara a quantia de 5\$000 réis diariamente para imprimir

³⁵ Ver Capítulo VI dos Art.90 ao Art. 97. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

alguns documentos da Assembleia Provincial, portanto, o pagamento da *joia* para adentrar a um espaço de sociabilidade no qual se encontravam importantes figuras das elites paraibanas, não fora investido com dificuldade. Ademais, vale salientar que:

Os **trabalhadores manuais da tipografia** formavam uma categoria específica. Em primeiro lugar, **eram assalariados que mantinham contato direto com o debate intelectual e político** – nacional e estrangeiro -, instrumentalizando-se assim para a complexidade dos embates de poder da própria sociedade em que viviam. Os mesmos **tipógrafos, além disso, conviviam com as elites políticas e intelectuais** da Corte, fosse pela proximidade do local de trabalho, fosse pela redação de emprego (MOREL; BORGES, 2003, p.100-101).

Tal cenário não fora diferente na Parahyba, principalmente, no caso de José Rodrigues da Costa, que não só possuía o ofício de tipógrafo, como a sua própria oficina, levando-o a construir um contato muito mais próximo com as elites da capital, já que necessitava fechar contratos com o governo para angariar lucros para além de suas outras impressões.

Após essa breve caminhada pela vida e ofício de José Rodrigues da Costa, é importante compreender os laços familiares e afetivos que ele construiu, mesmo que o seu estado civil de *solteiro* tenha se mantido até o momento de sua morte, sabe-se que teve filhos, pois sua tipografia passou a intitular-se de *herdeiros de J. R da Costa*, o que pressupõe uma relação amorosa com a possível mãe ou mães de seus filhos. Para me aproximar dessas redes familiares parti da inferência de Eduardo Martins (1978), quando exibiu em sua obra o extrato de um documento contendo o nome do tipógrafo e de sua possível companheira:

Aos dez de Maio de 1856, foi-me apresentada a declaração seguinte: - Os abaixo assignados **são únicos consenhores de um sitio no logar Cruz do Peixe terreno próprio**, que confina pelo poente com terras de Antonio Alexandrino Lima, pelo norte com a estrada que vai desta cidade ao lugar Boi-Só, pelo leste com terras de Antonio Fernandes Lima, e ao sul com a estrada que vai para Tambaú. E' extremado ou demarcado ao norte e sul pelas mencionadas estradas, ao poente com marcos de pedras que o dividem das terras de Antonio Alexandrino Lima. Não está porem ainda demarcado com as terras de Antonio Fernandes Lima. Cidade da Parahyba, 10 de Maio de 1856. – **José Rodrigues da Costa, Joanna Maria do Rosario.** – Nada mais se continha em dita declaração a que me reporto. – O Vigario Joaquim Antonio Marques (TAVARES, 1910, p. 711. *Grifos meus*).

Deste modo, a partir do registro de um sítio, de terreno próprio, na localidade da Cruz do Peixe (imediações do atual Hospital Santa Izabel), ano de 1856, pelo tipógrafo juntamente com a senhora Joanna Maria do Rosário, foi possível imaginar que ambos tiveram algum tipo de vínculo, já que eram donos de uma mesma propriedade. Após algumas buscas foi localizado o documento supracitado na obra de Lyra Tavares *Apontamentos para a História territorial da Parahyba* (1910), em que autor fez uma compilação de vários documentos

referentes às questões de posse de terras na Paraíba. A partir deste trecho percebeu-se que o tipógrafo e dona Joanna Maria do Rosário, provavelmente, possuíam uma relação conjugal, já que compartilhavam de um mesmo bem material. Além disso, a partir da inferência de Martins (1978), de que o tipógrafo era ajudado por seus filhos: “**Calecina**, chefe da composição, ajudada pelas irmãs **Eliza**, **Francisca** e **Julia**, e o irmão **Francisco**, que era o impressor” (MARTINS. 1978 p. 24-25), começou-se a percorrer o caminho de seus laços familiares por meio do Banco de Dados dos Assentos de Batismo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

Logo, sabendo que o tipógrafo possuía uma companheira de nome *Joanna Maria do Rosário*, e cinco filhos: *Calecina, Eliza, Francisca, Julia e Francisco* seguiu-se essas pistas e encontrou-se nos registros de batismo apenas dois filhos do casal: Francisca e José, este último que acreditava ser o primeiro nome do seu filho Francisco. A única *Calecina* presente nos assentos de batismo de 1833 a 1860 era filha de uma escravizada chamada *Joana*, entretanto, não constava o nome do pai, mas o nome da mãe, coincidentemente, também era Joana. Não foi possível localizar nenhuma Eliza e, sim, *Elysia*, filha da mãe Joanna Maria do Rosário, em cujo registro também não constava o nome do pai. Sendo assim, havia encontrado dois filhos com o nome do casal, e supostamente duas filhas.

Nas fontes cartoriais catalogadas no Acervo do Cartório Monteiro da Franca, localizei o documento intitulado de *Autoamento de uma Petição da tutora Joanna Maria do Rosario Costa*, do ano de 1873. Assim, a partir do cruzamento dos dados contidos nesse processo cartorial juntamente com informações identificadas no Banco de Dados dos Assentos de Batismo foi possível construir algumas inferências sobre o núcleo familiar do tipógrafo.

O processo de *Autoamento de uma Petição da tutora Joanna Maria do Rosario Costa*, possui 51 páginas manuscritas e, ao que tudo indica, pela leitura do documento se trata de um pedido da mulher do tipógrafo, Joanna Maria do Rosário pela tutoria de seus filhos, junto ao Juizado de Órfãos³⁶. Esta instituição jurídica, criada em “Portugal, em decorrência das Ordenações Filipinas, que formaram o código jurídico do Império Luso a partir de 1580” (CARDOZO; FLECK; SCOTT, 2011, p.3), teve incumbência, desde seus primórdios, de regulamentar a proteção, administração própria e dos bens dos menores, primeiramente até os

³⁶ Dessa forma, o Juízo de Órfãos era o tribunal, ou foro, em que se tratava e decidia tudo o que dizia respeito a um menor de idade, ou pessoas incapacitadas, como os pródigos (pessoas que gastam seu capital ou destroem seus bens; Ord. Fil. 4^a, tit. 103 §6), os furiosos (pessoas com as faculdades mentais debilitadas; Ord. Fil. liv. 4^a, tit. 103), os doentes graves (pessoas impossibilitadas de administrar seus bens) e os indígenas (Ord. Fil. liv. 1º, tit. 88) (CARDOZO; FLECK; SCOTT 2011, p.4).

25 anos de idade, que após a resolução de 31 de outubro de 1831, passa a ter o limite de 21 anos (CARDOZO; FLECK; SCOTT, 2011).

De acordo com Gisele Azevedo, “quando uma criança era órfã de pai, ou este, por um motivo qualquer, era considerado ausente, o juiz de órfãos nomeava um tutor para cuidar dela, caso não houvesse algum nome indicado em testamento” (AZEVEDO, 2007, p.2). Entre uma das funções exercidas pelo Juiz de Órfãos³⁷, estava a de “nomear tutor ou curador aos menores e/ou incapazes para cuidar da pessoa e dos seus bens, assim como para lhe proporcionar educação compatível com as posses do tutelado” (CARDOZO; FLECK; SCOTT, 2011, p.5). Além disso, o “tutor escolhido pelo juiz seria responsável não só pela integridade física da criança ou do adolescente, mas também pela gerência de seus bens”, portanto, “seria necessário, de tempos em tempos prestar contas do patrimônio do menor” (AZEVEDO, 2007, p.2).

Deste modo, ao que parece essa era a situação da família do falecido tipógrafo, que havia deixado como herança a tipografia para seus filhos menores de idade, que ficaram sob a tutela de Joanna Maria do Rosário Costa. Esta situação fica visível em uma das páginas do processo, em que diz:

Informo que a [...]³⁸ Joanna Maria do Rosário Costa afigurou termo de tutoria de seis filhos, **Calecina, Elysia, José, Francisca, Francisco e Julia**, filhos **perfilhados** pelo finado **José Rodrigues da Costa** no dia oito d’Abril de 1867.
Paraíba, 26 de Março de 1873.

O Escrivão
Antonio da Costa Rego Moura
Declaro que a tutora acima **prestou contas das firmas e bens pertinentes aos seus tutelados** até Julho de 1869 para esta defesa.
Escrivão
Antonio da Costa Rego Moura (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, 26 de março de 1873. *Grifos meus*).

Uma das obrigações do tutor era a de prestar contas do patrimônio do menor, vê-se que no trecho acima o escrivão do Juizado afirmou que *a tutora acima prestou contas das firmas e bens pertinentes aos seus tutelados*, apontando que Joanna Maria do Rosário Costa

³⁷ Juiz de Órfãos é constituído por lei, como o indivíduo responsável por todos os órfãos (menores de idade) ou incapazes que estão sob sua jurisdição. Sua atuação era requisitada em diversas situações e elas poderiam consistir em: 1) realizar inventários e partilhas, no caso de falecimento de um ou dos dois genitores; 2) quando houvesse separação dos pais, cabia a ele decidir com qual dos cônjuges ficaria a criança, 3) nomear tutor ou curador aos menores e/ou incapazes para cuidar da pessoa e dos seus bens, assim como para lhe proporcionar educação compatível com as posses do tutelado ou curatelado (CARDOZO; FLECK; SCOTT, 2011, p.5).

³⁸ Este símbolo significa que a palavra está ilegível.

teria cumprido sua função enquanto tutora e, ao que parece, estaria, agora, em 1873 pedindo para renovar sua condição de responsável pelos seus filhos menores de idade.

Nos assentos de batismo, como referido anteriormente, foram localizados: Calecina, Elysia, Francisca e José, tendo sua filiação descrita como “natural”, pois “seriam aqueles provindos de relações entre pessoas solteiras” (SIMONATO, 2013, p.6), reforçando o que já foi dito sobre o seu estado civil que permaneceu até a sua morte na condição de “solteiro”. Mas, de acordo com Solange Rocha, o “fato de as crianças serem batizadas como naturais, não quer dizer que as mães das mesmas fossem solteiras”, em consequência dos impedimentos impostos ao casamento, é válido salientar que “várias famílias foram formadas, sem que pudessem ser registradas pela igreja através de casamentos católicos, como “exigia” a sociedade da época” (DOURADO, ROCHA, 2014, p. 1256).

Sendo assim, não significa que os pais das crianças não tivessem tido uma relação de marido e mulher, pois eram vários os impedimentos canônicos³⁹, além de “outras barreiras a serem transpostas, principalmente aquelas de ordem econômica⁴⁰ e burocrática⁴¹” (AMARAL, 2012, p.1867), portanto, “o casamento, muitas vezes, não significou opção viável” (AMARAL, 2012, p.11844), em razão disso, é preciso ressaltar que “o concubinato estava presente em todas as classes, inclusive coexistindo com o casamento⁴² oficial, não sendo exclusivo de uma ou outra classe” (AMARAL, 2012, p.11849).

Para tanto, sendo os filhos registrados na condição de filiação natural, diferente da filiação legítima, aquela de quando os pais eram casados perante a Igreja, seria necessário fazer o reconhecimento legal da paternidade, “uma concessão mais comumente usada em testamentos e cartas de perfilhação”, sendo essas últimas, “registros notariais que tinham como objetivo garantir um reconhecimento legal do filho natural, legitimando-o. O intuito do reconhecimento era garantir ao ilegítimo o acesso aos bens materiais, como por exemplo, o

³⁹ De acordo com Isabela Amaral (2012), alguns dos impedimentos canônicos eram: “cópula ilícita (não poderia o nubente se casar com parentes consanguíneos até segundo grau da pessoa com quem tivesse tido cópula ilícita); impotência perpétua para gerar filhos; rapto consentido ou não, em desagrado da família; ausência do pároco e de duas testemunhas” (AMARAL, 2012, p.1864), entre outros.

⁴⁰ Pois era “necessário cobrir os custos matrimoniais e ainda ter posses para manutenção da futura família” (AMARAL, 2012, p.1869).

⁴¹ “Do ponto de vista burocrático, os escravos deveriam cumprir os mesmos requisitos que as demais pessoas, [...], e [...] ainda precisavam apresentar certidão de batismo e realizar denuncias. Em relação à primeira, havia grande dificuldade, tendo em vista a grande mobilidade geográfica dos escravos, sendo que a certidão de batismo poderia se encontrar em uma freguesia muito distante” (AMARAL, 2012, p.1868).

⁴² Para mais informações a respeito do casamento no Brasil, consultar a SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984; AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo. *Resistência Feminina no Brasil Oitocentista: As Ações de Divórcio e Nulidade de Matrimônio no Bispado de Mariana*—Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. 2012.

direito à herança” (SIMONATO, 2013, p.8). Deste modo, acreditou-se que o falecido tipógrafo, possivelmente, deixou algum documento por escrito legitimando seus filhos, pois de acordo com o trecho do processo citado acima, a perfilhação de seus herdeiros ocorreu em abril de 1867, e ele padecera em novembro de 1866.

Nos autos do processo, a senhora Joanna Maria do Rosário Costa, provavelmente na intenção de comprovar que Calecina e Elysia eram suas filhas, juntamente com o tipógrafo, anexou dois pedidos das certidões de batismos das mesmas, ao então Vigário⁴³ da Matriz de Nossa Senhora das Neves.

Ilmo. e Bmo. Sr. Vigário

Joanna Maria do Rosario Costa precisa que Vossa Senhoria se sirva de mandar passar com certidão o assento de baptismo de sua filha **Calecina**, que nasceu no ano de 1847, e foi **legitimada por seu pai José Rodrigues da Costa**.

[] Digne-se de deferir-lhe como necessário.

*[Assinatura de Rego Moura]
Paraíba, 8 de março de 1873
Leonardo Antunes Meira Henriques
Procurador*

Certifico que a folha 56- verso do livro de registro de baptizados desta freguesia relativo ao ano de 1847 acha-se o assento que requer a senhora cujo teor é o seguinte:

Aos cinco de Abril de mil oitocentos e quarenta e sete nesta matriz de Nossa Senhora das Neves, baptizei e purguei os santos óleos a párvula **Calecina, parda**, nascida aos vinte e dois de Março deste corrente anno e **libertada** por sua senhora **Dona Francisca Maria do Espírito Santo** aos vinte e três do mesmo mês e anno, como consta no documento que fica no arquivo desta Matriz, e da **carta de alforria** que me foi apresentada; a dita parvula Calecina é filha de **Joanna, escrava** da supra dita Dona Francisca Maria do Espírito Santo; foi **padrinho José Athanazio Pinheiro, branco, casado**, todos moradores desta freguesia do que para constar fiz este assento que [] assinei.

*O vigário Joaquim Antonio Marques
Nada mais se contem no referido assento ao qual me refiro
Cidade da Paraíba, 13 de Março de 1873
O vigário Francisco de Paula Mello Cavalcanti.
(Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa. Acervo
do Cartório Monteiro da Franca, Paraíba, 13 de Março de 1873. Grifos meus).*

Calecina, nascida em 22 de março de 1847 sob a condição de escravizada foi libertada no dia seguinte pela senhora Maria Francisca do Espírito Santo, também dona de sua mãe Joanna, segundo consta a carta de alforria que foi apresentada no momento do batismo da criança, 17 dias após sua libertação. De acordo com Solange Alves (2011), a condição jurídica de *liberta/libertada* descrita nos registros de batismos, refere-se às pessoas que receberam a

⁴³ Pároco responsável pela Igreja.

sua liberdade a partir da carta de alforria⁴⁴, que poderia ser concedida pela via da compra ou doação, por parte do (a) proprietário(a), (ALVES, 2011, p.26). Sobre Dona⁴⁵ Francisca Maria do Espírito Santo, até o momento foi possível localizar que era casada com o senhor Manoel José Cavalcante Torres, e que tiveram quatro filhos: Maria, Paulina, Francelino e Avelina. Além disso, a mesma dona possuía mais dois escravizados: Joze, recém-nascido em maio de 1836, natural da mãe Vicencia, preta crioula⁴⁶.

Em relação ao documento referente à liberdade de Calecina, só é possível fazer suposições, já que nada mais foi encontrado. A primeira delas é de que a sua mãe, possivelmente, foi “escrava de ganho⁴⁷”, que segundo Solange Rocha (2007), em sua maioria era “escravizados pertencentes ao meio urbano, especializados em algum “ofício” e que viviam do “ganho”, e que, “após muito sacrifício, tinham mais condições de acumularem pecúlio e comprarem a alforria” (ROCHA, 2007, p.303). Ademais, José Rodrigues Costa, por manter um relacionamento com Joana, pode ter, em algum momento, colaborado para a libertação de sua filha. Por fim, sua dona pode ter libertado a recém nascida por livre e espontânea vontade.

Além desses elementos, também é importante destacar, que a figura escolhida para ser padrinho da criança foi o senhor José Athanazio Pinheiro, descrito como branco e casado, que em outro registro de batismo, no ano de 1846, apadrinhou uma criança, no qual foi descrito pela distinção social de Capitão das Guardas. Somada à consulta aos jornais da época, foi possível constatar que àquele possuía a patente militar de Capitão do segundo batalhão da Guarda Nacional da capital⁴⁸, assim como, também exerceu, por um curto período, a função de professor⁴⁹ de primeiras Letras na povoação da Jacoca (atual município do Conde-PB).

Em relação ao processo de tutoria, na página seguinte da declaração de batismo de Calecina, encontra-se também anexado o pedido de certificação do batismo de Elysia:

Ilmo. e Bmo. Sr. Vigário

⁴⁴ Para saber mais sobre o tema consultar a tese de Solange Rocha (2007) *Gente Negra na Parahyba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*; a tese de Maria da Vitória B. Lima (2010) *Liberdade interditada, liberdade reavida: escravos e libertos na Parahyba escravista (século XIX)*;

⁴⁵ Termo que designava distinção social. (GUIMARÃES, 2013, p.68).

⁴⁶ Conforme assento no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, do ano de 1836, fl. 51, AEPB (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

⁴⁷ O escravo de ganho, geralmente, estabelecia um contrato com senhor ou senhora, no qual se definia um valor a ser-lhe entregue, semanal, quinzenal ou mensalmente. Havia casos em que eles viviam em casas ou quartos alugados, separados, portanto, do seu proprietário (ROCHA, 2007, p.303).

⁴⁸ Notícia presente no exemplar de *O Governista Parahybano* de 17 de agosto do ano de 1851.

⁴⁹ *O Governista Parahybano*, 17 de agosto de 1850.

Joanna Maria do Rosário Costa precisa a benesse que Vossa Senhoria se sirva de mandar **certificar o assento de batismo de sua filha Elysia**, nascida no ano de 1850 e reconhecida por seu pai **José Rodrigues da Costa**, [] [].

[] Digne-se de deferir-lhe se necessário.

[Assinatura de Rego Moura]

Paraíba, 8 de março de 1873

Leonardo Antunes Meira Henriques

Procurador

Certifico que a folha 67 do livro de registro de baptizados desta freguesia, relativo ao ano de 1852 acha-se o assento seguinte:

Aos vinte e cinco de Março de mil oitocentos e cinquenta e dois, na matriz desta cidade, de minha licença o Padre Antonio de Mello Muniz Maia, aplicou os santos óleos, digo, baptizou solememente a **Elysia, parda**, nascida a dois de Agosto de mil oitocentos e cinquenta, **filha natural de Joanna Maria do Rosario**; foi **padrinho José Joaquim Franco**, ao que constar fez escrever este assento que assignei.

O vigário Joaquim Antônio Marques

Nada mais se consta no referido assento ao qual me reporto

Cidade da Parahyba, 13 de Março de 1873.

Vigário Francisco de Paula Mello Costa (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba 13 de Março de 1873).

A partir do fragmento acima se percebeu que José Rodrigues da Costa havia reconhecido suas filhas Calecina e Elysia. Além do mais, foi notório que nesse momento a mãe Joana incorporou *Maria do Rosario* ao seu nome, o que leva-se a pensar que ela teria alcançado sua liberdade entre os anos de 1847 a 1852, já que “os cativos recebiam prenomes, mas não sobrenomes (esta prática foi uma característica da escravidão luso-brasileira e acabava por diferenciar escravos de livres)” (CUNHA, 2013, p.2). O nome completo pode ser um sinal de que Joana estaria sob a condição de libertada e de que, possivelmente, escolheu esse sobrenome em homenagem a “Nossa Senhora do Rosário, protetora de muitos negros” (LIMA, 2010, p. 110). Infelizmente, o ano e a forma como Joana Maria do Rosário atingiu sua liberdade não podem ser indicados, pois até o momento não foi possível localizar nenhum documento em relação à mesma.

Assim como o padrinho de Calecina, o senhor escolhido para apadrinhar Elysia, foi José Joaquim Franco, este que em consulta aos jornais, consta que:

José Joaquim Franco, **2º tenente do batalhão de artilharia da guarda nacional** do município da capital, agregado ao 16º batalhão de infantaria de Campina Grande, pedindo para ser agregado ao batalhão da villa de Alagoa Nova – Expeça-se ordem na forma requerida (*O Publicador*, 26 de março de 1864. *Grifos meus*).

Deste modo, bem como José Athanasio Pinheiro, o senhor José Joaquim Franco também pertenceu à Guarda Nacional, mas o segundo possuía a patente de tenente, e também exerceu a função de Professor de Primeiras letras, nas localidades de Fagundes, Alagoa

Grande e Alagoa Nova, em 1859, 1865 e 1866, respectivamente (PARAHYBA DO NORTE, 1859, 1865,1866).

Neste sentido, ficaram claras as redes de sociabilidades construídas, tanto pelos escravizados, quanto pelos libertos que também passavam pela escolha dos padrinhos, já que “eram importantíssimas para construir seus projetos de vida. Seja na continuidade das relações com escravizados, como também com pessoas de camadas sociais mais altas que a sua (DOURADO, 2014, p. 66). Para, além disso, ambas as crianças, Calecina e Elysia, foram descritas como *pardas*, *termo* este que “era usado para designar uma pessoa mestiça, resultante dos relacionamentos de pais/mães de dupla origem, no caso de africanos (ou seus descendentes) com europeus (ou seus descendentes)” (ROCHA, 2011, p. 3), em que, possivelmente, a descendência negra seria advinda da mãe que outrora fora escravizada.

Após anexar as declarações de batismo de duas filhas no mês de março de 1873, o processo de tutoria de Joanna Maria do Rosario Costa, foi aceito ao dia seis de maio do mesmo ano junto ao Juizado de Órfãos, conforme descrito no documento:

Juizado de Orphãos
Cidade da Paraíba do Norte
Autoamento de uma petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa
Escrivão d'Orphãos
Rego Moura.
Anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e três, aos seis dias do mês de maio do dito anno, nesta cidade da Paraíba do Norte em meu cartório **aceitei a petição que se segue da tutora Joanna Maria do Rosário Costa** para o fim [] declarada de que fez este [] assento. Capitão Anthonio da Costa Rego Moura. Escrivão de Orphãos. []
(*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 6 de maio de 1873. *Grifos meus*).

No dia seguinte à aceitação do processo de tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa, o escrivão de órfãos⁵⁰, o senhor Antonio da Costa Rego Moura, em concordância com o parecer do Curador Geral d'Órpheos⁵¹, dado no fim do mês de março, não defere a renovação da tutoria mulher tipógrafo. De acordo com o Curador, senhor Miguel Peixoto de Vasconcellos: “Os motivos, porém, allegados pela peticionaria no sentido de ser renovada tutoria de seus filhos não são justos e não devem ser atendidos para o fim sugerido. Paraíba, 31 de Março de 1873” (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário*

⁵⁰ Este que tinha por finalidade, fiscalizar o procedimento de tutoria e manter o juiz informado (CARDOZO; FLECK; SCOTT, 2011).

⁵¹ Seria a “pessoa legalmente constituída como representante dos interesses dos órfãos no Juízo. Ele deveria ser chamado a “dar vistas” a todos os processos em que havia órfãos como partes interessadas.”, além do que, “Sem seu parecer sobre o caso, o auto não poderia ser julgado, dessa forma era o “advogado dos órfãos” nesse Juízo, daí a necessidade de ter formação em Direito” (CARDOZO; FLECK; SCOTT, 2011, p.8).

Costa. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Paraíba, 31 de Março de 1873). A partir desse entendimento, o escrivão alegou então, que:

[...] a **renovação da tutoria**, que requer, **não pode ser atendida**, tanto mais quanto, para providencia acima determinada, desaparecem os motivos que para isso delega, sendo que, entretanto, **pelo facto de houverem attingido as suas duas tuteladas, de que tratam as certidões da folha 5 e 6, a idade maior de vinte e um anos**, cessaram a respeito das [...] suas obrigações de tutora, [...], por conseguinte, **entrar as mesmas na [...] e administração de seus bens e a suplicante prestar as [...] contas**. Parahyba, 7 de Maio de 1873. No mesmo dia, mês, ano e lugar supra declarado em meu cartório por parte do Juiz d'Orphãos Doutor Joaquim Moreira Lima forão entregues estes autos com o despacho supra de que fiz este termo. Eu, Antonio da Costa Rego Moura, Escrivão d'Orphãos escrevi. (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa.* Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 7 de maio de 1873. *Grifos meus*).

Em consequência do parecer descrito acima, Calecina e Elysia teriam atingido idade maior de 21 anos e, a partir de então, passaram as duas a responder sobre a administração e prestação de contas de seus bens e dos irmãos menores.

Em relação aos outros filhos de José Rodrigues da Costa com a senhora Joanna Maria do Rosário, foi possível localizar mais dois registros de batismos, o de José e Francisca. José foi descrito como branco, de filiação natural do pai José Rodriguez da Costa e da mãe Joanna Maria do Rozario, batizado aos dois meses de idade no mês de maio de 1854 pelo padrinho o Padre José Antonio da Silveira⁵².

No dia 22 de fevereiro de 1857 foi batizada a criança Francisca, semibranca, natural do pai José Rodrigues da Costa e da mãe Joanna Maria do Rosario, apadrinhada por Simplício Narciso de Carvalho e por Nossa Senhora das Neves⁵³, a santa padroeira da Cidade da Parahyba.

Diferentemente dos batismos das irmãs mais velhas, José e Francisca, possuíam o nome do pai em seus registros, além de terem sido descritos como *branco* e *semibranca* respectivamente. De acordo com Matheus Guimarães (2014), as pessoas *semibrancas* seriam aquelas que “algo não o tornaria uma pessoa branca por completo, pois teria ascendência (mesmo que distante) africana” (2014, p.130). Portanto, Guimarães (2014) considera as pessoas pardas e semibrancas “como negras, por comungarem de uma possibilidade não presente nos brancos: a escravização” (p.122), já que ambos, de alguma forma, possuíam ascendência africana, além de terem sido marcados socialmente por esse traço racial. Porém,

⁵² Conforme assento no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, do ano de 1854, fl. 155, AEPB (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

⁵³ Conforme assento no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, do ano de 1857, fl. 279, AEPB (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

os semibrancos, “provavelmente se posicionavam em uma condição social mais confortável do que os pardos, pois se aproximavam mais dos brancos” (p.134).

Deste modo, mesmo sem constarem informações a respeito da cor do tipógrafo, acredita-se que ele tenha sido considerado enquanto branco, pois “quase todos os brancos não possuíam suas condições jurídicas determinadas. Já que ser branco era ser livre logo, essa definição talvez não fosse necessária” (GUIMARÃES, 2013, p.45), e por sua mulher ter sido ex-escravizada, três de suas filhas carregaram a marca da escravização de sua mãe, mas que comparadas a outras classificações daquela sociedade escravagista, estiveram mais bem posicionados que outras classificações étnicas e sociais, pois foram classificadas como *parda* e *semibranca*.

Em relação aos homens escolhidos para concretizar o laço espiritual entre as crianças e os padinhos, tem-se um com a distinção de Padre, e o outro, Simplício Narciso de Carvalho, que era de descendência africana, possuía a patente de militar igualmente a de seu pai, o dono de escravos, tenente-coronel José Narciso de Carvalho. Em 1856, Simplício de Carvalho se tornou proprietário do sítio Boi-Só e, posteriormente, foi um dos maiores produtores de alimentos da capital, além de ter sido proprietário de imóveis nos espaços rural e urbano (ROCHA, 2007, p.94). Portanto, a preferência por homens com relativas distinções sociais perante às elites paraibanas foi algo em comum nos batismos dos quatro filhos identificados de José Rodrigues da Costa.

Quando Silvia Brügger (2003) analisou os registros de batismos da vila de São João del Rei, entre os anos de 1736 a 1850, percebeu que “a maioria esmagadora dos padinhos escolhidos, eram homens brancos, que possuíam algum tipo de distinção social” (p.1), entre eles os padres estavam entre os mais incumbidos da tarefa de padrinho, pois eram tidos como intermediários entre Deus e os homens, além de terem sido portadores de prestígio perante a sociedade (BRÜGGER, 2003, p.1), pois sua escolha enquanto padrinho poderia “visar auxílios materiais aos afilhados, tanto durante a vida, quanto sob a forma de legados testamentários”(BRÜGGER, 2003, p.1). Em consequência de interesses sociais, econômicos e espirituais que o batismo gerava nas famílias, ocorreu a frequente escolha de “padinhos mais bem situados na hierarquia social e que, portanto, disporiam também de mais recursos, não só econômicos, para proteger seus afilhados” (BRÜGGER, 2003, p.7).

Na província da Paraíba do Norte, Solange Alves (2011), analisando as relações de compadrio percebeu que:

Um padrinho branco, major, coronel, entre outros, era um homem socialmente melhor posicionado no interior da sociedade escravista do século XIX. Com isso, as pessoas pardas, pretas, “criolas” e cabras poderiam obter benefícios, caso estabelecessem o compadrio com essas pessoas. (ALVES, 2011, p.50).

Entretanto, após a identificação desses registros de batismo e das informações contidas no documento cartorial, em pesquisa aos jornais localizei o seguinte anúncio:

Joanna Maria do Rosario, māi dos menores: **Callecina Rodrigues da Costa, Elysia dos Anjos Rodrigues da Costa, José Rodrigues da Costa Junior, Francisca Maria do Espirito Santo Costa, Francisco Rodrigues Godinho, Julia Austriberta Rodrigues da Costa e Joanna Ignacia Rodrigues da Costa**, declara a quem interessar possa, que, por haver outras pessoas de nome igual ao da anunciente, e para prevenir qualquer dúvida que para o futuro se possa dar, assignar-se- há d’ora avante **Joanna Maria do Rosario Costa**. Parahyba do Norte, 5 de outubro de 1866. (*O Publicador*, 6 de outubro de 1866. *Grifos meus*).

Partindo deste anúncio, considerou-se que a identificação dessas informações foram essenciais para esclarecer algumas questões em relação ao núcleo familiar do tipógrafo, além de abrir caminho para mais dúvidas. Primeiro, o extrato acima traz os nomes completos de todos os filhos do casal, mas que ao mesmo tempo contém a presença de mais uma filha: *Joanna Ignacia Rodrigues da Costa*, que não consta descrita no documento cartorial de tutoria da dona Joana para com seus filhos. Para tanto, analisou-se o trecho transcrito acima sendo possível inferir que o nome da filha Francisca, é praticamente igual ao da antiga dona de sua mãe, Dona Francisca Maria do Espirito Santo, o que leva a supor uma possível homenagem àquela senhora. Adicionado à isso, ao fim do anúncio, Joanna esclareceu qualquer dúvida sobre o matrimônio com o tipógrafo, já que, para não ser confundida com outras *Joannas*, resolveu adotar, daquele momento em diante, o nome de seu companheiro. Sendo assim, os dois não se casaram perante a igreja para que a mesma tivesse adicionado *Costa* ao nome, mas mostrou que possuía sim uma relação sólida com o tipógrafo por adotar o sobrenome de seu companheiro e pai de seus filhos.

Desta forma, ao mesmo tempo em que possuía os nomes completos dos filhos do casal, ainda faltava localizar o registro de batismo, de três filhos: o de Francisco, Julia e agora o de Joanna. Portanto, desde a localização deste anúncio transcrito acima, percorri mais uma vez o Banco de Dados dos Assentos de Batismos, só que desta vez referentes aos anos de 1865 e 1866, para tentar encontrar mais rastros sobre seus outros filhos, até o momento que me deparei com mais dois registros de batismo: o de Julia e o de Joanna.

Nascida em 10 de fevereiro de 1865⁵⁴, Julia, descrita como branca, de filiação natural dos pais José Rodrigues da Costa e Joanna Maria do Rozario, fora batizada três meses depois de seu nascimento, e apadrinhada pelo senhor José de Azevedo Maya e Nossa Senhora das Neves como madrinha.

Em relação ao seu padrinho foi possível localizar que o senhor José de Azevedo Maya era proprietário de uma loja de *fazendas* (tecidos, vestimenta) na Rua das Convertidas, em que aparecem inúmeros anúncios de seu estabelecimento comercial no jornal de seu compadre, *O Publicador*. José de Azevedo Maya era casado com a Dona Emilia Margarida de Oliveira Maia, e no dia 16 de outubro de 1865⁵⁵ batizara sua filha Estephania apadrinhada pelo Barão e Baronesa de Maraú. De acordo com Myraí Segal (2014), José Teixeira de Vasconcelos um senhor de engenho nas localidades de Santa Rita foi agraciado com o título de Barão de Maraú, logo após a visita de D. Pedro II à província. Este exercera cargos como o de comandante da Guarda Nacional, Juiz de Direito, entre outros. Fora casado com Dona Francisca Antonieta Monteiro da Franca, filha do Capitão Mor Francisco Xavier Monteiro da Franca, um dos principais fundadores do Partido Liberal na Paraíba durante o Período Regencial. Desta maneira, percebemos que o compadre escolhido pelo tipógrafo para apadrinhar uma de suas filhas, além de possuir um estabelecimento comercial, mantinha relações com pessoas das altas elites políticas da sociedade.

No ano posterior, no dia 14 de abril de 1866⁵⁶, nasceu Joanna que só foi batizada em dezembro deste mesmo ano. Descrita como branca, de filiação natural dos pais Jose Rodrigues da Costa e Joanna Maria do Rozario, e apadrinhada por Antonio da Cruz Cordeiro e Nossa Senhora das Neves, como madrinha. Primeiramente, vale ressaltar que Joanna nasceu no ano em que seu pai faleceu, desta maneira, a criança apenas tinha sete meses de vida quando José Rodrigues da Costa padecera. Mas, nesse caso, notou-se algo diferente, pois ela fora batizada no mês seguinte à morte do pai, e, coincidentemente, o padrinho escolhido, possivelmente pela mãe, foi um amigo próximo da família o doutor Antonio da Cruz Cordeiro, assim como se pode visualizar na nota abaixo:

Falleceu no dia 8 do corrente, ás 10 horas da noite, o proprietario d'este jornal José Rodrigues da Costa, victima de uma apoplexia⁵⁷ fulminante, que o roubou em

⁵⁴ Conforme assento no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, do ano de 1865, fl. 279, AEPB (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

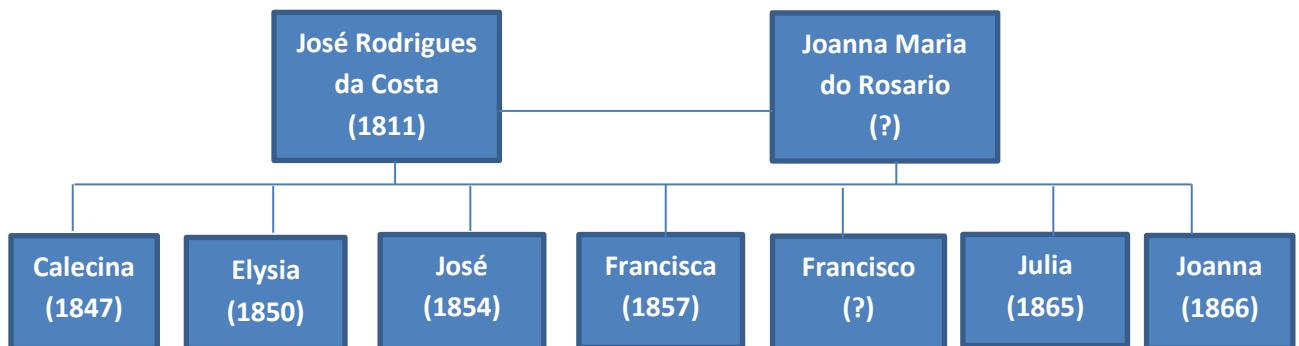
⁵⁵ Conforme assento no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, do ano de 1865, fl. 83, AEPB (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

⁵⁶ Conforme assento no Livro de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, do ano de 1866, fl. 141, AEPB (Arquivo Eclesiástico da Paraíba).

poucos minutos a sua familia e amigos, sem que podessem salva-lo os recursos da arte, empregados pelo distincto medico Dr. Cordeiro, que correu promptamente em seu socorro, logo que foi avisado de seu grave encommodo. Foi tão rapido e violento o ataque, que não teve tempo de receber os socorros espirituales, tendo unicamente tempo o Dr. Lindolfo José Corrêa das Neves, que acompanhou de perto o Dr. Cordeiro, quando para casa do amigo commum, de absolvê-lo *in articulo mortis*, e receber seus ultimos suspiros. *O Publicador*, 12 de novembro de 1866. *Grifos meus*).

Ainda recorrendo à nota póstuma publicada após o falecimento de José Rodrigues da Costa, pode-se perceber claramente a necessidade de apresentar tanto o Padre Lindolfo das Neves, quanto o Doutor Antonio da Cruz Cordeiro enquanto amigos em comum do tipógrafo. Desta forma, acrediito que a escolha do médico enquanto padrinho da jovem órfã de pai, Joanna, fora uma estratégia social inteligente por parte da mãe Joanna Maria do Rosario, já que havia ficado viúva há apenas um mês, e com uma criança ainda de colo, optou por um homem com distinção social e próximo à família.

Dessa forma, por meio de informações obtidas no Banco de Dados dos Assentos de Batismo do Arquivo Eclesiástico Paraibano, e no documento cartorial do ano de 1873, foi possível elaborar a seguinte genealogia da família do tipógrafo:



Portanto, ao que parece o casal teve sete filhos, e não cinco como alegou Martins (1978) em sua obra. E, até o momento, só não foi possível localizar o registro de batismo de um desses sete filhos do casal, o de Francisco. Em vista disso, foi relevante destacar que, por meio deste mergulho no universo familiar do tipógrafo, ficou claro como o casal valorizou a dimensão social do rito católico, o batismo, já que por meio deste, foi possível vincular:

Pessoas de diferentes famílias, estabelecendo a relação de compadrio, cuja principal característica seria a criação de alianças entre duas ou três famílias, com o compromisso de proteção e respeito entre pessoas do mesmo status ou de diferentes condições econômica (ROCHA, 2007, p.242).

A utilização das relações de compadrio foram “sem sombra de dúvida, um poderoso mecanismo de ampliação das redes clientelares” (BRÜGGER, 2003, p.4), sendo assim, acreditou-se que José Rodrigues da Costa e sua companheira se utilizaram dos artifícios culturais e políticos à época para escolheram os padrinhos de seus filhos, principalmente, por estarem inseridos na lógica social escravagista e hierárquica, o que fica nítido pelo perfil social dos padrinho em que três dos padrinhos possuíam patentes militares, e um deles era representante do clero, um comerciante e outro médico. Desta maneira, por meio do compadrio, comprehendeu-se que a relação que o tipógrafo estabeleceu com a sociedade na qual viveu, foi marcada por “redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor” (MARTINS, 2007, p.95).

Partindo de fontes que foram indicadas à elaboração da pesquisa, alguns fragmentos do que poderia ter sido a trajetória de vida do tipógrafo, puderam elencar algumas questões fundamentais para se compreender um pouco do foi este homem. Primeiramente, suas origens étnicas e sociais não poderão ser nem suposicionadas, pois não se teve acesso a nenhum tipo de documento que indicasse tais características. Apenas por alguns apontamentos presentes na nota póstuma, presumiu-se que o tipógrafo possa ter vindo de uma família sem muitas posses, já que ele apenas concluiu o ensino primário e fora trabalhar cedo. Mas, que só pelo fato dele ter sido alfabetizado, em uma sociedade com um enorme abismo em relação às letras, já era um diferencial, o que também facilitou sua iniciação ao trabalho com os tipos nas tipografias, ofício esse considerado uma arte, já que seriam necessárias competências tanto manuais quanto intelectuais para a formulação do textos que seriam impressos.

Como foi dito anteriormente, no início deste capítulo, as pessoas que se encaixavam no grupo dos tipógrafos formaram uma mão de obra especializada e qualificada no Brasil imperial, que poderiam chegar a ganhar em média quase o que um eleitor primário precisava arrecadar para ser votante. Mas, o tipógrafo fora além, não só trabalhou para uma tipografia como estabeleceu uma de sua propriedade, levando-o a uma suposta ascensão social.

Além disso, vale notar que o tipógrafo não só ingressou, mas também obteve um cargo na mais importante irmandade católica da capital, a da Misericórdia, frequentada pelas mais altas camadas sociais da província. Adentrando novamente no universo privado de José Rodrigues da Costa, voltando o olhar para seu núcleo familiar, constituído pela sua companheira Joanna Maria do Rosario e seus sete filhos fica claro que o casal se utilizou das estratégias mais utilizadas à sua época em relação ao compadrio, o que fez com o tipógrafo conseguisse não só manter, como ampliar suas redes de relações sociais.

Igualmente, após essas considerações sobre o universo privado do tipógrafo, a partir de seus laços familiares e de afetividade, a seguir, pretendo desenhar o cenário cultural da imprensa ao qual José Rodrigues da Costa estava inserido no ano de 1848 até o ano de seu falecimento.

2.2 PASSEANDO PELA RUA DIREITA DAS “LETRAS” SEUS CRUZAMENTOS

Primeiramente, é importante destacar que devido à grande concentração de espaços destinados à produção e difusão da palavra escrita na Rua Direita (atual rua Duque de Caxias), a mesma até poderia ser chamada de “Rua das Letras”, já que nela e nas ruas circunvizinhas desde as primeiras décadas do século XIX na capital da província, ocorreu uma grande profusão dos impressos na cidade, assim como foi percebido ao longo deste tópico.

Na Província da Paraíba do Norte, segundo a historiografia, “Há uma versão sobre a primeira tipografia montada na Paraíba, cuja veracidade jamais pôde ser apurada” (LEAL, 1962, p.9). Este episódio se refere às especulações sobre o primeiro jornal a circular na província, *O Português*⁵⁸. Conforme Eduardo Martins (1976) foi Coriolano de Medeiros quem mencionou a existência deste periódico na província no ano 1818. Além disso, de acordo com alguns historiadores, esse “[...] teria sido impresso numa tipografia resultante dos remanescentes do naufrágio de um brigue⁵⁹ inglês, ocorrido às alturas do Cabo Branco” (RÊGO FILHO, 1963, p.9).

Segundo Martins (1976), o *Português* “era impresso em Londres onde começou sua publicação em abril de 1814 sob a direção do Dr. João Bernardo da Rocha Loureiro, jornalista luso, nascido em Gouveia, no ano de 1778” (MARTINS, 1976, p.18) e, conforme Matias Molina (2015) interrompendo sua circulação no ano de 1826 quando “o governo português processou Rocha Loureiro em Londres por delito de imprensa” (MOLINA, 2015, p.153). Portanto, a existência do jornal é reconhecida pela historiografia, mas, em relação à sua circulação na província da Paraíba do Norte, Eduardo Martins (1976) alegou que:

Velhos habitantes da cidade, indagados por nós, falaram que ouviram dos seus antepassados, a citação desse periódico, [...] mas não souberam informar se o pasquim era impresso ou manuscrito do bico da pena de pato dos escribas de antanho (MARTINS, 1976, p. 20).

⁵⁸ É possível localizar alguns de seus exemplares no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro).

⁵⁹ De acordo com Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis, *Brigue* seria: Embarcação veleira, de dois mastros, os quais o maior é inclinado para trás. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>

Deste modo, de acordo com Matias Molina (2015), não só esse periódico circulou no Brasil, como também, houve outros jornais escritos por portugueses e publicados em Londres. É tanto que Rocha Loureiro, o redator de *O Português*, em 1822 agradeceu “muito especialmente aos negociantes portugueses de Londres, ‘bem como dois ou três outros no Brasil que, por vezes, à sua própria custa, asseguraram a difusão do jornal’” (MOLINA, 2015, p.153). Deste modo, fica claro que este periódico chegou a circular no Brasil, mas se ele circulou na província da Paraíba do Norte, impresso ou manuscrito não se sabe.

Em virtude das incertezas que envolvem *O Português*, preferiu-se tomar como o primeiro jornal da província paraibana, a *Gazetta do Governo da Paraíba do Norte*⁶⁰, fundado em 1826, por Alexandre Francisco de Seixas Machado, presidente de província à época, e “circulou até fevereiro de 1827, cuja publicação cessou com a mudança do Governo” (MARTINS, 1976, p.52). Este periódico oficial foi impresso pela *Typographia Nacional da Paraíba*, localizada à Rua Direita n.62 (MARTINS, 1976, p.72). Esta que é considerada a primeira oficina tipográfica da Paraíba do Norte, na qual, em 1823, a Junta do Governo provincial determinou que “se encarregasse ao negociante Francisco Jordão Stuart de mandar vir da Inglaterra uma oficina tipográfica por conta da Fazenda Pública” (MARTINS, 1976, p.47), e que ao ser instalada foi “administrada pelo subdito inglez Walter S. Boardman” (BEZERRA, 1922, p.51).

A *Gazeta Parahibana*⁶¹ teria sido o segundo periódico da província e a primeira publicação de Antonio Borges da Fonseca, “o mais conhecido jornalista paraibano do início do século XIX” (BARBOSA, 2009, p.61), que nasceu em 1808 na Paraíba e faleceu em 1872 na cidade de Nazaré da Mata em Pernambuco. Borges da Fonseca foi “um publicista que desempenhou uma marcante atividade pública no Império brasileiro. [...] fundou cerca de 23 periódicos em diferentes províncias (Paraíba, Rio de Janeiro e Pernambuco)” (SILVA, 2010, p.9). Além desses dois jornais supracitados, na *Typographia Nacional da Paraíba* também

⁶⁰ Encontra-se um exemplar de número 27 de 1826, no Arquivo Maurílio de Almeida, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no site do projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

⁶¹ “Bissemário que circulou entre 1828 e 1829. Órgão de orientação republicana, sua efemeride deveu-se principalmente ao verbo mordaz e independente de Borges da Fonseca” (ARAÚJO, 1986, p. 34). O ideário republicano nesse período, possivelmente seria àquele ligado ao grupo dos liberais *exaltados* que se localizavam à esquerda do campo político, pois eram adeptos do radical liberalismo, em que almejavam a instauração de uma República Federativa, e eram inspirados pelo modelo americano de governo e por autores como Rousseau e Montesquieu. (BASILE, 2009, p.99). Mas, de acordo com Carolina Silva (2010), é preciso ter em mente que os conceitos de república e federalismo podiam conter vários significados no século XIX. Já que, “Os próprios contemporâneos confundiam-se diante de tantos novos conceitos e de novas acepções atribuídas à estes conceitos” (SILVA, 2010, p.104).

se imprimiu o *Petiguaré* “de vida efêmera, pois findou com a venda da oficina impressora a uma firma de Pernambuco” (MARTINS, 1976, p.75).

A partir da década de 1830, o cenário urbano da capital da província começa a sofrer alterações em relação ao surgimento de estabelecimentos tipográficos, com o crescimento do número de tipografias, boticas e lojas comerciais, responsáveis por grande parte da distribuição da palavra escrita na capital da província, durante o todo o século XIX. Sendo assim, acredito que para compreender a inserção de José Rodrigues da Costa, enquanto tipógrafo, na capital, é preciso conhecer o cenário da imprensa ao qual ele estava inscrito, já que relações formais, informais e de sociabilidades se constituíram, muitas vezes, pelos espaços urbanos ao longo do século XIX (MOREL; BARROS, 2003).

Cenário este advindo de uma imensa efervescência política em que tanto o “Parlamento, imprensa, associações, manifestações cívicas e movimentos de protesto ou revolta constituíram os instrumentos principais de ação política no período regencial” (BASILE, 2009, p.62). Assim como aponta Marcello Basile (2009), foi nesse período em que:

Nas principais cidades do império, assiste-se à politização das ruas; a política ultrapassa o tradicional espaço dos círculos palacianos e das instituições representativas e transborda para a emergente esfera pública, valorizada como instância legítima de participação, palco de desenvolvimento de uma embrionária, porém ativa, opinião pública (BASILE, 2009, p.62).

Nesse sentido, ocorreu um significativo desenvolvimento da imprensa brasileira durante a década de 1830, em consequência das disputas políticas, de novos ideais e projetos políticos, como também pela mobilização dessa emergente opinião pública. Mas, segundo Basile (2009), talvez isso tenha se dado desta forma em decorrência de uma relativa liberdade de expressão e devido à comum prática do anonimato.

Sendo assim, com base nas obras de Alcides Bezerra (1922), José Leal (1962), Eduardo Martins (1976) e Fátima Araújo (1986), nos periódicos localizados no Arquivo Maurílio de Almeida e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e nas consultas realizadas no site do projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*, foi possível elaborar alguns quadros contendo informações sobre os jornais que circularam na Cidade da Paraíba, entre as décadas 1830 a 1866. No ano de 1830, de acordo com Martins (1976) e Araújo (1986), publicou-se o *Correio da Paraíba*, periódico este que foi “órgão oficial do governo provincial presidido por Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça” (MARTINS, 1976, p.75), e impresso em Recife. Entretanto, este jornal não se encontra neste quadro a seguir, pois minha intenção foi de além de identificar os jornais, também detectar as

tipografias que existiram na capital durante o recorte temporal proposto para esse estudo. Portanto, após minhas pesquisas nos respectivos acervos e dos jornais que consegui localizar, foi possível elaborar o seguinte quadro:

Quadro1: Jornais identificados entre as décadas de 1830 e 1840						
Ano	Jornal	Responsável	Periodização	Preço	Local de venda	Tipografia/Localização
1832	<i>O Republico</i> ⁶²	Antonio Borges da Fonseca	NC*	4\$000 por quatro meses e 100 rs. avulsos.	<i>Na tipografia, na casa do Redator e na Botica do Snr. João Alves Cavalcanti.</i>	<i>Tipografia Municipal</i>
	<i>O Publicador Parahybano</i> ⁶³	Antonio Borges da Fonseca foi redator ⁶⁴	NC	400 réis mensais pagos adiantados.	Na tipografia.	<i>Typographia Paraibana Rua detraz da Matriz</i>
1833	<i>Raio da Verdade</i> ⁶⁵	José Freire ⁶⁶	<i>sahindo todos os sábados</i>	Em trimestre pagos adiantados 960 réis e 80 réis avulsos.		<i>Typografia Paraibana , Rua detraz da Matriz N.1.</i>
1835	<i>O Parahybano</i>	NL*	NL	NL	NL	NL
1840	<i>O Constitucional Parahybano</i> ⁶⁷	B. B. de F. Mello	Bi-semanário	NL	NL	<i>Typographia Parahybana. Rua da Baixa.</i>

⁶² Exemplares de 1830 a 1855 presentes no site do Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶³ Localizado a primeira página do exemplar de número 1 do ano de 1832, e o de número 10 de 1833, no Arquivo Maurílio de Almeida.

⁶⁴ MARTINS, 1976, p.75

⁶⁵ Exemplar de número 67 presente no site do Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁶ BARBOSA, 2009, p.63

⁶⁷ Informações contidas na obra de Martins (1976, p.76)

1841	<i>O Verdadeiro Monarchista</i> ⁶⁸	Antonio Correa Feio.	NC	640 reis mensais .	Vende-se na loja do senhor Joaquim Tavares Bastos Rua Direita	Typographia na Rua das Trincheiras n.46
1849	<i>O Reformista Jornal Político, Literario, e Commercial</i> ⁶⁹	NC	Sahir, por ora, quando for possível.	O Preço da assinatura 2\$ rs. Por 24 numeros e 100rs. a folha.	vende-se avulso, na Cidade Alta, loja de Sr. Joaquim da Silva Guimarães Dengozo, rua Direita; e na Cidade baixa, loja do Sr. José da Silva Neves, rua do Varadouro.	Typographia de F. T. de Britto e Comapanhia na Rua Nova n. 70/Rua da Areia n. 25.
	<i>O Tapuya</i>	NL	NL	NL	NL	NL
	<i>O Investigador</i>	NL	NL	NL	NL	NL
	<i>O Espreitador, Jornal Joco-crítico-político-moral.</i> ⁷⁰	NL	NL	NL	NL	Typographia de José Rodrigues da Costa
	<i>Correio Official Parahybano</i> ⁷¹ .	NC	NC	NC	NC	Typographia de J. R. da Costa Rua Direita, n. 8

⁶⁸ Foi localizada apenas a primeira página do exemplar de 29 de janeiro de 1841, n.30 no Arquivo Maurílio de Almeida. Há disponível o exemplar por inteiro no site do projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*, mas este se encontra ilegível.

⁶⁹ Encontram-se disponíveis exemplares dos anos de 1849 e 1850 na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

⁷⁰ Informações contidas na obra de Martins (1976, p.76).

⁷¹ Foi localizada a primeira página do exemplar de 25 de junho de 1849, n. 50 no Arquivo Maurílio de Almeida.

	<i>A Ordem Jornal Politico, Litterario e Critico</i> ⁷² .	NC	<i>Publica-se por ora, uma vez por semana.</i>	400 réis por 4 número s.	Na tipografia.	<i>Typographia de J. R. da Costa Rua Direito, n.8.</i>
1849	<i>O Reformista Jornal Politico, Literario, e Commercial</i> ⁷³	NC	<i>Sahir, por ora, quando for possível.</i>	<i>O Preço da assinatura 2\$ rs. Por 24 numero s e 100rs. a folha.</i>	<i>vende-se avulso, na Cidade Alta, loja de Sr. Joaquim da Silva Guimarães Dengozo, rua Direita; e na Cidade baixa, loja do Sr. José da Silva Neves, rua do Varadouro.</i>	<i>Typographia de F. T. de Britto e Comapanhia na Rua Nova n. 70/Rua da Areia n. 25.</i>
	<i>O Tapuya</i>	NL	NL	NL	NL	NL

*NC: Não Consta; *NL: Não Localizado.

Fonte: Quadro elaborado pela autora mediante pesquisa realizadas no seguintes acervos: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Arquivo Privado Maurílio de Almeida e no site *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

Primeiramente, é relevante de ressaltar que os quadros elaborados não representam a totalidade dos jornais que surgiram na província durante todos esses anos, já que alguns podem não ter resistido ao tempo, não sendo possível deixar sua marca nos arquivos da cidade, além disso, outros podem não ter sido contemplados pelos autores consultados ou não foram localizados durante essa pesquisa. Mas, acredito que esses quadros servem como um esboço da construção de um panorama do que foi a imprensa na província paraibana durante

⁷² Encontram-se disponíveis exemplares dos anos de 1849, 1850 e 1851 na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Foi localizada apenas a primeira página do exemplar de 4 de agosto de 1851, n.62 no Arquivo Maurílio de Almeida.

⁷³ Encontram-se disponíveis exemplares dos anos de 1849 e 1850 na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

as décadas estudadas. Sendo assim, a elaboração do quadro acima permitiu algumas inferências em relação a algumas discussões recentes da historiografia sobre a história da imprensa no Brasil.

A começar pelo *O Republico*⁷⁴, escrito por Antonio Borges da Fonseca, que teve as primeiras publicações de 1830 e 1831 lançadas no Rio de Janeiro, trazia um trecho do *Contrato Social* de Rousseau para expressar os princípios norteadores de seu periódico: *Povos livres lembrai-vos d'esta máxima – A liberdade pódese- adquirir mas depois de perdida, não se pode recobrar* Rousseau, Contrato Social. (*O Republico*, 2 de outubro de 1830). Quando Borges da Fonseca retornou à Paraíba do Norte para assumir o cargo de secretário do governo, lançou números do jornal em sua terra natal e escolheu como epígrafe, um trecho do décimo terceiro capítulo do livro *Les Ruines, ou Méditation sur les révolutions des empires*. (As Ruínas, ou meditação sobre as revoluções dos impérios), de Constatin François de Chasseboeuf, o Conde de Volney, outro filósofo iluminista:

Mais um dia, uma reflexão... e em um movimento imenso vai nascer, um século novo vai se abrir! Século de admiração para o vulgo, de surpresa e espanto para os tiranos, de liberdade para um grande povo, e de esperança para toda a terra⁷⁵. VOLNEI, cap. 13 das ruínas (*O Republico*, 10 de julho de 1832).

Os jornais durante as épocas da Independência e da Regência “nunca foram tão decisivos para definir o futuro do país. Confrontavam-se projetos diversos para o Brasil, revelando concepções conflitantes do que deveria ser a nação” (MOLINA, 2015, p.177). Principalmente durante o período regencial, este que foi “o tempo das experimentações, do desnudamento de contradições e de projetos de remate do Estado brasileiro” (SILVA, 2006, p.45), que, “Em face da vacância do Trono, liberais moderados⁷⁶, liberais exaltados⁷⁷ e caramurus⁷⁸ envolveram-se em acirrada disputa pelo poder, trazendo à baila projetos políticos distintos” (BASILE, 2006, p. 60). Esses embates de projetos políticos tiveram na imprensa “o

⁷⁴ Jornal de publicação irregular teve a primeira fase 1830 e 1831 no Rio de Janeiro, de 1831 a 1832 na Paraíba, e em 1834 iniciou a terceira fase novamente na corte (MOLINA, 2015, p.320-321).

⁷⁵ Encore un jour, une réflexion:..... et un mouvement immense va naître; un siècle nouveau va s'ouvrir! siècle d'étonnement pour le vulgaire, de surprise et d'effroi pour les tyrans, d'affranchissement pour un grand peuple, et d'espérance pour toute la terre! (VOLNEY, 1826, p. 86) Disponível em: http://www.gutenberg.org/files/27931/27931-h/27931-h.htm#Page_76

⁷⁶ “Situados ao centro do campo político imperial [...] adotavam o princípio básico do justo meio [...] meio-termo entre o absolutismo e a democracia” (BASILE, 2006, p.61).

⁷⁷ “Adeptos do liberalismo radical [...] postura antiaristocrática, avessa a privilégios, comendas, títulos de nobreza e seus portadores” (BASILE, 2006, p.68-70).

⁷⁸ “Opunham-se a qualquer tipo de descentralização [...] o tipo de governo almejado pelos caramurus era o mesmo firmado pela Constituição e vigente no Primeiro Reinado” (BASILE, 2006, p.85).

principal espaço desse confronto, veiculando concepções e propostas as mais diversas acerca da nação que se pretendia construir” (BASILE, 2006, p. 60).

Nesse cenário, encontra-se a Parahyba do Norte, que durante o período regencial, foi “uma província inserida em um contexto de ebuição, de debates políticos e sedição” (MARIANO, 2014, p.122), pois “havia intensa troca de assinatura entre jornais de diferentes províncias, [...] criando uma rede nacional de debates.” (BASILE, 2006, p.91). A exemplo, dos embates entre *O Republico*, de Borges da Fonseca, que à época se encontrava “em sua fase política considerada mais moderada” (MARIANO, 2014, p.134), pois, se tornara membro da *Sociedade Promotora da Instrução, Moral e Indústria*, grupo liderado pela família Carneiro da Cunha⁷⁹, e utilizava seu jornal como porta voz desta sociedade.

Na oposição, estava *O Raio da Verdade*, redigido por José Freire, este que era inimigo declarado de Borges da Fonseca (MARIANO, 2014, p.137), possuía “tendência exaltada e republicana” (MARIANO, 2014) e defendia os interesses da *Sociedade Federal Parahybana*. Em sua epígrafe dizia: *Em um Estado livre deve-se prever tudo que pode atacar a liberdade. J.J. Rousseau.* (*O Raio da Verdade*, 25 de maio de 1833), também um extrato do pensamento de Rousseau, que, segundo Gladys Ribeiro, durante esse contexto da década de 1830, pós-abdicação, foi comum “nos periódicos de todos os matizes, frases e ensinamentos de Voltaire, Bentham e Rousseau” (RIBEIRO, 2006, p.117).

O Publicador Parahybano, outra folha deste período, representava a administração provincial, que “tinha como Secretário Borges da Fonseca, redator do dito jornal, cujo primeiro número foi tirado na Tip. Paraibana, passando a ser impresso em Pernambuco.” (MARTINS, 1976, p. 76). Este periódico trazia como epígrafe: *He quimera aspirar à Liberdade, sem justiça* (*O Publicador Parahybano*, 17 de abril 1832, n. 1), frase esta que localizei de um extrato da transcrição da fala da Regência Permanente perante a Assembleia Geral Legislativa no periódico *Diário Fluminense* de 2 de novembro de 1831.

Nesse contexto, em relação aos jornais da província que circularam durante a terceira década do século XIX: *O Republico* (1832), *O Publicador Parahybano* (1833), *O Raio da Verdade* (1833) e *O Parahybano* (1835), três deles foram localizados nos acervos pesquisados, apenas o último jornal citado, que ao que parece também foi dirigido por Borges da Fonseca (MARTINS, 1976, p.76), ainda não foi localizado. Esses quatro periódicos foram impressos em duas tipografias, na *Tipografia Municipal* que foi adquirida através de um comerciante inglês, Ricardo Roggers, com dinheiro decorrente de subscrição da

⁷⁹ Ocuparam importantes cargos políticos durante todo o período imperial na Paraíba, também assumiram a presidência da província, e criaram o partido Conservador em 1836 (MARIANO, 2014).

municipalidade (MARTINS, 1976); e na *Typographia Parahibana*, que teria sido “administrada por Manoel Jerônimo do Sacramento” (MARTINS, 1978, p.23), este que também fora Professor de Primeiras Letras nas Vilas do Conde, Pedra de Fogo e Alhandra, entre os anos de 1848 a 1853 (PARAHYBA DO NORTE, 1848, 1853).

Em relação à década de 1840, foi possível perceber um aumento de quatro para oito jornais em relação à década anterior, e, também, o dobro no número de tipografias, de duas para quatro oficinas: a *Typographia Parahybana*, localizada na Rua da Baixa, que pode ter sido a mesma que imprimiu o *Raio da Verdade* e *O Parahybano*, e que agora apenas mudou de endereço, *O Verdaadiero Monarchista* afirmava em suas páginas ser impresso na *tipografia da Rua das Trincheiras*; a *Typographia de F. T. de Britto e Comapanhia* na Rua Nova n. 70 que depois se muda para a Rua da Areia n. 25, e a *Typographia de José Rodrigues da Costa*, neste momento localizada na casa de número 8, da Rua Direita.

Assim como nos periódicos da década de 1830, também foi possível localizar nesses periódicos que adentravam no segundo reinado, algumas epígrafes, como as de *O Verdaadiero Monarchista* que trazia o trecho de um pensador da revolução francesa que almejava a monarquia constitucional: *Représenter unne Nation est le droit le plus auguste. Usurper cette représentation serait um crime de lese Nation*⁸⁰ Mirabeau (*O Verdaadiero Monarchista* 29 de janeiro de 1841); *O Reformista*: *A imprensa é a voz da sociedade moderna, o seu silêncio é a morte da liberdade* (*O Reformista* 3 de agosto de 1849), ao que tudo indica se referia à liberdade de imprensa e de expressão, ademais “Entendiam os periodistas liberais que sua prática era a da difusão das ideias ilustradas” (SILVA, 2006, p.44); e no jornal *A Ordem*: *Fallai em tudo a verdade a quem em tudo a deveis A Ordem* 4 de agosto de 1851), trecho retirado do poeta português Sá de Miranda.

Em relação à estrutura dos jornais desta época, Luciano da Silva Moreira (2006), em sua dissertação: *Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)* percebeu-se que:

A maioria dos jornais apresentava uma epígrafe ou citação, variando da inserção de trechos de pensadores estrangeiros a excertos da carta constitucional do Império do Brasil [...] Por meio deste exemplo, percebemos que a epígrafe era utilizada como uma “carta de apresentação” do redator, mostrando os propósitos que o norteavam (MOREIRA, 2006, p.118).

⁸⁰ Representar uma nação é um direito muito augusto. Usurpar essa representação seria uma crime de lesa Nação (tradução livre feita pela autora).

Em relação aos jornais da província da Paraíba analisados, entre os anos de 1832 a 1849, observou-se que geralmente estes possuíam quatro páginas, possuíam o texto dividido em duas colunas, com textos escritos de forma contínua sem interrupções e normalmente finalizavam com a seção *annuncios* ou *avizos*, mas em alguns jornais também encontrou-se a seção de “*correspondência*”.

Adicionado a isso, também é possível inferir que os periódicos, em sua maioria, “Poderiam ser comprados no próprio local de impressão [...] Algumas folhas utilizaram espaços consolidados de comércio, como **lojas**, tabernas e **boticas**” (MOREIRA, 2006, p.127. Grifos meus). Portanto, assim como na província de Minas Gerais, os periódicos da Paraíba foram vendidos, em sua maioria, nas próprias tipografias, mas também em espaços como a *Botica do Snr. João Alves Cavalcanti*, a *loja do senhor Joaquim Tavares Bastos* e na *loja de Sr. Joaquim da Silva Guimarães Dengozo*. Portanto, esses estabelecimentos comerciais, dos mais variados gêneros, também foram responsáveis pela venda da palavra impressa na província. Conforme procurou-se destacar no quadro abaixo:

Quadro 2. Jornais identificados na década de 1850						
Ano	Jornal	Responsável	Periodização	Preço	Local de venda	TIPOGRAFIA/localização
1850	<i>Alva Jornal Litter ario</i> ⁸¹	Redação de João da Costa Ribeiro, José Carlos da Costa Ribeiro, Olinho José Meira, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Adelino Antonio de Luna Freire e Salvador Henrique de Albuquerque. ⁸²	Public a-se uma vez por mez, conten do cada numer o de 12 a 20 pagina s.	Preço da assinatura 2\$000 por semestre	Recebem-se assignaturas na Cidade Alta em casa do Snr. Francisco Fernandes Lima, rua Direita, n. 75, e no Varadouro na loge do Snr. Antonio Alexandrino Lima, rua das Convertidas n.16.	<i>Typographia de J. R. da Costa</i>
1850	<i>O</i>	NC	Sahirá	1\$000 reis	Na tipografia.	<i>Typographia de</i>

⁸¹ Exemplares do ano de 1850 estão disponíveis no site do projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

⁸² Martins, 1978.

	<i>Governista Parahyba no Folha Official, Politica e Litteraria</i> ⁸³ .		<i>regularmente todos os sabados</i>	por um trimestre.		<i>José Rodrigues da Costa Rua Direita n. 8</i>
1850	<i>Argos Parahyba no Jornal Político, Litterario e Comercial</i> ⁸⁴ .	NC	<i>Sahirá por ora, quando for possível.</i>	Preço da assignatura 2 \$ rs. por 24 numeros100 rs. a folha.	<i>Recebem-se assignaturas, e vende-se avulso, na rua da Areia, caza onde está a Typographia.</i>	<i>Typographia de F. T. de Brito e Comapanhia. Rua da Areia, n.25.</i>
1853	<i>Jornal da Assembléa Legislativa Provincia l da Parahyba</i> ⁸⁵	NC	NC	NC	NC	<i>Typographia de José Rodrigues da Costa, Rua Direita n. 8.</i>
1854	<i>A Matraca</i>	NL	NL	NL	NL	<i>Typographia de José Rodrigues da Costa</i>
1855	<i>O Parahyba no Peridico Litterario, noticiador e per accidens politico</i> ⁸⁶ .	<i>Impresso por G. V. da Natividade</i>	<i>Sahirá quando for possível</i>	2.000 réis a assinatura, pagos adiantados e 100 réis avulsos.	Na tipografia	<i>Typographia de José Rodrigues da Costa Rua Direita n. 8</i>
1855	<i>Comercia</i>	<i>Editado por public</i>		2.000 réis	Na tipografia.	<i>Typographia de F.</i>

⁸³ Exemplares dos anos de 1850 e 1851 localizados no site do projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

⁸⁴ Exemplares de 1853 e 1854 disponíveis no site do projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

⁸⁵ Foi localizado o exemplar de numero um, do ano de 1853, no Arquivo Maurílio de Almeida, mas apenas a primeira página.

⁸⁶ Encontra-se disponível o exemplar de número 19 na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Foi localizado o exemplar de numero 20, do ano de 1855, no Arquivo Maurílio de Almeida, mas apenas a primeira página.

	<i>l Parahyba no⁸⁷</i>	<i>Gervazio R. Pereira Campos⁸⁸</i>	<i>a-se todas as seman as</i>	por 24 números, pagos adiantados.	<i>Partida dos Correios para Pernambuco e Goianna, nas segundas e sextas feiras Para a Cidade d' Areia, Mamanguape, Bananeiras, Guarabira, Alagoa- Nova, nos dias 5, 15 e 23: Pilar. Ingá, Natuba, Campina, Cabaceiras, S. João, Patos, Pombal, Piancó, Cidade de Souza, e Catolé, nos dias 10, 20 e últimos de cada mez, ao meio dia. O correio particular do commercio para Pernambuco chegou nas sextas- feiras e fecha a mala aos sabbados as 6 horas da tarde.</i>	<i>T. de Brito & Comp. Rua da Areia n.15</i>
1856	<i>A Epoch Noticioso e Litterario⁸⁹</i>	NC	Quarta s e sábado s.	2\$000 reis por trimestre para a cidade e 2\$500 para outro	Na tipografia e: <i>Partida dos correios terrestres Para</i>	<i>Typographia de José Rodrigues da Costa Rua Direita n.20</i>

⁸⁷ Foi localizada a primeira página do exemplar de número 43 no Arquivo Maurílio de Almeida.

⁸⁸ De acordo com Martins (1976, p.77).

⁸⁹ Encontram-se disponível apenas um exemplar de 17 de setembro de 1856 no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

				qualquer lugar. Pagos sempre adiantados.	<i>Pernambuco, Olinda, Goianna todas as segundas e sextas feiras ao meio dia. Para Mamanguape, Independencia , Bananeiras, Arêa e Alagôa Nova, nos dias 5, 15 e 25 de cada mez ao meio dia. Para Pilar, Ingá, Campina Grande, Cabaceiras, s. João, Pattos, Pombal, Catolé do Rocha, Piancó e Souza nos dias 10, 20 e ultimos de cada mez ao meio dia.</i>	
1858	<i>A Imprensa Jornal Político, Litterario, e Noticioso</i> ⁹⁰ .	Editado pelo Barão de Abiah, ao lado de figuras como Lindolpho José Correia das Neves, Assis Rocha, Visconde de Cavalcanti, Diogo Velho, Barão de Mamanguape, Comendador Mindello, Porphírio	Publicado aos sábados	Custa 2\$000 reis por trimestre para capital e 2\$500 para outras localidades. Vende-se o número avulso por 200 rs.	Na Tipografia. Partidas dos correios: Pernambuco, Olinda, e Goianna, todas as segundas e sextas-feiras ao meio dia; Mamangoape, Independencia, Bananeiras, Arêa, e a Alagôa-Nova, nos dias 5, 15 e 25 de cada mez ao meio	Typ. Constitucional Parahybana Rua da Baixa, n.44.

⁹⁰ De acordo com o levantamento dos jornais realizado por Thiago Souza, encontra-se o exemplar de 16/10/1858 no acervo da Fundação Casa José Américo e de 14/05/1858 no IHGP.

		Arantes e Anísio Salatiel Carneiro da Cunha ⁹¹ .			dia; e Pilar, Ingá, Campina-Grande, Cabaceiras, S. João, Pattos, Pombal, Catolé do Rocha, Piancó, e Sousa nos dias 10, 20 e últimos de cada mez ao meio dia.	
1859	<i>O Despertador, jornal politico, noticioso e litterario</i> ⁹² .	<i>Redigido por Antonio Souza Carvalho</i> ⁹³	Uma vez por semana	Por anno 10\$000, por simestre 5\$000, por trimestre 3\$000 para a capital. Para o interior por anno 11\$000, por simestre 6\$000, por trimestre 3\$000.	Na tipografia.	<i>Typographia Liberal Parahybana - de F. T. de Brito. Rua Direita n.102</i>

*NC: Não consta; *NL: Não localizado. Fonte: Quadro elaborado pela autora mediante pesquisa realizadas no seguintes acervos: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Arquivo Privado Maurílio de Almeida e no site *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

De acordo com Ana Luiza Martins (2013), o período denominado de segundo reinado foi marcado pelo início da complexidade da sociedade brasileira devido à expansão dos aparelhos administrativos e da população. Nesse sentido, os jornais representavam a comunicação dos governos, pela divulgação de seus atos, conectando, assim, as províncias com poder central. “As lentes da política presidem as novas páginas periódicas abertas com o Segundo Reinado, assinadas em sua maioria por servidores do trono” (MARTINS, 2013, p.47).

⁹¹ ARAÚJO, 1986, p.36.

⁹² Encontra-se o exemplar de 21 de setembro de 1861 e 21 de abril de 1866 no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*. Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional se encontra o exemplar de 10 de novembro de 1866 até o ano de 1888.

⁹³ (ARAÚJO, 1986, p.36-37)

Na Parahyba do Norte, essas características são perceptíveis em jornais como *O Governista Parahybano* (1850-1851) e *A Epochá* (1856). O primeiro como o título bem sugestiona, trazia nas quatro páginas os expedientes do governo provincial, e na última página seções como *Editaes* ou *Avizos*, também referentes ao governo, como concursos para professor. Já o segundo periódico, possuía a primeira página composta “por atos do Ministério da Marinha, expediente do Governo da Província e ata da Assembleia Legislativa Provincial (MARTINS, 1976, p.77), mas ao longo das outras páginas variava com seções intituladas de *Correspondência, Miscelanea, Variedades e Annuncios*.

O jornal, *O Parahybano* (1855), também trazia em suas primeiras páginas expedientes e notícias referentes ao governo, possivelmente em consequência desse ter sido impresso por Gervazio Victor da Natividade, este que era funcionário público da província, que exerceu cargos como de Porteiro e Bedel (inspetor) do Lyceu Provincial, e também fora copista da Secretaria de Instrução Publica (PARAHYBA DO NORTE, 1842, 1852, 1856). Além disso, esse período, de acordo com Ana Luiza Martins:

Política e imprensa se conjugam a serviço dos partidos – Conservador ou Liberal – atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Em geral, os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas (MARTINS, 2013, p.48).

Na mesma direção no caso da Parahyba se observou a vinculação dos jornais com os partidos políticos, à exemplo *O Despertador* que era órgão do Partido Liberal (ARAUJÓ, 1986, p.36-37), assim como também o *Argos Parahybano*, que em sua epígrafe proclamava que: *O progresso da inteligência é inevitável, havendo liberdade de falar, escrever e publicar o que se pensa.* M. Maricá⁹⁴. Em oposição à esses jornais, estava *A Imprensa*, que pertencia ao partido Conservador, e possuía em sua redação Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão de Abiaí) (SEGAL, 2014, p. 45), este do grupo familiar dos “Carneiro da Cunha, que permaneceu na direção do Partido Conservador da Paraíba desde a sua criação, na década de 1830, até meados dos anos 1880” (SEGAL, 2014, p. 52).

⁹⁴ **Marques de Maricá:** Formado em Matemática e Filosofia pela Universidade de Coimbra. Senador pela Província do Rio de Janeiro; Conselheiro de Estado; pertenceu ao Conselho do Imperador; Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Membro da Junta de Comércio; Censor Régio da Imprensa; Administrador Tesoureiro da Fábrica de Pólvora e um dos administradores da Imprensa Régia. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-dos_ministros/pasta-imperio-primeiro-reinado-dom-pedro-i/pasta-imperio-primeiro-reinado-dompedro-i-ministros/mariano-jose-pereira-da-fonseca.

Além disso, é relevante destacar aqui uma observação, pois, percebeu-se que em décadas anteriores os textos dos jornais eram escritos de forma mais contínua, com menos colunas e menos seções, mas a partir de 1850 percebe-se uma maior presença de notícias referentes ao governo provincial, e um maior número de colunas e seções nos periódicos que não se declaravam de nenhum dos partidos, já nos de tendência Liberal, como *Argos Parahybano* e *Despertador*, geralmente traziam em suas primeiras páginas a opinião dos redatores em relação a algum assunto que ocorreu na província.

Comparando este com o quadro 1, referentes às décadas de 1830 e 1840, percebeu-se que ocorreu um aumento de oito para 10 jornais, mas que foram impressos por três tipografias. Entretanto, mesmo ocorrendo uma aparente diminuição no números de estabelecimentos tipográficos, percebe-se que as mesmas tipografias imprimiram mais jornais, como a *Typographia de José Rodrigues da Costa* que imprimiu quatro deles, a *Typographia Liberal Parahybana - de F. T. de Brito*, que imprimiu três, a *Constitucional Parahybana*, que imprimiu apenas um. A tipografia intitulada F. T. de Brito, acredito eu que tenha pertecido a Felizardo Toscano Brito. Este fora Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda, membro da Câmara Municipal, Professor de Retórica e Poética do Lyceu Provincial, e por duas vezes, foi vice-presidente da província.

Em relação ao jornal intitulado de *Alva* (1850), percebe-se a permanência da venda de periódicos em lojas comerciais, esses que provavelmente, eram “partidários do mesmo credo político” (MOREIRA, 2006, p.127), dos redatores *Os senhores Francisco Fernandes Lima e Antonio Alexandrino Lima* proprietários dos estabelecimentos que vendiam exemplares do jornal *Alva*, eram compadres, pois Antonio Alexandrino de Lima foi padrinho⁹⁵, em 1838, do filho Francisco do senhor Francisco Fernandes Lima e sua esposa. Além disso, Francisco Fernandes Lima foi padrinho⁹⁶ da filha Francisca de Thomaz d’Aquino Mindello e sua esposa, este que foi Professor e Secretário do Lyceu Provincial, interessante notar que um dos redatores desse jornal, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, também foi Diretor da Instrução Pública Provincial.

Além de todos esses laços interligando a redação do jornal com os donos das lojas que distribuíram os impressos, foi possível perceber a ligação de Antonio Alexandrino Lima com o tipógrafo José Rodrigues da Costa, já que os dois em 1856 eram vizinhos de propriedades,

⁹⁵ Informação presente na página de número 102 do ano de 1838 do Banco de Dados dos Registros de Batismo do Arquivo Eclesiástico da Paraíba.

⁹⁶ Informação presente na página de número 31 do ano de 1859 do Banco de Dados dos Registros de Batismo do Arquivo Eclesiástico da Pa Raíba.

como consta no documento supracitado no início do capítulo, em que José Rodrigues da Costa e Joanna Maria do Rosario eram “consenhores de um sitio no logar Cruz do Peixe terreno próprio, que confina pelo poente com terras de Antonio Alexandrino Lima” (TAVARES, 1910, p. 711).

Deste modo, partindo desse exemplo, concordo quando Marco Morel (2013) afirma que, por meio da imprensa, várias redes de sociabilidades se tornam visíveis, já que os jornais foram “veículo de divulgação de anúncios de todo o teor, numa sociedade que ingressava na oferta e procura de serviços diversos” (MARTINS, 2013, p.58), em que os comerciantes viviam em uma mútua relação de solidariedade com a imprensa, pois tanto distribuíam como divulgavam suas lojas pelos jornais. Pode-se dizer que a imprensa do século XIX, associada ao espaço urbano, por meio dos locais responsáveis pela circulação da palavra escrita, formou rotas em que diferentes comércios se entrelaçavam (MOREL; BORGES, 2003, p.77).

A seguir, tem se o quadro em relação dos jornais, alguns que se tem notícia e outros em que foi possível localizar alguns exemplares em relação à década de 1860.

Quadro 3. Jornais identificados na década de 1860						
Ano	Jornal	Responsável	Periodização	Preço	Locais de Venda	Tipografia/loca lização
1860	<i>A Estrella Peridico Recreativo e Critico</i> ⁹⁷	NC	NC	NC	NC	<i>Typographia Parahybana</i> Rua da Baixa n.41.
1860	<i>O Imparcial Jornal Politico, Litterario e Noticioso</i> ⁹⁸ .	Impresso por Atilano Chrispiniano da Silva		Preço das assinaturas para capital, o ano era 9\$000, simestre por 4\$500 e o trimestre 2\$250. Para o interior, o ano era 10\$000, o semestre 5\$000 e o trimestre por 2\$500 réis.	<i>Partida dos correios terrestres Para Pernambuco, Olinda, Goianna todas as segundas e sextas feiras ao meio dia. Para Mamanguape, Independencia, Bananeiras,</i>	<i>Typographia de José Rodrigues da Costa, Rua Direita, n. 6.</i>

⁹⁷ Encontra-se disponível o exemplar de Nove de dezembro de 1860, n.7 no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

⁹⁸ Foram localizados exemplares de numero um a 50 do ano de 1860 no Arquivo Maurílio de Almeida. Tanto na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional quanto no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19* está disponível o exemplar de 15 de abril de 1861.

					<i>Arêa e Alagôa Nova, nos dias 5, 15 e 25 de cada mez ao meio dia. Para Pilar, Ingá, Campina Grande, Cabaceiras, s. João, Patos, Pombal, Catolé do Rocha, Piancó e Souza nos dias 10, 20 e ultimos de cada mez ao meio dia.</i>	
1860	<i>A Borboleta Jornal Recreativo J ovial e Poetico⁹⁹</i>	NC	NC	300 réis mensais.	Na tipografia.	<i>Typographia Liberal Parahybana Rua Direita n. 102.</i>
1861	<i>O Heliotropo Periódico Recreativo¹⁰⁰</i>	NC	Public a-se uma vez por seman a	320 reis mensais pagos adiantados.	Na tipografia.	<i>Typographia Liberal Parahybana Rua Direita n. 102.</i>
1861	<i>A Regeneraçã o¹⁰¹</i>	NC	Public a-se nas quarta s e sábado s.	Por anno 10\$000, por simestre 5\$000, por trimestre 3\$000 para a capital. Para o interior por anno 11\$000, por simestre 6\$000, por trimestre 3\$000. 200 rs. avulsos.	Na tipografia.	<i>Typographia Parahybana, Rua da Baixa, n.44.</i>
1861	<i>Diário da Parahyba¹⁰²</i>	impresso por Pedro Soares		1\$000 réis mensais para	Na tipografia	<i>Typographia de José Rodrigues</i>

⁹⁹ Exemplar de 9 de dezembro de 1860, n.10 disponível no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*

¹⁰⁰ Exemplares de 24 de abril e 5 de maio de 1861 no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

¹⁰¹ Estão disponíveis exemplares de número 1 ao número 60 do ano 1861, e do número 72 ao número 84 na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

		de Figueiredo		dentro da capital e 1\$500 réas para fora da capital.		<i>da Costa, Rua Direita n.20</i>
1862	<i>O Foguete Periodico Crítico, Litterario, e Noticioso</i> ¹⁰³	NC	<i>Publica-se todas as vezes que for possív el.</i>	<i>500 reis mensaes pagos sempre adiantados</i>	Na tipografia	<i>Typographia Litteraria Parahybana</i>
	<i>O Publicador</i>	<i>Propriedade de José Rodrigues da Costa</i>	<i>Publica-se diariamente</i>	<i>1\$000 réis por mês pagos adiantados.</i>	Na tipografia	<i>Typographia de José Rodrigues da Costa Rua Direita n.20</i>
	<i>A Gyromancia Crítico, Noticioso, e Commericia</i> ¹⁰⁴	NC	<i>Publica-se uma vez por semana</i>	<i>2\$000 réis por trimestre para a cidade e 2\$400 réis para fora.</i>	Na Tipografia	<i>Na typographia de propriedade de Thadeu Pereira Bastos e filhos.</i>
	<i>O Commercial</i> ¹⁰⁵	NC	<i>Publica-se duas vezes por semana</i>	<i>1\$000 por 10 numeros, sendo para a capital, e á 1\$500 para fora d'ella pagos adiantados</i>	Na Tipografia	<i>Typographia Rua das Convertidas N.100</i>
	<i>O Mercantil Parahybano</i>	Sob a orientação do Padre Lindolfo Correia ¹⁰⁶	NL	NL	NL	NL
	<i>Jornal da Parahyba</i> ¹⁰⁷	<i>Órgão do Partido Conservador, fundado pelo Senador Frederico de Almeida e Albuquerque, possuía como principais redatores o</i>	Bisse manal ¹⁰⁹	NL	NL	NL

¹⁰² Exemplar do ano II datado de 1862, de número 58 no site *Jornais e Folhetins da Paraíba no século XIX*.

¹⁰³ Foi localizado o exemplar de sete de agosto de 1862, nº10 na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁴ Foi encontrada apenas a primeira página do exemplar de 19 de setembro de 1862 de número 38 no Arquivo Maurílio de Almeida.

¹⁰⁵ Localizada apenas a primeira página do Exemplar de 17 de janeiro de, 1863, de número 61 no Arquivo Maurílio de Almeida, apenas a primeira página.

¹⁰⁶ MARTINS, 1976, p.78.

¹⁰⁷ Informações contidas em ARAÚJO, 1986, p. 37

		<i>Barão de Abiah y e o Padre Meira</i> ¹⁰⁸				
	<i>Echo Parahybano</i>	NL	NL	NL	NL	NL
	<i>O Conservador Parahybano</i>	NL	NL	NL	NL	NL
1864	<i>O Tempo</i> ¹¹⁰	Joaquim Moreira Lima era proprietário e diretor da redação; O.V. Moraes era o impressor.	Todas as segundas e quintas.	3\$000 réis por trimestre, pagos adiantados. 160 réis avulsas.	No escritório da tipografia.	<i>Typographia de J. M. de Lima na Rua das Trincheiras, n.5.</i>
1866	<i>A Esperança</i> ¹¹¹	Impresso por Jurcilino Casado de Lima	Todos os dominigos	500 rs. mensais.	Partida dos correios terrestres Para Mamanguape, Independência, Bananeiras, Catolé, Areia, e Alagôa Nova, nos dias 10, 20 e ultimos de cada mez ao meiodia Para Pilar, Ingá, Campina Grande, Bodocongó, S. João, Teixeira,	<i>Typographia Liberal Parahybana Rua Direita n.102</i>

¹⁰⁹ ARAÚJO, 1986, p. 37

¹⁰⁸ ARAÚJO, 1986, p. 37

¹¹⁰ Foi localizado o exemplar de 29 de dezembro de 1864, número 11 ao número 27 do ano de 1865, no Arquivo Maurílio de Almeida.

¹¹¹ Exemplares dos anos de 1866 a 1885 no site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

				<i>Patos, Catolé do Rocha, Piancó e Souza. Dos correios a esta capital vindos da linha do brejo, nos dias 3, 13 e 23 á tarde; e dos da linha do sertão nos dias 8, 18 e 28 á tarde.</i>	
<i>Fraternidad e Artística</i>	NL	NL	NL	NL	Tipografia de B. J. F. Ponteiro ¹¹²

*NC: Não consta; *NL: Não localizado. Fonte: Quadro elaborado pela autora mediante pesquisa realizadas no seguintes acervos: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Arquivo Privado Maurílio de Almeida e no site *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*.

Observando o cenário da década de 1860 percebe-se o considerável aumento de três para sete tipografias, o que equivale a 133% de aumento no número de tipografias em relação à década anterior. São elas: *Typographia Parahybana*, *Typographia Liberal Parahybana*, *Typographia Litteraria Parahybana*, Tipografia de B. J. F. Ponteiro, *Typographia de propriedade de Thadeu Pereira Bastos e filhos*, *Typographia da Rua das Convertidas*, *Typographia de J. M. de Lima e a Typographia de José Rodrigues da Costa*, que juntas imprimiram 17 periódicos, totalizando 70% a mais de aparecimento de jornais em relação à década de 1850 que totalizou 10 jornais.

Em meados da década 1840 juntamente com a abertura das portas da Tipografia de José Rodrigues da Costa, também aparece nos títulos do jornais a tipografia intitulada de *F. T. Brito*, possivelmente, Felizardo Toscano de Brito, que também fundou os jornais: *Argos Parahybano*, e *O Despertador* (BARBOSA, 2009, p.37-38), e que coincidentemente esses dois jornais foram impressos na *Typografia de F. T de Brito*. Felizardo Toscano de Brito, desde o princípio de sua vida política esteva vinculado ao Partido Liberal (SEGAL, 2014). Se o partido custeou seus impressos não posso afirmar, mas gostaria de ressaltar a recorrência dos títulos das tipografias com os nomes dos proprietários, já que:

Durante os anos de 1850 e de 1860, apesar da preponderância dos jornais doutrinários ou opinativos, a imprensa diária, noticiosa, mais voltada para a

¹¹² Informações contidas em ARAÚJO, 1986, p.37.

informação, se consolidou. Vivendo de assinaturas e das vendas avulsas, não sendo mais produto dos escritos de uma única pessoa, com os jornais se instalando em oficinas tipográficas próprias (VITORINO, 1995, p.24).

Uma vez que, na Paraíba do Norte, na década de 1860 se torna visível o aparecimento de espaços tipográficos com o nome de seus donos: *Typographia de propriedade de Thadeu Pereira Bastos e filhos*, *Typographia de J. M. de Lima*, Tipografia de B. J. F. Ponteiro, fora a *Typ. de J. R. da Costa*.

Nas décadas anteriores foi possível identificar a venda dos jornais em lojas comerciais e boticas, já na década de 1860, em sua maioria, os periódicos eram vendidos na própria tipografia. Em relação à circulação dos impressos percebe-se que houve um considerável aumento de alcances geográficos já que desde 1850 alguns jornais passaram a informar os preços e dias de partidas dos exemplares não só para a capital, mas para o interior e como também para outras províncias. Provavelmente, porque: “Os jornais passaram a usar os serviços do correio para atender os escassos assinantes no interior, [...], e os exemplares eram entregues, assim como as cartas, com uma demora de cinco a nove dias” (MOLINA, 2015, p, 382).

Observando os periódicos paraibanos foi possível perceber que, geralmente, os correios partiam em um espaço de dez dias como no caso dos jornais *O Imparcial* e o *Commercial Parahybano*. A difusão da imprensa pelos correios, de acordo com Matías Molina foi essencial para “o desenvolvimento da imprensa em todo o mundo” (MOLINA, 2015, p. 376), e o Brasil, diferentemente de alguns países, “não estabeleceu o imposto do selo sobre os jornais, que tinha desconto nas tarifas postais, [...] houve no Brasil uma intensa troca de exemplares entre folhas de todo o país” (MOLINA, 2015, p.379), deste modo, “[...] o serviço postal permitiu a criação de uma espécie de rede nacional de informações e difusão de ideias” (MOLINA, 2015, p.379). O que contribui para desmistificar algumas concepções de que “as províncias viviam culturalmente isoladas e, no máximo, mantinham contato com a Corte. Ao contrário, os jornais e periódicos revelam que havia um movimento intenso entre as províncias” (BARBOSA, 2007, p. 83-84).

Além dessas características, foi possível perceber a pouca variação no preço dos jornais, que entre 1830 e 1840 eram vendidos em uma média de 80 a 100 réis, de 100 a 200 réis nas décadas 1850 e 1860, o que tornou os periódicos, de certa maneira, acessíveis perante a sociedade imperial, já que comprar alimentos nesse período saía mais caro que a obtenção de uma folha impressa, pois a carne de vaca custava 100 rs. a libra, a de porco a 200 rs., e a

carne de carneiro a 280 rs., vendidas no matadouro, e, nos açouges da companhia, a primeira a 120, a segunda a 240 e a terceira a 320 (VITORINO, 1999, p.92).

Atrelado a esse fator, por meio da habitual leitura em voz alta em locais mais reservados ou mesmo nas praças públicas, ocorreu a “maciça participação popular, ou melhor, daqueles que sabiam escrever e que não pertenciam necessariamente às classes abastadas” (BARBOSA, 2009, p.88-89). Sendo assim, a imagem cristalizada da imprensa apenas para as elites precisa ser repensada, já que as pessoas sem alfabetização também puderam ser “leitores, diretos ou indiretos, da imprensa, fazendo releituras próprias, recebendo, elaborando e retransmitindo notícias e os informes” (MOREL; BARROS, 2003, p. 97). Ainda em relação aos valores, foi possível notar que na década de 1860 a maioria dos jornais colocava apenas os preços das assinaturas, que podiam ser anuais, semestrais e trimestrais e impreterivelmente pagos adiantados, pois era dos assinantes que “dependia a sobrevivência do jornal e do jornalista” (LUSTOSA, 2004, p.64), para, além disso, não só “As assinaturas sustentavam parte das publicações, mas o aporte de capitais era fundamental para manutenção do impresso” (MARTINS, 2013, p.60), como a obtenção de lucro por meio dos anúncios (em que as pessoas pagavam por linha), era de essencial importância para a continuação da impressão dos jornais, pois “o custo para se publicar um periódico só 80 % dele era gasto com a compra de papel e o restante com as despesas referentes à redação e distribuição” (MOLINA, 2015, p.446.) O custo do papel em 1865 em um anúncio de *O Publicador*: “PAPEL DE IMPRESSÃO em formato duplo dos jornaes que se imprimem nesta província a 12\$000 rs. a resma, dinheiro à vista; vende-se nesta typographia” (*O Publicador*, 3 de julho de 1865), custava mais que a assinatura anual da maioria dos jornais.

A necessidade de tais lucros se tornou perceptível pelos quadros anteriormente apresentados, já que dos 28 jornais identificados, entre eles, 10 destes pediam pagamento adiantado aos seus assinantes, portanto, 35% dos jornais encontrados pediam tal forma de pagamento, o que nos leva a supor que seriam das assinaturas que grande parte dos jornais se sustentava, fora os custos da produção e também com a mão de obra. Ademais, a produção de um jornal perpassava pelos custos com a compra de papel, com a mão de obra, e com a distribuição, em sua maioria pelos correios, como foi possível perceber. Na província de Minas Gerais, Mônica Jinzenji (2008), constatou que em meados de 1835, tratava-se de um contexto “onde não ha[via] abundância de operários de oficinas tipográficas que [pudessem] ser chamados para quaisquer serviços, no impedimento daqueles que vi[viam] disso, e que não [eram] em grande número” (JINZENJI, 2008, p.81). Neste sentido, “A quantidade reduzida de pessoas trabalhando nas oficinas tipográficas também impedia o aumento da

periodicidade dos jornais. A maioria saía duas vezes por semana; alguns eram semanários” (MOREIRA, 2004, p.5). Ou seja, fora o gasto com todos os custos para impressão de um jornal, geralmente as tipografias possuíam pessoas com funções acumuladas, levando as redações a imprimirem seus periódicos em um maior espaço de tempo.

Em relação aos jornais analisados, a grande maioria saía de uma a duas vezes por semana, menos *O Publicador* lançado em 1862 por José Rodrigues da Costa, que era de publicação diária. Nesta direção, dentro desse cenário, acreditou-se que o tipógrafo possuía além de uma oficina bem equipada, uma quantidade razoável de pessoas para auxiliá-lo na impressão diária deste que foi um dos mais duradouros jornais da província no oitocentos.

Ademais, os jornais da década de 1860 foram responsáveis por representar os mais variados interesses da sociedade local, a exemplo dos periódicos que defendiam o Partido Conservador, como *A Regeneração, Jornal da Paraíba e O Tempo*, ao lado das ideias liberais, estava *O Publicador, A Fraternidade Artística* que “defendia os interesses da classe artística” (ARAÚJO, 1986, p.37), e fora essas justificativas declaradas, tanto na década de 1850 quanto na de 1860, a grande maioria dos jornais se intitulavam de *Periodico Critico, Litterario, e Noticioso; Peridico Recreativo e Critico; Politico, noticioso e litterario; Peridico Litterario, noticiador e per accidens politico; Folha Official, Politica e Litteraria; Jornal Litterario*, entre outros.

Para tanto é preciso ter em mente que a concepção de Literatura ao longo do século XIX foi se modificando, e também era diferente do entendimento que possui atualmente, já que para a sociedade oitocentista, Literatura significava: “Bellas-letras, que engloba um conjunto amplo de escritos – entre os quais a carta, o sermão, as biografias, as narrativas de viagens, etc.” (BARBOSA, 2007, p. 29). Sendo assim, o termo *litterario* na descrição dos periódicos, geralmente, estaria se referindo “a eloquência, a poesia, a história, a crítica e também as ciências” (BARBOSA, 2007, p. 29), deste modo, este termo, na maioria das vezes, estava associada a outras palavras como *noticioso, politico, critico, recreativo etc.* Contudo, a matéria literária, tal qual a compreendemos hoje, como “contos, crônicas, poesias, romances, também estavam inseridos ao longo dos jornais, mas em seções muitas vezes intituladas de *Variedade, Miscelânea, Folhetim, etc*” (BARBOSA, 2007, p. 30).

No início deste tópico, ficou claro que a Rua Direita (atual Duque de Caxias) começou abrigando a primeira tipografia da capital, e que ao longo do século XIX, esteve dentro deste cenário urbano, mergulhada no circuito das letras, pois fora a rua que também abrigara, a *Typographia de José de Rodrigues da Costa*. Logo, é necessário que se ressalte que não só esta rua, como também, não só José de Rodrigues da Costa foram responsáveis pela

intermediação da cultura impressa na capital da província.

Desta forma, após essas breves considerações a respeito da imprensa oitocentista e seus desdobramentos, veio-se lhes apresentar um pouco de como a Cidade da Parahyba estava configurada urbanamente, e alguns dos locais por estavam dispostas algumas das tipografias comentadas acima. Desde os primórdios da imprensa paraibana se observa a predominância dos espaços de produção da palavra impressa na Rua Direita (atual Duque de Caxias), e após análises dos quadros acima, percebi que outras ruas também tiveram este protagonismo, como as Rua Nova (Av. General Osório), Rua das Trincheiras, Rua da Baixa (atual trecho entre a Igreja da Misericórdia e a Rua Guedes Pereira) , Rua da Areia, além do o aparecimento da Rua das Convertidas (atual Av. Maciel Pinheiro) na década de 1860.



Planta da Cidade da Parahyba, s.d.; desenho a nanquim, papel vegetal; 104 x 100 cm. **Fonte:** Setor de Cartografia, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ARC.017,07,021on). Este sumário indicando o número e as ruas foram alterações na fonte realizadas pela autora.

Partindo desta planta e de como dispusera a descrição da Cidade da Parahyba em meados da segunda metade do século XIX por Maurílio de Almeida (1982), é que se pode visualizar a disposição urbana da capital paraibana:

As áreas integrantes da cidade eram distribuídas conforme sua apresentação topográfica, com a saliência de uma parte alta e de uma parte baixa; esta última ainda conhecida como Varadouro. A primeira das referidas partes totalizava apenas dezessete ruas, além de travessas e becos, tendo como principais as seguintes: **Rua Nova**, Rua da Misericórdia, Rua da Matriz, Rua das Mercês, Rua da Cadeia e **Rua das Trincheiras**, sendo de destacar-se, ainda, o Largo do Erário. O Varadouro - a parte baixa - compunha-se de dezesseis artérias, entre ruas, travessas e becos, adquirindo relevo as **ruas das Convertidas**, do Varadouro, **da Areia**, do Império, da Viração, do Quartel e das Flores (ALMEIDA, 1982, p.39. *Grifos meus*).

Voltando-se o olhar para o mapa acima apresentado, percebemos que os números 1, 2 e 3, são referentes às ruas pertencentes à parte Alta da cidade, já os número 4 e 5, se referiam ao Varadouro. “O Varadouro sendo hoje lugar em que se acha colocado grande parte do comercio desta Cidade tem uma rua que he a principal por ser nella em que estão as maiores cazas de negocio”. (*A Ordem*, 30 de junho de 1851). Além disso, de acordo com Almeida (1982), ao que parece “Não havia calçamento nas ruas, salvo na Rua Direita e em parte do Varadouro” (ALMEIDA, 1982, p.39), o que leva a crer que tanto a Rua Direita, quanto a região do Varadouro poderiam ter sido uma das áreas mais privilegiadas da capital. Já que:

A maior concentração de moradias e outras construções era visível na Rua das Convertidas, na Rua Direita e na Rua da Areia. A Cidade possuía em 1859 o total de mil e quinhentas casas, aproximadamente, não chegando a contar cinqüenta sobrados; os · sobrados, em número assim reduzido, pertenciam a membros da aristocracia rural. **Quase duas dúzias existiam na Rua Direita, com ares senhoriais**, para orgulho da artéria; em quantidade ainda menor, eles poderiam ser vistos no Varadouro e na Rua das Convertidas (ALMEIDA, 1982, p.41. *Grifos meus*).

Desta forma, acreditou-se que o fato de existir calçamento tanto na Rua Direita quanto em partes do Varadouro seria em decorrência da “convergência maior da população era visível no centro hoje formado pelas ruas Direita, Nova, da Areia e Maciel Pinheiro” (ALMEIDA, 1982, p.41). Além do mais, percebeu-se após essas breves análises que, as tipografias citadas acima estiveram localizadas nas ruas de maior visibilidade da capital da província: Rua Direita (atual Duque de Caxias), Rua Nova (Av. General Osório), Rua das Trincheiras, Rua da Areia, e Rua das Convertidas. Na Rua Direita, a rua que abarcou a tipografia de José Rodrigues da Costa por três diferentes casas, as de número 8, 6 e 20, possuía a concentração de parte dos sobrados de ar senhorial, levando a crer que muitas das

pessoas pertencentes às elites moravam, ou possuíam casas nesta importante rua. Desta maneira, o tipógrafo soube escolher muito bem a localização de seu estabelecimento, pois ao que parece fora um ponto que contribuiria ainda mais para a reputação de sua tipografia.

Em relação às tipografias, percebeu-se que não só José Rodrigues da Costa transferiu sua oficina de lugar, pois, em análise ao jornal *O Reformista* em seu primeiro exemplar datado de agosto de 1849, dizia que “*Publica-se na Typographia de F. T. Brito e Companhia, rua Nova n. 70, e sahir, por ora, quando for possivel.*”, mas em seu décimo exemplar, do mês de outubro de 1849, dizia que: *Publica-se na Typographia de F. T. Brito e Companhia, rua d'Areia n. 25: e sahirá, por ora quando for possível*”, que não só transferiu de casa mas também de rua. Desta forma, acredito que, possivelmente, essa tenha sido uma prática comum, em decorrência provavelmente do aluguel que os proprietários deveriam pagar, ou devido ao tamanho do maquinário que poderia aumentar, e necessitar de mais espaço, ou simplesmente porque os donos queriam um espaço novo que desse mais visibilidade às tipografias.

Para, além disso, gostaria de destacar que identifiquei no jornal *O Publicador*¹¹³, um extrato sobre a *Collecta da décima urbana*¹¹⁴ dos anos de 1864 e 1866 em que Simplício Narciso de Carvalho, padrinho de uma das filhas de José Rodrigues da Costa, era o proprietário da casa de número 20 na Rua Direita, esta que abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa dos anos de 1856 a 1858, e de 1862 a 1866, indicando que as relações de compadrio também influenciaram sua ação enquanto tipógrafo. Além disso, acreditou-se que a localização da tipografia, em uma das ruas que desde os primórdios da imprensa da capital abarcou a produção das letras, foi de extrema importância para a consolidação da atividade de José Rodrigues da Costa enquanto intermediário da cultura escrita.

Sendo assim, ao longo deste tópico pôde-se tirar algumas breves considerações: a imprensa paraibana imperial esteve inserida em um contexto político e cultural amplo, pois esteve por dentro dos debates políticos respectivos a cada momento; os ideais dos jornais eram perceptíveis ou pelos seus títulos, ou por suas abordagens textuais; a estrutura dos jornais eram compatíveis à cada década analisada, em que sofreram transformações decorrentes de cada momento político cultural ao qual a imprensa esteve inserida; as folhas periódicas eram vendidas não apenas nas tipografias nas quais eram impressas, mas algumas

¹¹³ No exemplar de 11 de abril de 1864 n.481 e no de 9 de abril de 1866, n.1073. Disponível em: www.memoria.bn.br

¹¹⁴ Imposto criado pelo governo sobre os donos dos prédios urbanos visando aumentar as rendas públicas, criado pelo Alvará de 27 de junho de 1808. (Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_20.pdf#page=2)

vezes em outros tipos de estabelecimentos comerciais, como também partiam para outras localidades tanto da província quanto para fora dela, o que atenta para a circulação da palavra impressa e oral. Além disso, também foi possível perceber a visível participação de homens em posições de distinção (magistrados, padres, professores, oficiais militares, médicos, entre outros), sendo responsáveis pela produção da imprensa na capital, já que muitos eram fundadores e redatores de jornais, e quando assumiram funções públicas, também financiaram a difusão de dados do governo provincial, já que, segundo Cury e Ferronato em sua maioria: “os jornalistas se valiam dos próprios relatórios e orçamentos provinciais para criticar e cobrar posturas governamentais” (2012, p.75). Desta forma, inserido neste cenário, acreditou-se que as redes de sociabilidades estabelecidas por José Rodrigues da Costa, foram essenciais, para o seu reconhecimento enquanto tipógrafo durante o seu tempo.

3 DA PENA AO PRELO: O QUE SE PUBLICAVA NA TYPOGRAPHIA DE JOSÉ RODRIGUES DA COSTA

3.1 DOCUMENTOS OFICIAIS: RELATÓRIOS, FALAS E EXPOSIÇÕES

Para esboçar um panorama dos documentos ditos de cunho oficial, impressos por José Rodrigues da Costa em sua tipografia, foi acessada a base de dados *Center for Research Libraries*¹¹⁵, onde se encontram digitalizados relatórios, ofícios, falas e exposições dos mais diversos dirigentes da Paraíba a partir de 1838 até os anos de 1930. Após a análise desses documentos foi possível inferir que a *Typographia de José Rodrigues da Costa, imprimiu relatorios, exposições e fallas* entre 1848 a 1862, e no ano de 1864. E, também agreguei às informações obtidas no site *Center for Research Libraries* anteriormente referido, elementos adicionais sobre os administradores da província paraibana entre anos de 1848 a 1889, explicitadas na obra de Nayana Mariano (2015): *Educação pela Higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)*. Logo, por meio desses dois conjuntos de documentos foi possível elaborar o quadro abaixo:

Quadro 4 - Documentos oficiais impressos pela tipografia de J. R. da Costa mais informações e observações sobre os respectivos administradores da província		
Nº	Descrição do Documento	Observações sobre os Presidentes e Vice- Presidentes de Província
1	Exposição feita pelo Tenente- Coronel de Engenheiros Frederico Carneiro Campos , na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte ao Exm. Vice- Presidente della, no acto de passar-lhe a administração da Provincia em 16 de Março de 1848 .	¹¹⁶ _____
2	Exposição feita pelo Exm. Sr. João D'Albuquerque Maranhão , Vice-Presidente da Provincia da Parahyba do Norte	João D'Albuquerque Maranhão: exerceu a função de Magistrado.
3	Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo Presidente da Provincia, o Bacharel João Antonio de Vasconcellos , em 1 de agosto de 1849 .	João Antonio de Vasconcellos: Natural do Rio de Janeiro, formado em Direito pela Faculdade de Olinda.
4	Exposição feita pelo Exm. Sr. Dr. João Antonio de Vasconcellos, Presidente da Provincia da Parahyba do Norte ao Exm. Presidente della Sr. Coronel José Vicente de Amorim Bizerra , no acto de passar-lhe	José Vicente de Amorim Bizerra: exerceu a função Magistrado.

¹¹⁵ Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>

¹¹⁶ Não possui informações adicionais sobre.

	a admnistração da mesma Provincia em 23 de janeiro de 1850.	
5	Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o Coronel José Vicente de Amorim Bezerra , na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850.	José Vicente de Amorim Bizerra: exerceu a função Magistrado.
6	Exposição feita pelo Commandador Frederico de Almeida e Albuquerque na qualidade de Primeiro Vice – Presidente da Provincia da Parahyba no acto de passar a Administração da Provincia ao segundo Vice-Presidente o Exm. Snr. Coronel Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque em 8 de maio de 1851.	Frederico de Almeida e Albuquerque era Natural da Parahyba, Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi um dos fundadores do Partido Conservador, deputado geral, provincial e senador. Coronel Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda.
7	Relatorio apresentado a Assemblea Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque , em 2 de agosto de 1851.	Antonio Coelho de Sá e Albuquerque: Presidiu outras províncias foi deputado geral, ministro e senador.
8	Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo Presidente da Provincia, o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852.	Antonio Coelho de Sá e Albuquerque: Presidiu outras províncias foi deputado geral, ministro e senador.
9	Exposição feita pelo Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque na qualidade de Presidente da Província da Parahyba do Norte no acto de passar a Administração da Provincia ao segundo Vice-Presidente o Excellentissimo Senhor Doutor Flavio Clementino da Silva Freire em 29 de abril de 1853.	Flavio Clementino da Silva Freire: Natural da Parahyba Formado em Direito pela Faculdade de Olinda, foi membro do Partido Conservador.
10	Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo Vice- Presidente da Provincia o Doutor Flavio Clementino da Silva Freire na abertura da sessão ordinaria em 5 de agosto de 1853.	Flavio Clementino da Silva Freire: Natural da Parahyba Formado em Direito pela Faculdade de Olinda, foi membro do Partido Conservador.
11	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello , na abertura da sessão ordinaria em 5 de maio de 1854. Impresso por Gervazio Victor da Natividade na Typographia de José Rodrigues da Costa.	João Capistrano Bandeira de Mello: Natural do Rio de Janeiro exerceu atividades de advogado, jornalista e também presidiu outras províncias.

12	<p>Exposição feita pelo Doutor João Capistrano Bandeira de Mello na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Provincia ao Excellentissimo Sr. Dr. Flavio Clementino da Silva Freire. Em junho de 1854. Impresso por Gervazio Victor da Natividade na Typographia de José Rodrigues da Costa.</p>	<p>Flavio Clementino da Silva Freire: Natural da Parahyba Formado em Direito pela Faculdade de Olinda, foi membro do Partido Conservador.</p>
13	<p>Exposição feita pelo Doutor Francisco Xavier Paes Barreto na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Provincia ao Excellentissimo segundo vice-presidente o doutor Flavio Clementino da Silva Freire em 16 de Abril de 1855. Impresso por Gervazio Victor da Natividade na Typographia de José Rodrigues da Costa.</p>	<p>Francisco Xavier Paes Barreto era natural de Pernambuco, foi juiz, deputado geral, ministro e senador.</p>
14	<p>Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo vice-presidente da mesma, o dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de outubro de 1855. Impresso por Gervazio Victor da Natividade na Typographia de José Rodrigues da Costa.</p>	<p>Flavio Clementino da Silva Freire: Natural da Parahyba Formado em Direito pela Faculdade de Olinda, foi membro do Partido Conservador.</p>
15	<p>Exposição feita pelo Doutor Flavio Clementino da Silva Freire na qualidade de Vice- Presidente da Provincia da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Provincia ao Excellentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva em 26 de novembro de 1855.</p>	<p>Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva Natural do Rio de Janeiro formado em Direito em São Paulo</p>
16	<p>Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856.</p>	<p>Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva Natural do Rio de Janeiro formado em Direito em São Paulo.</p>
17	<p>Exposição feita pelo Doutor Antonio da Costa Pinto Silva na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Provincia ao Excellentissimo Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha em 1 de abril de 1857.</p>	<p>Manoel Clementino Carneiro da Cunha: Natural da Parahyba, formado em Direito, foi membro do Partido Conservador, presidiu outra província e também fora deputado geral.</p>
18	<p>Relatorio recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da provincia, o dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857.</p>	<p>Manoel Clementino Carneiro da Cunha: Natural da Parahyba, formado em Direito, foi membro do Partido Conservador, presidiu outra província e também fora deputado geral.</p>
19	<p>Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique de Beaurepaire</p>	<p>Henrique de Beaurepaire Rohan: Natural do Rio de Janeiro militar de carreira Presidiu outra província</p>

	Rohan.	
20	Relatorio apresentado ao Ilm. Exm. Sr. Dr. Ambrosio Leitão da Cunha , no acto de tomar posse do cargo de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte por Henrique de Beaurepaire Rohan em 4 de junho de 1859.	Ambrosio Leitão da Cunha: Natural do Pará exerceu funções de advogado e juiz, assim como também presidiu outras províncias.
21	Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o dr. Ambrozio Leitão da Cunha , em 2 de agosto de 1859.	Ambrosio Leitão da Cunha: Natural do Pará exerceu funções de advogado e juiz, assim como também presidiu outras províncias.
22	Relatorio apresentado a Assemblea Legislativa da provincia da Parahyba do Norte em 15 de junho de 1860 pelo presidente, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes .	Luiz Antonio da Silva Nunes. Natural do Rio Grande do Sul Presidiu outra província.
23	Relatorio com que o Illmo. e Exmo. Sr. Barão de Mamanguape recebeu do Illmo e Exmo. Snr. Dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da provincia da Parahyba do Norte a 17 de março de 1861.	Flávio Clementino da Silva Freire foi nomeado Barão em 1860. Barão de Mamanguape – nome dado em homenagem à sua cidade de origem (SEGAL, 2014, p.48).
24	Relatorio apresentado a Assemblea Provincial Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte no dia 1 de agosto de 1861 pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima .	Francisco d'Araujo Lima: parlamentar e magistrado. ¹¹⁷
25	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, dr. Francisco d'Araujo Lima .	Francisco d'Araujo Lima: parlamentar e magistrado.
26	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1 de outubro de 1864 pelo presidente, dr. Sinval Odorico de Moura .	Sinval Odorico de Moura: Magistrado e também presidira outras províncias.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos documentos presentes no site – <http://www.apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba> - juntamente com informações fornecidas na obra de MARIANO (2015, p. 287-291). –

Desta forma, dos 26 documentos listados acima, percebe-se que alguns nomes dos que foram dirigentes da província se repetem, pois alguns assumiram cargos à frente da província mais de uma vez. Sendo assim, deste total, tem-se 16 homens que governaram a Parahyba do Norte, que se dividem em presidentes e vice-presidentes de província, em que 12 destes exerceram a função de presidente, e quatro deles foram vice-presidentes. Para compreender melhor o contexto que permeia o quadro acima, é preciso ter em mente que o cargo de

¹¹⁷ De acordo com extrato retirado do jornal *A Regeneração* de 18 de maio 1861.

Presidente de província fora criado em outubro de 1823 , pela Lei de número 20, em que fora decretado:

Art. 1º: Ficam abolidas as Juntas Provisórias de Governo, estabelecidas nas Províncias do Império do Brasil por Decreto de 29 de Setembro de 1821.

Art. 2º: Será o Governo das Províncias confiado provisoriamente a um Presidente e Conselho.

Art. 3º: O Presidente será o executor e administrador da Província, e como tal estritamente responsável responsável: **será da nomeação do Imperador, e amovível, quando o julgar conveniente** (BRASIL, 20 de outubro de 1823. *Grifos meus*).

A partir de então as províncias passaram a ser governadas por um presidente, escolhido diretamente pelo imperador, que também poderia ser substituído quando o rei julgasse conveniente. O quadro acima transmite características comuns à época, em que os presidentes, em sua maioria não eram naturais das províncias as quais estavam governando, além de terem mandatos com um curto período de duração, já que:

Para garantir a fidelidade dos homens escolhidos para a presidência das províncias, tomava-se o cuidado de nomear alguém de fora, bem como promover uma intensa rotatividade no preenchimento do cargo: não se costumava ocupá-lo por mais do que alguns meses (DOLHNIKOFF, 2005, p.102).

Além disso, José Murilo de Carvalho (2008) também afirmou que “A circulação geográfica era parte essencial da carreira de magistrados e militares” (CARVALHO, 2008, p.121), e que como consequência da grande mobilidade nos cargos de presidente de província o lado administrativo acabava se prejudicando, entretanto tal rotatividade:

Sem dúvida contribuía para fornecer experiência política a um grande número de pessoas, além de lhes dar a oportunidade de conhecer melhor o país e desenvolver perspectiva menos provinciana. Outra função importante cumprida pela grande mobilidade de presidentes era dar aos ministros a oportunidade de premiar os amigos (CARVALHO, 2008, p.124).

Em decorrência disto, “Os presidentes, usualmente, faziam carreira política, vindo a ocupar ou tendo já ocupado outros cargos como deputado geral, presidente de outra província ou ministro” (DOLHNIKOFF, 2005, p.102). Já em relação aos que assumiram a vice-presidência: *Flávio Clementino da Silva Freire, Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Frederico de Almeida e Albuquerque e o Coronel Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque*, estes eram naturais da Paraíba, e foram nomeações que corroboraram com a estratégia política utilizada à época, em que os vice:

Eram homens da província vinculados aos interesses do grupo que ali detinha a hegemonia política e econômica. A cada nova legislatura eram escolhidos, pelos deputados provinciais, seis dentre eles que deveriam exercer o cargo (DOLHNIKOFF, 2005, p.103).

Portanto, “o vice-presidente acabaria naturalmente por assumir uma grande importância no jogo político provincial, pois era a ele que cabia governar a província durante a maior parte do tempo” (DOLHNIKOFF, 2005, p.103), enquanto os presidentes viviam em uma constante rotação pelas províncias.

Ainda em relação ao quadro acima, pode-se apreender que um elemento em comum entre os governantes das províncias, fora a educação superior, “Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial”, e que “se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades” (CARVALHO, 2006, p.65), exemplo disso é maioria dos presidente e vice, citados no quadro, terem tido formação em Direito.

Segundo José Murilo de Carvalho (2008), a magistratura ‘ligava-se estreitamente à elite.’ (CARVALHO, 2008, p.121), pois no Brasil imperial “a educação era marca distintiva da elite política. Havia um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais” (CARVALHO, 2008, p.79). Além da formação em Direito, do quadro acima, também foi possível perceber que quatro dos 12 homens que assumiram o cargo de presidente da província, tinham a titulação de oficial militar, como: *Henrique de Beaurepaire Rohan, Coronel Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque, Coronel José Vicente de Amorim Bezerra e o Tenente- Coronel de Engenheiros Frederico Carneiro Campos*, e todos eles tiveram passagem pela vida política.

Ademais, analisando os respectivos documentos elencados no quadro acima se identificou uma sutil diferença entre eles. Uma vez que, os *relatórios*, em sua maioria, eram apresentados pelos homens que estavam àquele momento no cargo de administrador da província, e apresentavam seus feitos e, geralmente, possuíam uma maior quantidade de páginas, contendo anexos com mapas de dados estatísticos do mais diversos setores da província. Uma vez que na Lei de 12 de agosto de 1834, ficou decretado:

Art. 8º: O Presidente da Provincia assistirá á instalação da Assembléa Provincial, que se fará, á excepção da primeira vez, no dia que ella marcar terá assento igual ao do Presidente della, e á sua direita; e ahi dirigirá á mesma Assembléa a sua Falla, instruindo-a do estado dos negocios publicos, e das providencias, que mais precisar a Provincia para seu melhoramento. (BRASIL, 12 de agosto de 1834. *Grifos meus*).

Essa lei, geralmente, é comentada nas falas iniciais dos dirigentes que apresentaram seus relatórios perante a Assembleia Provincial, como se observa a seguir:

Senhores Deputados Provinicias,
Venho satisfazer o preceito do art. 8º da Carta de Lei de 12 de Agosto de 1834; compro-o com a maior satisfação. Nomeado Presidente d'esta Provincia, por Carta Imperial de 20 de Fevereiro do corrente anno, principiei a administral- a a 18 de Maio. Conscio de que me faltão muitas das habilitações necessarias ao exercicio do imptante cargo, que S. M O IMPERADOR dignou-se confiar-me, esforçar-me-hei em satisfazer os vistos paternaes de seu Governo, procurando fiel cumprimento da Lei e a igualdade na distribuição da Justiça á que teem direito todos os Parahybanos. (PARAHYBA DO NORTE, 1861, p.3. *Grifos meus*)¹¹⁸.

Senhores Membros da Assemblea Legislativa Provincial,
 Chamando-me a lei a este recinto **para installar os vossos trabalhos, com o prazer tomo parte nesta solemidade, e passo a expor-vos o estado dos negocios publicos concernentes a esta Provincia**, cuja administração assumi no dia 18 de Maio proximo findo (PARAHYBA DO NORTE, 1864, p.3. *Grifos meus*)¹¹⁹

Assim sendo, pelos extratos apresentados acima, percebeu-se que o rito do presidente de província perante a Assembleia era seguido conforme o art. 8º da Lei apresentada acima, em que o dirigente instalava a sessão da assembleia com o intuito de apresentar a situação vigente da província, assim como o que fizera ou pretendia fazer para solucionar as questões mais críticas. Em relação às *exposições*, na maioria das vezes, possuíam em seus títulos: *no acto de passar a administração da província*, o que me leva a crer que seriam uma espécie de ritual que marcava a passagem do poder de um dirigente ao outro.

Iilm. E Exm. Sr. – Tendo passado a V. Exc. A Administração d'esta Provincia, cabe-me o dever de apresentar, conforme determina o Aviso de 11 de Março de 1848, huma **fiel exposição do estado d'ella**, como o permittirem minhas pequenas forças (PARAHYBA DO NORTE, 1850, p.3. *Grifos meus*)¹²⁰.

Ilm. E Exm. Snr.

Passando a V. Exc. A administração desta Provincia que me coube a honra de dirigir desde 26 de novembro de 1855, por ter de ir para a Côrte tomar assento na Camara temporaria, como Deputado pela Provincia de S. Paulo, cumpre-me, em observancia ao preceito do Aviso Circular de 11 de março de 1848, **expôr á V. Exc. o estado della e de suas principaes necessidades.** (PARAHYBA DO NORTE, 1857, p.3. *Grifos meus*)¹²¹.

Se o *relatório* geralmente estava ligado à instalação das sessões da Assembleia Provincial, já no caso das *fallas*, pelo que se pôde absorver do discurso do ano de 1857 em

¹¹⁸ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/588/000003.html>

¹¹⁹ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/592/000003.html>

¹²⁰ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u485/000003.html>

¹²¹ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u496/>

comparação com dos anos anteriores, acredito que podem ter se referido ao discurso do administrador vigente ao abrir outras sessões perante a assembleia legislativa, e não a primeira atividade. Mas vale salientar que essa análises, realizadas por mim, ficam no campo da suposição, ainda restando muitas incertezas em relação a estes diferentes títulos dados aos documentos oficiais apresentados pelos presidentes e vice-presidentes de província, pois são muito sutis as diferenças entre si.

Além dos documentos supracitados, em consultas junto ao Arquivo M. de Almeida permite-se dizer que a tipografia de José Rodrigues da Costa também fora responsável pela impressão de algumas *Collecções de Leis Provinciais*, publicadas entre os anos de 1848 a 1865, totalizando dezesseis impressões, sendo as de 1841 e 1844 reimpressas em 1862. Suponho que muitas publicações tenham sofrido o desgaste do tempo, e por um motivo ou outro não foram preservadas, mas possivelmente, a tipografia tenha sido responsável pela impressão de mais documentos, mas até o momento só foi possível a localização das publicações já referidas.

Mesmo assim, percebeu-se que havia entre elas uma quantidade expressiva de documentos referentes ao poder provincial sob a responsabilidade do tipógrafo de editar e publicar, independente do partido dos governantes, pois já que a província paraibana não possuía uma imprensa dita oficial, dependia das tipografias e jornais existentes para publicar seus atos. Assim como a imprensa também dependia de contratos com o governo publicando despachos, expedientes, desta maneira, percebe-se a existência de uma relação de dupla dependência, situação esta já alertada por José Murilo de Carvalho (2008), quando afirmou que a imprensa “não constituía poder independente do governo e da organização partidária” (CARVALHO, 2008, p.54).

A imprensa imperial, desde seus primórdios andava de “braços dados com a política, fosse para ratificar atos administrativos, fosse para discuti-los e pô-los ao alcance de todos os consumidores” (PINA, 2010, p.6). Exemplos deste cenário podem ser percebidos em trechos a seguir:

- Idem ao inspector do tesouro provincial. – Em vista da inclusa conta haja Vmc. de **mandar pagar a José Rodrigues da Costa, a quantia de 1:051\$500 rs. por quanto fez elle a impressão e brochura do relatório** apresentado pelo ex- presidente Exm, Dr. Sinval Odorico de Moura ao passar-lhe a administração da província; e bem assim a **publicação do expediente do governo em o mez de agosto próximo findo, e diversos avulsos, que na mesma conta se achão mencionados.** (*O Publicador*, 5 de setembro de 1865. Grifos meus).

Despachos.

N.167- Idem de José Rodrigues da Costa, pedindo que se **Ihe mande pagar a quantia de 112\$500 rs.,** importância da **publicação do expediente do governo do mez de janeiro.** – Ao **Sr. Inspector do tesouro provincial** para informar. (*O Publicador*, 15 de fevereiro de 1866. Grifos meus).

Ao inspector d'administração das rendas remetendo para ser paga a José Rodrigues da Costa a conta da impressão de trezentos exemplares do relatório apresentado pelo vice- Presidente ao seu sucessor no acto de passar-lhe a administração da província, e de quatro numeros do Governista Parahybano. (*Governista Parahybano*, 7 de junho de 1851. *Grifos meus*).

No primeiro trecho percebeu-se que se trata de um ofício mandado ao inspetor do tesouro provincial relativa à quantia que o tipógrafo deveria receber tanto pela impressão de um relatório de presidente província quanto por alguns expedientes do governo provincial referentes ao ano de 1865. Por essas informações, fica evidente que o mais importante deste fragmento é o valor que deveria ser pago à José Rodrigues da Costa, quantia esta mais elevada que a renda anual necessária para poder se tornar Senador do império, que era de 800 mil réis anuais. Já no segundo fragmento apenas por publicar expedientes do governo referentes a um mês, o tipógrafo receberia uma quantia mais alta que uma pessoa necessitava para se tornar eleitor primário, que era de 100 mil réis anuais. Portanto, é válido enfatizar que ele estava para receber nesses dois primeiros trechos, quantias altas para sua época, e por apenas impressões pontuais, o que me leva a pensar que o tipógrafo conseguia arrecadar muito mais durante um ano inteiro de trabalho.

Em relação ao último extrato transcrito acima, percebeu-se alguns rastros referentes à circulação destes impressos, no qual o tipógrafo foi responsável pela impressão de 300 exemplares de um relatório oficial, além de quatro números do jornal o *Governista Parahybano*, me levando a crer que o jornal possivelmente foi financiado pelo próprio governo provincial. Como lhes disse, este fragmento de fonte apenas informa as quantidades que foram impressas, o que eu acredito ter sido trezentos exemplares de uma relatório oficial bastante para época, mas infelizmente não posso afirmar por onde esses impressos circularam e para quem foram distribuídos. Contudo, acredito que as cópias destes documentos tenham circulado pelo interior da província, para difundir às outras cidades o que estava ocorrendo de maneira geral na província, além de, provavelmente, terem sido distribuídos para os deputados provinciais, entre outros.

Portanto, partindo disso, acreditou-se cada vez mais na relação de dependência que o tipógrafo traçou com o estado, pois como mencionado anteriormente, a maioria dos jornais sobrevivia das assinaturas, o que não era muito dinheiro, pois obter um periódico não era muito caro, e, José Rodrigues da Costa não só imprimiu vários jornais, e outros tipos de impressos, mas, acredito que foram os de cunho oficial, como relatórios e coleções de leis, que lhe proporcionaram um maior lucro. Não foi à toa que sua tipografia perdurou por muitos anos, pois ele imprimira documentos oficiais, de 1848, até onde consegui localizar, até seu

leito de morte. O que mostra que o tipógrafo conseguira manter boas relações com o governo provincial independentemente do credo político que estava no poder.

Assim sendo, consigo perceber que esta situação fazia parte de algumas das estratégias praticadas referentes às culturas políticas à época, a relação de dupla dependência, em que o estado pagava para manter sua reputação, sempre difundido os seus atos, expedientes, ao mesmo tempo em que José Rodrigues da Costa conseguia não só manter, como também ampliar sua rede de relações sociais, ao lado das pessoas mais influentes politicamente da província.

3.2 OS PERIÓDICOS

Além de identificar quais periódicos foram impressos, e por quem, como órgãos, partidos, redatores, entre outros, para tal, foi necessário recorrer à obra *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos*, de Eduardo Martins (1978), já que o autor traz uma lista dos jornais que foram impressos na tipografia durante toda sua trajetória, além de descrevê-los e quem foram seus impressores ou redatores.

Dessa forma, tendo como referência os títulos citados pelo autor, juntamente com os periódicos situados no Arquivo M. de Almeida, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no site do projeto *Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX*, foi possível elaborar o seguinte quadro:

Quadro 5: Periódicos impressos pela Tipografia de José Rodrigues da Costa (1849-1866)		
Data	Periódico	Propriedade/Redação
1849	<i>O Espreitador</i> ¹²²	_____ ¹²³
1849	<i>Correio Official Parahybano</i>	_____
1849	<i>A Ordem – Jornal político, literário e crítico.</i>	_____
1850	<i>Alva - Jurnal Litterario</i>	Redação de João da Costa Ribeiro, José Carlos da Costa Ribeiro, Olintho José Meira, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Adelino Antonio de Luna Freire e Salvador Henrique de Albuquerque.

¹²² O que estiver escrito em itálico está conforme a grafia da época.

¹²³ Este traço significa que não existe informação sobre, ou, o periódico não foi encontrado.

1850-1854	<i>O Governista Parahybano- Folha official, politica e litteraria.</i>	Impresso por Gervazio Victor da Natividade
1853	<i>Jornal da Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba</i>	_____
1854	<i>A Matraca</i>	Órgão da Sociedade Popular uma organização política, animada dirigida por Antônio Borges da Fonseca.
1855	<i>O Parahybano- Periódico Litterario, Noticiador e per accidens politico.</i>	Impresso por Gervazio Victor da Natividade
1856-1862	<i>A Epocha-Jornal Noticioso e Litterario.</i>	_____
1860-1861	<i>O Imparcial - Jornal Político, Litterario e Noticioso</i>	Impresso por Atilano Chrispiniano da Silva
1861-1867	<i>Diário da Parahyba</i>	
1862 - 1886	<i>O Publicador</i>	Propriedade de José Rodrigues da Costa.

Fonte: Quadro elaborado pela autora por meio de dados contidos na obra de MARTINS (1978, p. 83-84), no site <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/index.html>, no site www.memoria.bn.br, e de dados coletados no Arquivo M. de Almeida do Maurílio de Almeida.

Dos doze periódicos¹²⁴ descritos acima, apenas *A Ordem* não se encontra na lista dos impressos elaborada por Martins (1978) em sua obra. E, os únicos que não foram localizados até o momento foram *O Espreitador* e *A Matraca*. No ano de 1849, segundo Irineu Pinto (1977), “Apparecem a luz da publicidade os seguintes órgãos: <<O Correio Official Parahibano>>, impresso na Typographia de J. Rodrigues da Costa. Trazia entre as duas primeiras palavras do título a corôa imperial”(PINTO, 1977, p.194).

Figura 1 - Correio Official Parahybano

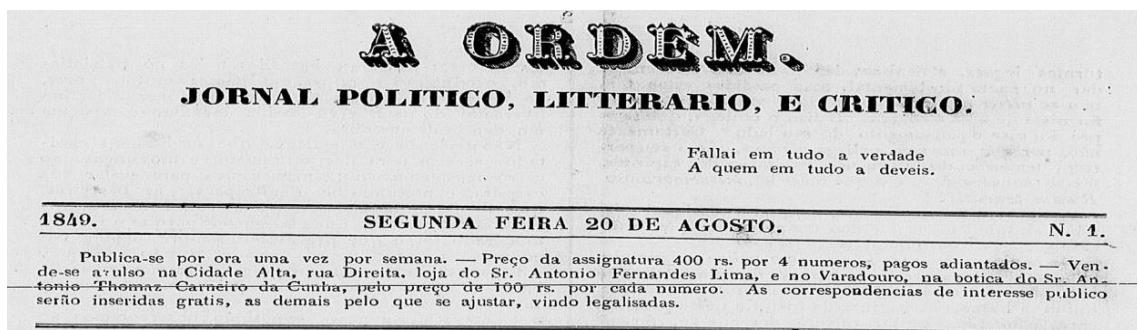


Fonte: Arquivo Privado M. de Almeida

¹²⁴ Elaborei um quadro contendo os jornais e exemplares identificados nos respectivos acervos, que se encontram nos Apêndices desta dissertação.

No Arquivo M. Almeida foi possível localizar apenas a primeira folha deste jornal, que saiu dos prelos em 1849. Acima é possível ver que este exemplar era o de número 50, e que seu cabeçalho era muito conciso, mas que pelo título e o símbolo do brasão da coroa imperial, é possível inferir que este periódico tenha se dedicado apenas aos atos oficiais. Quem fora responsável por sua impressão não posso afirmar, pois não tive acesso a mais nenhuma página deste jornal, e também nada foi referido na bibliografia referente ao assunto. Neste mesmo ano de 1849, também saíram das máquinas de impressão da tipografia de José Rodrigues da Costa, *O Espreitador*, do qual não foi possível localizar, até o momento nenhum exemplar, assim como também o periódico *A Ordem*.

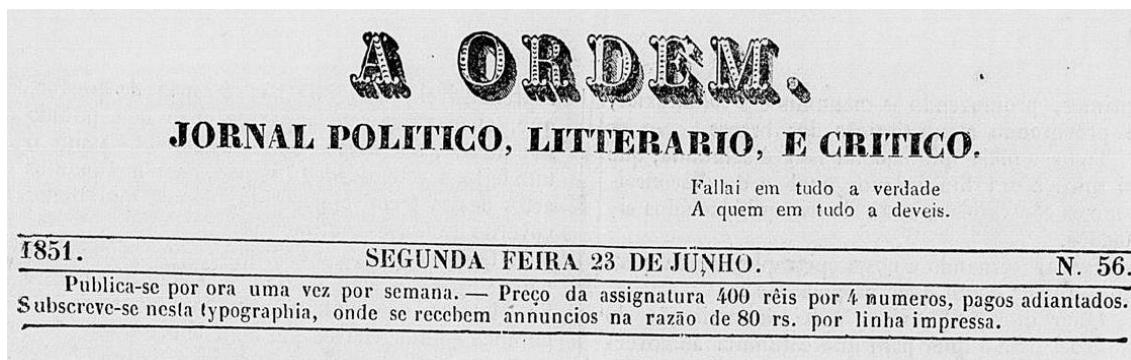
Figura 2- A Ordem



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No acervo digitalizado da Biblioteca Nacional foi possível localizar exemplares de *A Ordem*, de seu primeiro número até o de número 60, correspondendo aos anos de 1849 até 1851. Acima trago três extratos do periódico para lhes mostrar as sutis mudanças que ocorreram no cabeçalho do jornal. As informações contidas na primeira foto retratam o cabeçalho do primeiro exemplar até o de número 35, em que o jornal publicava-se uma vez por semana e que também era vendido na Cidade Alta, na loja do senhor Antonio Fernandes Lima, e no Varadouro, na botica do senhor Antonio Thomaz Carneiro da Cunha. Já no exemplar de número 36, percebem-se algumas alterações. A primeira diz que só sairão seis números mensais, em dias indeterminados, e no Varadouro, seria encontrado, de agora em diante na loja do Senhor Manoel Porfirio Aranha. Estas informações estarão contidas no jornal até o número 55, pois a partir do exemplar de número 56, o periódico retorna à sua publicação semanal, e passa a ser vendido na tipografia de José Rodrigues da Costa.

Interessante notar, as nuances em relação à periodização da publicação do jornal, como ela oscilou. De acordo com Pinto (1977), *A Ordem* foi publicada até 1862, mas infelizmente só foi possível localizá-lo até 1851, para que se possa observar outros detalhes como este. Em relação aos locais de venda deste periódico, percebe-se a teia de relações entre a redação do jornal com os comerciantes da cidade, e a circulação do impresso, que se dava pelas duas áreas mais importantes da capital, tanto na Cidade Alta na Rua Direita, a mesma da tipografia na qual se imprimia o jornal, quanto no Varadouro, local de maior concentração de estabelecimentos comerciais da cidade. Outra oscilação também se torna perceptível em relação ao preço do jornal, que do primeiro exemplar até o de número 35 era vendido pelo valor de 400 réis por quatro exemplares, e 100 réis o avulso. Em seguida, no exemplar de número 36, a assinatura passara para 500 réis mensais, até o exemplar de número 56 em que o preço retorna a 400 réis por quatro números do jornal.

Após breve pesquisa pelas páginas deste periódico, pude perceber que seu texto fora

escrito em duas colunas, dos anos de 1849 até 1851. As seções que apareciam com mais frequência no corpo do texto eram intituladas de *Variedades*, *Communicados*, *Correspondencias* e *Anuncios*. Também foi possível perceber que o texto era muito opinativo, pois até quando se trazia informações sobre *Atas da Assembleia*, não possuía um caráter de cunho descritivo das atividades, mas sim de caráter argumentativo. Geralmente traziam correspondências de seus leitores, e ao fim uma reduzida sessão com um ou dois anúncios. Além disso, após a observação de alguns editoriais deste jornal, parte esta que se localizava, geralmente, do lado esquerdo logo abaixo o primeiro título, em que a redação do jornal expressava seus ideais, seus interesses, localizei que eles se afirmavam ser do *Partido da Ordem*: “Concluimos dando-nos os emboras pelo reaparecimento do orgão do PARTIDO CONSTITUCIONAL, do **PARTIDO DA ORDEM, a que pertencemos**” (*A Ordem*, 16 de junho de 1851. Grifos meus). Nome do partido que também dava o título ao jornal.

Ao longo de leituras pelas páginas deste jornal, se tornaram perceptíveis a forte oposição dele contra o periódico o *Reformista*, publicado em 1849 pela tipografia *F.T Brito e Companhia*.

Senhores do *Reformista*, não é insuflando o povo com falsidades, calumnias, e ridiculas publicações, que se faz oposição a um governo qualquer, é com factos e argumentos verdadeiros que se armão os cavalleiros, que entrão no campo da batalha politica: deicem o lodaçal de mentiras. Sejamos honestos (*A Ordem*, 3 de setembro de 1849. Grifos meus).

Como já foi dito anteriormente, a Tipografia F. T. Brito possivelmente pertenceu a Felizardo Toscano de Brito, que pertenceu ao Partido Liberal. A posição política conservadora¹²⁵ do jornal *A Ordem* se torna cada vez mais clara, principalmente em declarações como esta: “Honra seja feita ao partido Saquarema, honra ao lado político, que respeita as instituições de seu Paiz e que sempre sobranceiro aos vossos planos de extermínio nunca vos temeu: [...]” (*A Ordem*, 3 de setembro de 1849). Dedicando elogios ao partido Saquarema (partido conservador), e muitas vezes criticando tanto o jornal o *Reformista*, como o partido liberal como um todo, em manifestações como esta a seguir:

Não há no *Reformista* uma só idéa, que inteligencias mediocres não alcacem; seu plano está bem conhecido. Desgraçado do nosso paiz, se doutrinas tão revolucionaria tivessem écho [...] A cobardia e egoismo do grande partido liberal,

¹²⁵ Interessante notar que segundo Serioja Mariano: “Na Paraíba, em 1848 o partido dos *Baêtas/arrocho* (Conservador) voltava à cena política assumindo a maioria das cadeiras na Legislatura de 1848/1849, enquanto os *Rasgados* (Liberal), naquele momento estariam perdendo espaço no jogo político MARIANO, 2011, p.9).

ainda mesmo quando nas posições officiaes, tem sido o único freio para as suas desmazias; (*A Ordem*, 3 de setembro de 1849).

É importante ressaltar que essas são breves análises sobre este jornal, que carece de um estudo aprofundado, pois não está no objetivo desta dissertação ir à fundo em relação ao discursos dos impressos.

Figura 3- *O Governista Parahybano*



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

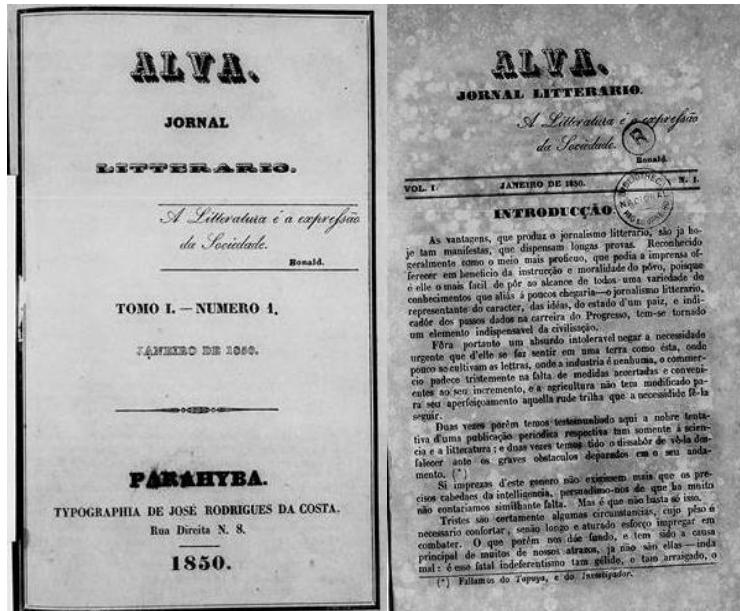
Em relação a este jornal foi possível, através de pesquisas, localizar exemplares a partir do segundo ao número 56, referentes aos anos de 1850 e 1851, no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No segundo número deste periódico, os redatores afirmaram que por não terem tirados cópias suficientes em seu número de inauguração, resolveram repetir o prospecto de fundação do jornal.

Os Redactores do Governista Parahybano tendo-se encarregado da **publicação dos actos officiaes da Presidencia**, e de quaesquer outras que digão respeito aos negocios geraes, ou especiaes d'esta parte do Brazil, tambem recebem quaesquer comunicados relativos aos interesses politicos moraes, e materiaes do Paiz, e já mais correspondencias, que tratem da vida privada, nem mesmo da vida publica de qualquer individuo (*Governista Parahybano*, 18 de maio de 1850).

A partir deste trecho percebe-se que o periódico estava exclusivamente voltado para atos oficiais, em especial da presidência da província, e jamais *correspondencias que tratem da vida privada, nem mesmo da vida publica de qualquer individuo*. O texto do jornal estava estruturado em duas colunas, e era majoritariamente por assuntos oficiais da província paraibana, trazidas na primeira seção intitulada *Parte Official*. Em alguns exemplares ainda se encontra outras seções intituladas de *Editais e Avizos*, e não foi possível localizar nenhuma parte reservada à variedades e nem aos anúncios.

Por ser um jornal voltado para difundir os atos do governo provincial, não se encontra nem mesmo as iniciais dos redatores deste. Ao final da quarta e última página também não foi possível localizar o nome do impressor, que segundo Martins (1978) fora Gervazio Vitor da Natividade, este que era empregado público provincial. O preço de assinatura do periódico e o local de venda estava descrito em seu cabeçalho, desta forma, quem quisesse adquirir o jornal era necessário se dirigir à tipografia que o imprimia, a de *Typ. de J. R. da Costa*, e deveria realizar a assinatura trimestral pelo preço de 1\$000 réis.

Figura 4- Alva Jornal Litterario



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Foram localizados seis números deste jornal, presentes tanto no acervo da Biblioteca Nacional quanto no site do projeto *Jornais e folhetins*. Sobre este jornal foi preciso recorrer às análises já realizadas por Socorro Pacífico Barbosa no estudo intitulado *Alva e Ideia: duas revistas e um passado para a vida literária paraibana do século XIX* (2007). Segundo Barbosa (2007):

Seu conteúdo se dividia em romances, Bosquejo histórico, poesia e biografia de autores nacionais, além de um ensaio opinativo. Na revista, também não poderia faltar a anedota, célula da qual surgiaria, segundo Barbosa Lima Sobrinho, o conto brasileiro (BARBOSA, 2007, p.4).

No exemplar de inauguração, a redação elaborou um texto explicando seus objetivos e

concepções, como perceptível abaixo:

- **o jornalismo litterario**, representante do caracter, das idéas, do estado d'um paiz, e indicadôr dos passos dados na carreira do Progresso, tem-se tornado um elemento indispensavel da civilisação. Fôra portanto um absurdo intoleravel negar a necessidade urgente que d'elle se faz sentir em uma terra com ésta, onde pouco se cultivam as letras, onde a industria é nenhuma, o commercio padece tristemente na falta de medidas accertadas e convenientes ao seu incremento, [...] (*Alva*, Janeiro de 1850, Vol. I, N. 1, p.1. Grifos meus).

Neste editorial de estreia do jornal *Alva* percebeu-se que para os autores deste periódico, o jornalismo de cunho literário¹²⁶ representava as ideias de progresso, sendo este, na concepção daqueles, elemento constitutivo da civilização, pois segundo Barbosa (2007), para este periódico a noção de literatura representava “uma etapa do ‘progresso da humanidade’. Relacionada ao conhecimento e ao patrimônio cultural de uma nação, para muitos, ela foi suficiente para ‘fazer a glória de um povo’” (BARBOSA, 2007, p.8). Para, além disso, a autora continua afirmando que:

O primeiro passo da revista literária foi o de **romper com as 4 páginas comuns aos periódicos da época**, onde se espremiam as informações oficiais, partidárias ou noticiosas dos periódicos. Publicação mensal, **contendo cada número de 12 a 20 páginas**, sua assinatura custava 2\$000 Rs, por semestre (BARBOSA, 2006, p.4. *Grifos meus*).

Essas informações também são encontradas ao final da última página do segundo número deste volume, em que o jornal alerta ao público que:

PUBLICA-SE

Uma vez por mez, contendo cada numero de 12 a 20 paginas.

Recebem-se assignaturas na Cidade Alta em casa do Snr. Francisco Fernandes Lima, Rua Direita, N.75, e no Varadouro na loge do Snr. Antonio Alexandrino Lima, Rua das Convertidas, N.16. Preço da assignatura Rs. 2\$000 por semestre (*Alva*, Vol. I, n.2 1850).

Além disso, é interessante ressaltar que, este periódico não só rompeu em relação ao número de páginas, mas também se analisarmos a capa ilustrada mais acima, percebe-se que o formato e a disposição de informações também eram diferentes, por ter sido disposto em uma página inteira, diferentemente dos outros jornais analisados. A estrutura de seus textos não eram divididos por colunas, e sim textos contínuos, como as de um livro, e ao fim havia a assinatura apenas com as iniciais dos autores.

¹²⁶ Respeitando o que os contemporâneos a esta época comprehendiam por literatura, seguindo o que foi comentado no capítulo anterior.

Ainda na primeira página de inauguração do jornal, a redação diz que:

Duas vezes porêm temos testemunhado aqui a nobre tentativa d'uma publicação periódica respectiva tam somente á sciencia e a litteratura; e duas vezes temos tido o dissabôr devê-la desfalecer ante os graves obstaculos depurados em o seu andamento. (*)

*Fallamos do *Tapuya e o Investigador* (Alva, Janeiro de 1850, Vol. I, N. 1, p.1).

Possivelmente a redação deste jornal estaria se referindo às duas tentativas anteriores de publicarem os respectivos jornais, estes que se tem referência nos clássicos da historiografia da imprensa paraibana, mas que não foi possível localizar nenhum exemplar até o seguinte momento. Em relação ao corpo redacional, se tem informações, a partir de Eduardo Martins (1978) que foram estes: João da Costa Ribeiro, José Carlos da Costa Ribeiro, Olinto José Meira, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Adelino Antonio de Luna Freire e Salvador Henrique de Albuquerque (MARTINS, 1976, p. 76-77).

Destes nomes, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque foi o que conseguiu maior projeção política, e que possuí um estudo mais aprofundado realizado por Myraí Segal (2014) em sua monografia intitulada: *Nas Teias do Poder: As Elites Paraibanas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889)*.

De acordo Segal (2014), que teve acesso ao inventário de Diogo V. C. de Albuquerque, ele fora casado com a senhora Amélia Machado de Coelho e Castro com quem teve dois filhos Fernando e Stella. Além disso, Diogo V. C. de Albuquerque pertenceu à família “Cavalcanti de Albuquerque, proveniente da província de Pernambuco, e que desde o período colonial brasileiro seus membros ocuparam cargos de grande importância, desta forma ele “possuía, assim, um dos pré-requisitos básicos para ingressar com mais facilidade no mundo da política que era a influência e o prestígio familiar” (SEGAL, 2014, p.52). Frequentou a Faculdade de Direito de Olinda, e após o término de seu curso se tornou deputado provincial na legislatura entre 1856-1857 e, posteriormente, deputado geral no início da década de 1860. Segal (2014) continua afirmando que Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque também fora ministro, de conselheiro de Estado, e em 1870 fora condecorado com o título de Visconde de Cavalcanti.

Em relação aos outros possíveis redatores deste jornal sabe-se que, de acordo com Barbosa (2007), Salvador Henrique de Albuquerque teria também publicado em forma de livro vários títulos de história, de geografia, geometria, gramática e aritmética, e, em consultas aos jornais consegui localizar apenas o nome José Carlos da Costa Ribeiro, em que aparece da seguinte forma: “O vice-presidente da província resolve nomear o bacharel José Carlos da

Costa Ribeiro para o cargo de inspector do thesouro provincial” (*O Publicador*, 16 de dezembro de 1865). Em suas análises Barbosa (2007) chega a conclusão de que a fundação do jornal *Alva* estivera dentro de um contexto maior à época em que foi possível perceber que:

Um grupo de jovens se reúne, em nome do progresso e da divulgação do saber, e propõe a criação de um jornal ou revista. Alguns utilizaram tipografias de outros periódicos, outros, no entanto, montam sua própria tipografia (BARBOSA, 2007, p.9).

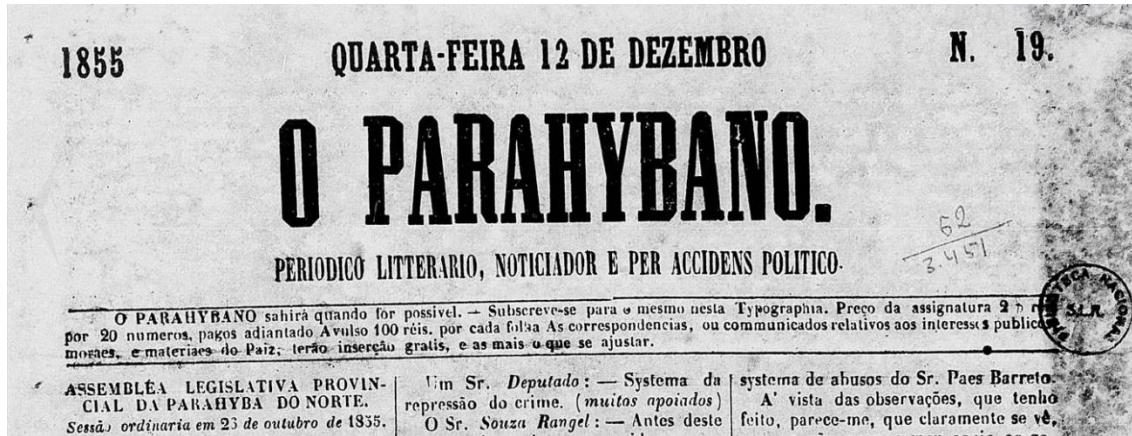
Figura 5 - Jornal da Assemblea



Fonte: Arquivo Privado M. de Almeida.

Foi localizada apenas a primeira página deste jornal em pesquisa ao Arquivo M. de Almeida. Pela foto acima, vê-se que a primeira publicação deste jornal foi em 1853, mesmo ano que, coincidentemente, José Rodrigues da Costa entrara para Irmandade da Misericórdia, local de sociabilidade das altas elites da sociedade paraibana, onde muitos dos deputados provinciais também eram integrantes. Pode ter sido apenas uma coincidência, ou também a inserção do tipógrafo neste espaço pode ter contribuído para estreitamento dos laços entre ele e os alguns deputados, levando sua tipografia a se tornar responsável pela impressão do jornal da Assembleia. Infelizmente não foi possível localizar mais nenhum exemplar deste periódico, portanto, não posso afirmar quantos números teve, nem até que ano fora publicado esse jornal, devido impossibilidades de fontes.

Figura 6- O Parahybano



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional



Fonte: Arquivo Privado M. de Almeida.

No acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional foi possível localizar o exemplar de número 19, e no Arquivo M. de Almeida, foi encontrada apenas a primeira página. Notou-se que no cabeçalho do jornal diz que *sahirá quando possível*, e o intervalo entre esses dois números seu deu em um período de três dias, além disso, os inícios de ambos se tratavam de sessões seguidas da Assembleia Provincial, uma referente à sessão de 26 de outubro e a outra de 27 de outubro de 1855. O texto era construído por três colunas, e no exemplar n.19, que está completo, as quatro páginas foram sobre a Assembleia provincial, e ao fim possuía uma seção intitulada *Annuncios*, e logo abaixo dizia que era impresso por Gervazio Victor da Natividade, este que segundo Martins(1978) também teria sido responsável pela impressão de o *Governista Parahybano*, mas pelo fato de ele ter sido funcionário do poder público, possivelmente possuía um vínculo muito maior com o poder provincial para imprimir assuntos relativos ao governo.

Figura 7- A Epoch



Fonte: Site do Projeto Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19.

Foi possível localizar apenas exemplar de número 72 relativo ao dia 17 de setembro de 1856 do jornal *A Epoch* presente no acervo site do Projeto *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*. Nesta publicação o texto está disposto em três colunas, e sete seções nesta ordem: *Parte Official, Parahyba, Miscelanea da Epoch, Correspondencia, Variedades, A Pedido e Annuncios*. Interessante notar que na seção de Variedades estava a transcrição de um trecho do *O Capitao Paulo* por Alexandre Dumas¹²⁷, o mesmo autor de *O Conde de Monte Cristo*. De acordo com o estudo realizado por Valéria Cristina Bezerra (2013), fora em versão traduzida de *O Capitao Paulo* que este autor entrou nas páginas dos jornais no Brasil, este que foi publicado em formato de romance-folhetim pelo jornal *Le Siècle* da França, e que ainda neste mesmo ano fora veiculado no Brasil (BEZERRA, 2013, p.2).

Além de fazer circular obras literárias o periódico se fazia circular por outras localidades, não só da província como também da província vizinha, a de Pernambuco, como explicitado no cabeçalho dos jornais:

Partida dos correios terrestres Para Pernambuco, Olinda, Goianna todas as segundas e sextas feiras ao meio dia. Para Mamanguape, Independencia, Bananeiras, Arêa e Alagôa Nova, nos dias 5, 15 e 25 de cada mês ao meio dia. Para Pilar, Ingá, Campina Grande, Cabaceiras, s. João, Pattos, Pombal, Catolé do Rocha, Piancó e Souza nos dias 10, 20 e ultimos de cada mês ao meio dia (*A Epoch*, 17 de setembro de 1856).

O corpo redacional e as tendências políticas não podem ser discutidas aqui, pois não foi possível localizar mais nenhum exemplar deste jornal, nem referências bibliográficas

¹²⁷ Nas províncias do Brasil, as obras de Dumas também tinham grande circulação, pois a imprensa e o mercado livreiro percebiam o quanto o comércio de seus romances era bem sucedido e buscavam tomar parte desse êxito. (BEZERRA, 2013, p.2).

sobre, por isso não tenho como lhes dizer por quanto tempo perdurou a folha.

Figura 8- O Imparcial



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Em pesquisas foi possível identificar exemplares do ano de 1860 no Arquivo Privado M. de Almeida, a partir do primeiro número até o de número 50. No acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional encontra-se o exemplar de número 80, referente ao ano de 1861. No prospecto de inauguração do jornal, intitulado de *Nossa Missão*, pode-se perceber um pouco sobre o perfil deste periódico, e seus objetivos.

[...] Entretanto, bem ou mal de nossa sorte, se nos offerece agora a impressão do expediente do governo desta província, que acabamos de contractar com o tesouro provincial; e esta circunstância, apar do desejo de bem servirmos ao governo, e ao nosso paiz natal, ou antes impoz-nos a criação de um jornal político, em que podessemos emitir com franqueza nosso fraco juizo sobre os negócios públicos, e sua boa ou má gerencia com relaçao a esta província. [...] Neste intuito surge na arena jornalística o – *Imparcial* – que não é um defensor mercenário e assalariado do poder, obrigado a justificar seus desvios e abusos, quando por ventura os possa comprometter. A sua missão é nobre, o seu pensamento é livre, as suas opiniões serão sempre filhas de sua consciencia. [...] (*O Imparcial*, 11 de julho de 1860).

Fica claro que a redação fechou contrato com o governo provincial para publicar seus atos e expedientes, mas ao mesmo tempo em que o(s) redator(es) esclarece essa relação diz que não está escrevendo o jornal para defender o poder. Se o jornal defendeu ou não os interesses públicos, ou também os criticou não posso lhes dizer, pois é algo que carece de uma análise mais aprofundada da folha. O texto, ao longo dos exemplares, foi escrito em quatro colunas, e possuía várias seções, primeiro se iniciava com a *Parte Official*, e seguia com *O Telegrapho*, e finalizava com os *Annuncios*, mas outras seções como *Edital*,

Correspondencia, Communicado, se variavam por meio dos números.

Ao fim das últimas páginas dizia que era impresso por Atilano Chrispiniano da Silva. Para tanto, decidiu-se aprofundar as consultas em outras fontes para decifrar quem teria sido o impressor deste jornal, até que localizei as seguintes informações:

ANNUNCIO

Atilano Carneiro da Cunha faz sciente que de hoje em diante assignar-se-há Atilano Chrispiniano da Silva.

Parahyba 1 de novembro de 1855 (*O Publicador*, 12 de dezembro de 1855).

Primeiramente o nome de batismo deste impressor era diferente do que ele apresentava, desta forma percorreu-se aos assentos de batismo para identificar mais informações à respeito dele. Foi então que foi encontrado um Atilano, de filiação natural de João Carneiro da Cunha com a senhora Carlota Maria das Neves, ou seja, seus pais não eram casados perante a Igreja. Em outras aparições de seu pai como padrinho ao longo dos registros de batismo, a distinção social deste foi descrita como Capitão, além de ser dos Carneiro da Cunha, “família de políticos conservadores que dominaram a política na Paraíba durante todo o século XIX” (ROCHA, 2007, p. 97). Mas não só o seu pai pertenceu ao mundo militar como o próprio Atilano, nos despachos do governo foi possível localizar tal informação: “N.1787. – Idem de Atilano Chrispiniano da Silva, guarda nacional do 1º batalhão, pedindo a mesma cousa” (*O Publicador* 14 de novembro de 1865).

Como ele nasceu em 1836, possuía apenas 19 anos quando anunciou no jornal *O Parahybano* que assinaria dali em diante outro nome. E, aos 24 anos era responsável pela impressão de *O Imparcial*, e então fica a dúvida se aquele era proprietário da folha ou o próprio redator chefe, mas infelizmente, na falta de mais fontes que me deem respaldo, muitas informações a cerca de Atilano Chrispiniano da Silva se encontram em aberto. Mas, é interessante notar que ele abdicara de um sobrenome extremamente influente à sua época.

Figura 9 - Diario da Parahyba



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Em relação ao *Diario da Parahyba* só foi possível localizar o exemplar de número 58 referente ao ano de 1862. O texto desta publicação fora composto por duas colunas, e seções intituladas nesta ordem: *Kaleydoscopio Noticioso*, com informações sobre a província; *Transcripção*, sobre o comércio americano, provavelmente transscrito de algum outro jornal do império; *Commercio*, sobre a província paraibana; *Edital* e *Annuncios*, tomou por inteiro a quarta e última página. E, ao fim dizia que era impresso por Pedro Soares de Figueiredo, em que não foi possível mapear informações mais aprofundadas sobre. É necessário ressaltar aqui, que o Diário da Parahyba continuou circulando na província até meados da década de 1880.

O jornal *O Publicador* também foi lançado em 1862, mas este foi analisado no capítulo a seguir. Após essas breves explanações em relação aos jornais localizados que foram impressos na tipografia de José Rodrigues da Costa, vale ressaltar que estes possuíram características semelhantes que era o baixo custo da assinatura dos jornais, os locais de venda dos impressos que hora circularam não só na tipografia, mas também em outros estabelecimentos comerciais, e até mesmo eram vencidos para outras cidades, a prática do anonimato após os textos também fora predominante. Em relação à aparição de autores como Alexandre Dumas e Hippolyte Castille, entre outros, nas folhas impressas pelos prelos da tipografia de José Rodrigues da Costa, segundo Socorro Barbosa (2007), significa que “A permanência constante de escritores estrangeiros nas colunas dos jornais, aliada à publicação de seus textos – folhetins, contos e poesias – indicam a preferência e a leitura desse tipo de literatura pelos leitores paraibanos” (BARBOSA, 2007, p.24).

De acordo com os respectivos objetivos percebe-se pequenas nuances entre os jornais, à exemplo do *O Jornal da Assembléa* e do *Correio Official Parahybano* que não traziam nem o preço e nem onde era o vendidos em seus cabeçalhos. Desta forma, percebeu-se que:

O jornalismo delimita o espaço social, marca seus contornos, suas áreas de interseção; tudo, nas páginas dos jornais, tem uma seqüência, obedece a uma ordem. Dessa forma, os produtores de cultura impressa, especificamente, os tipógrafos, desenhistas e editores de jornais, desde os inícios do século XIX, constroem suas folhas, a fim de atenderem às necessidades e expectativas dos indivíduos que, em função da nova ordem social e econômica, passavam a ser vistos como consumidores em potencial (PINA, 2010, p.4).

Assim sendo, se torna perceptível as mudanças de conteúdo ao longo dos anos nas páginas dos periódicos, a exemplo das seções dos anúncios que vão aumentando cada vez

mais, já que era nesta parte que os leitores podiam encontrar chamadas para os mais variados assuntos: venda e compra de casas, animais, roupas, livros; divulgação de advogados, médicos, locais de venda de remédios, fotografias, entre outros. Ou seja, era a vida cultural e cotidiana das cidades que estavam sendo estampadas nas folhas. As correspondências dos leitores também ganhava espaço, pois era o momento em que as redações dos jornais conseguiam se aproximar com seus leitores, além dos folhetins, notícias de outras localidades, entre outros.

3.3 ESCRITOS: DE MEMÓRIAS DE VIAGEM A COMPÊNDIO ESCOLAR

Dos primórdios da instalação de sua oficina tipográfica até o ano de seu falecimento, ou seja, entre os anos de 1848 a 1862, aproximadamente, José Rodrigues da Costa, possivelmente teria sido responsável pela impressão de oito escritos sendo que sete deles foram descritos na obra de Eduardo Martins (1978) e o oitavo, com data de publicação em 1848 foi localizada no Arquivo M. de Almeida.

Quadro 6: Obras impressas pela Tipografia de José Rodrigues da Costa (1848-1865)		
Data	Título da Obra	Autor
1848	<i>Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847¹²⁸</i>	Francisco Pereira da Silva
1849	<i>Lições de Rethorica recopiladas dos originaes de L. Ferreol Perrard, e Edme Ponelle, preparadores dos aspirantes ao Bacharelado em Letras. Vertidas do Francez para a Língua vernacula por Manoel Caetano Vellozo. Bacharel em Letras pela Universidade de França, Major da Guarda Nacional e Professor de Francez no Lycêo da Cidade da Parahyba do Norte.¹²⁹</i>	Manoel Caetano Vellozo
1850	<i>Ensaios para a estatística da provincia da Parahyba do Norte. Parte I</i>	Francisco Pereira da Silva
1854	Vida e Poezias do Capitam-Mor Francisco	Francisco Xavier Monteiro da Franca

¹²⁸ Obra localizada no Arquivo M. de Almeida. Vale ressaltar que na primeira página tem a assinatura de Alcides Bezerra, datada de 1922, oferecendo a obra ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

¹²⁹ Obra localizada no Arquivo Privado Maurílio de Almeida.

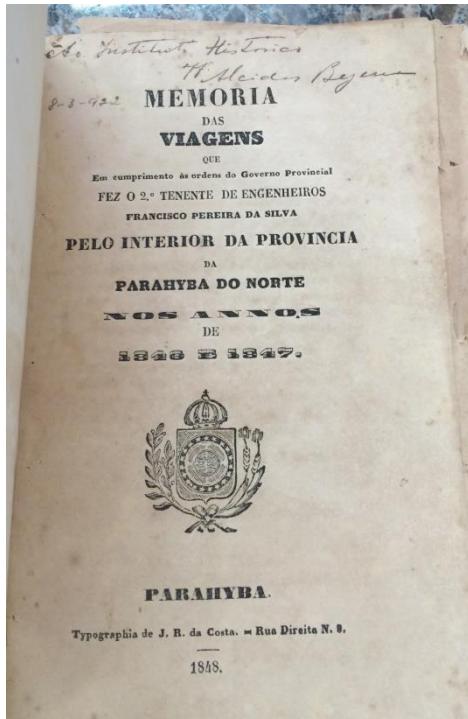
	Xavier Monteiro da Franca <i>Official da Imperial Ordem da Roza, Ex Deputado ao Congresso de Portugal e A' Assembléa Geral do Brazil, e Ex Presidente desta Provincia da Parahyba do Norte. Mandadas Imprimir por seu genro e particular amigo O Major Manoel Caetano Vellozo.</i>	
1861	<i>A Pagina um Album ou Algumas Horas de Descanço de Um Empregado de Fazenda por Hum Piauhyense Official da Secretaria da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba.</i>	
1862	<i>Instruções Sanitarias Populares, Acompanhadas de prescripções medica para o caso de manifestar-se entre nós a epidemia do Cholera- morbus.¹³⁰</i>	Antonio da Cruz Cordeiro
1865	<i>Mosaico: Poesias traduzidas</i>	Joaquim Maria Serra Sobrinho

Fonte: Quadro elaborado pela autora de acordo com informações coletadas no Arquivo M. de Almeida

O primeiro impresso descrito no quadro acima foi encontrado durante a pesquisa junto ao Arquivo M. de Almeida, no entanto, tal obra não se encontra descrita no livro de Martins (1978), como sendo impressa por José Rodrigues da Costa. Logo abaixo se pode visualizar a primeira página do escrito que não foi mencionado por Eduardo Martins (1978):

Figura 10- Memorias das Viagens, de Francisco Pereira da Silva, Parahyba (1848)

¹³⁰ Exemplar disponível no site da Digital Public Library of America pelo link: <http://catalog.hathitrust.org/Record/100593282>



Fonte: disponível no Arquivo M. de Almeida

Neste exemplar, durante a primeira parte das memórias são descritas as vilas de Pilar, Ingá, Campina Grande, Cabaceiras e S. João, de acordo com a viagem realizada pelo engenheiro e autor da obra Francisco Pereira da Silva em consequência da ordem expedida por seu superior o Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros e também presidente de província à época, Frederico Carneiro de Campos. A segunda e última parte do livro descreve a passagem do autor pela Povoação de Canudos, vilas de Pattos, Pombal, Piancó, Souza, Catolé do Rocha e Cidade d'Arêa, totalizando 23 páginas de relato. É preciso que se destaque aqui, o fato de a maioria dos presidentes de província serem advindos de outras localidades, possivelmente, seria comum que estes pedissem descrições geográficas sobre as novas províncias as quais estes recém chegavam.

Segundo Martins (1978), Francisco Pereira da Silva também teria publicado, em 1850, uma obra intitulada *Ensaios para a estatística da província da Paraíba do Norte, parte I*, durante as pesquisas que realizei junto aos jornais publicados na tipografia de José Rodrigues da Costa, identifiquei que tal ensaio fora publicado nas páginas de *O Governista Parahybano*, folha oficial. Até o momento da pesquisa, foram identificadas partes desta obra nos exemplares de 27 de julho, nos de 17, 24 e 31 de agosto e nos exemplar de 21 de setembro de 1850, disponibilizados, tanto na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, quanto no site do Projeto Jornais e Folhetins da Paraíba no século 19. A seguir, reproduzo o extrato da terceira página do jornal que trouxe a primeira referência deste livro:

Figura 11 - Ensaios para a estatística da província da Paraíba do Norte, parte I.

PRIMEIRA PARTE	INTRODUÇÃO.
<p><i>Dos ensaios para a Estatística da província da Paraíba, dedicada ao Illu. e Errn. Sr. José Vicente de Amorim Bezerra, Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador da Rosa, condecorado com a Medalha de distinção da guerra da Independência, Bacharel em belas lettras pela Academia de Paris, Coronel do 4º batalhão d'Artilharia a pé, e Presidente da província da Paraíba.</i></p> <p style="text-align: center;">Em 1850.</p> <p style="text-align: center;">III.º e Ex.º Senhor.</p> <p>Offerecendo a V. Ex.º o fruto que colhi nas viagens que fiz pelo interior d'esta Província, e com o constante trabalho nas horas do repouso, não pretendo receber aplausos de escriptor, nem de habil Engenheiro, pois que conheço que a minha obra está imperfeita: portanto se ouso oferecer este trabalho é porque conheço que entre as virtudes, e excellentes qualidades, que formam o carácter de V. Ex.º sobressabe a protecção que V. Ex.º dá a todos que seguem as letras. Peço de tornar-me panegírista de V. Ex.º para não offender a sua modéstia: limito-me a supplicar a V. Ex.º para que me perdoe todas as faltas e erros que encontrar na minha obra, e que a acorde como um fraco, porém sincero, testemunho de cordial afecção, e agradecimento que lhe sou sagro.</p> <p>Paraíba, 21 de Julho de 1850. III.º a Ex.º Sr. Coronel José Vicente de Amorim Bezerra.</p> <p style="text-align: right;">Francisco Pereira da Silva.</p>	<p>Esta Província é uma parte da Capitania de Itamaracá, dada pelo Rei D. João III a Lopes de Souza em 1531, desde o Rio Hygaraçú até a enseada dos Marcos. O donatário veio povoá-la trazendo em sua companhia muita gente branca de Lisboa e Porto, com o que gastou grande quantidade de dinheiro, sofrendo trabalhos e perigos; combatendo por mar com os Franceses, e por terra com os indígenas Potigares: duas nações dominavão então este território, os Caetés do Rio Paraíba para o Sul, e os Potigares para o Norte. Tendo falecido Lopes de Souza, seus herdeiros principiaram a estabelecer uma povoação na Ilha de Itamaracá, a qual hoje pertence à Província de Pernambuco. Lourenço da Viiga, tendo sido nomeado governador do Brasil, mando construir um presídio na Ilha da Cambôa, sítio no Rio Paraíba; porém Fruetoso Barbosa, que veio substituir este governador, mudou o presídio para a ponta do Cabedelo, onde foi atacado pelos indígenas e Franceses que os auxiliavão. Francisco Cochrane, comandante de um fortim, que nesse tempo foi construído, não querendo obedecer a Barbosa, este foi obrigado a retirar-se, porque só não podia resistir aos ataques dos Franceses, e indígenas, que trahivão o pão brasileiro. Voltou Barbosa com uma força, reparou completamente os fortes, e principiou a estabelecer a povoação, que em 1585 teve o título de Cidade Filipe. Os Hollândios aí conquistaram-a a todo o território contíguo; os habitantes abandonaram suas casas, fazendas, e bens, e recolherão-</p>

Fonte: *O Governista Parahybano*, p.3, 27 de julho de 1850

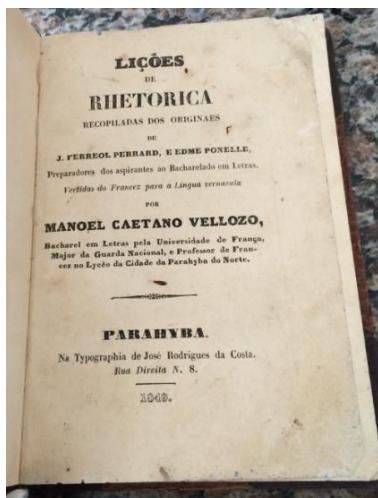
Por meio deste trecho, fica claro que o autor dedica seus escritos ao presidente de província José Vicente de Amorim Bizerra, também possuidor de patente militar. Interessante destacar que o autor, Francisco Pereira da Silva era oficial militar do corpo de engenheiros e escrevera suas obras durante o governo de dois dirigentes também pertencentes ao universo militar, além disso, torna-se notável que José Rodrigues da Costa fora responsável pela impressão dos relatórios destes presidentes de província, assim como, também fora o responsável pela edição e difusão das memórias e descrições estatísticas de Francisco Pereira da Silva sobre a província paraibana.

Sobre a circulação do livro *Ensaios para a estatística da província da Paraíba do Norte, parte I*, se pode inferir que esse escrito possuiu certa circulação já que, tanto fora impresso em uma folha jornalística, quanto de forma independente:

- Ao mesmo remetendo de ordem de S. Exc. O Sr. Presidente da província **38 exemplares** impressos dos ensaios para a estatística da província feitos pelo primeiro tenente de engenheiros Francisco Pereira da Silva (*O Governista Parahybano*, 10 de agosto de 1850. *Grifos meus*).

Já no ano de 1849, saía dos prelos da tipografia de José Rodrigues da Costa, o compêndio *Lições de Rethorica* do autor Manoel Caetano Vellozo, formado em Letras na França, professor da *Cadeira de Francez* do Lyceu Provincial, durante as décadas de 1830 e 1840 e vice-diretor da mesma instituição no ano de 1837 (FERRONATO, 2012, p.229). Pertenceu à Guarda Nacional e era genro de Francisco Xavier Monteiro da Franca, que fora Presidente de província no ano de 1841¹³¹.

Figura 12- *Lições de Rethorica*, de Manoel Caetano Vellozo, Parahyba (1849)



Fonte: Arquivo Privado Maurílio de Almeida

Desta maneira, é possível inferir, pelo histórico de Manoel Caetano Vellozo, que este transitou por vários setores da sociedade paraibana imperial, pois ocupou a função de Professor e Diretor do Lyceu Provincial, além de ter sido oficial da Guarda Nacional. Coincidemente, ou não, nos registros dos relatórios presidenciais de província, constata-se que o dirigente à época reclamara que: “Os exames de Rethorica não foram completos, por lhes faltar a analyse de alguns exemplares clássicos, latinos, e da nossa lingoa, onde o estudante mostrasse praticamente a theoria da arte da oratória” (PARAHYBA DO NORTE, 1849. *Grifos meus*). Este fragmento se refere aos exames da cadeira de Retórica do Lyceu Provincial que não foram completados devido à ausência de livros clássicos referentes à matéria capaz de auxiliar os alunos para realização da prova. Todavia, não se pode afirmar se

¹³¹ Informação retirada do site Center for Research Libraries: Provincial Presidential Reports (1830-1930) – Paraíba. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>

a impressão deste compêndio, no mesmo ano desta queixa teve relação direta ou não, mas é interessante para se pensar no fato de que a posição social e política do autor da obra tenham influenciado a sua impressão.

Este livro, em sua materialidade, foi localizado no Arquivo M. de Almeida, e nas suas primeiras páginas, mostradas nas imagens, nota-se, primeiramente, que este livro já existia em sua língua materna, mas fora recopilada, ou seja, sintetizada em português, ou até mesmo traduzida pelo professor de Francês do Lyceu Provincial, Manoel Caetano Vellozo. Para, além disso, algo que chama atenção é o fato de o autor, na segunda folha, dedicar à obra:

AO ILLUSTRISSIMO SENHOR DOUTOR
BENEDICTO MARQUES DA SILVA ACAUÃ
Offerece este alinhavado compendio
O SEU CORDEAL AMIGO
MANOEL CAETANO VELLOZO. (VELLOZO, 1849).

Segundo Roger Chartier, “O gesto que inicia estas relações de clientela, ou de patrocínio, é o da dedicatória, um verdadeiro rito” (CHARTIER, 1999, p.39), ou seja, o autor estava seguindo os ritos ao oferecer um de seus trabalhos literários para um sujeito como Benedicto Marques da Silva Acauã, que foi vice- Presidente de Província entre os anos de 1841 e 1842 e deputado pela província da Parahyba do Norte, entre as décadas de 1840 e 1850. É necessário salientar, que a obra *Ensaios para a estatística da província da Parahyba do Norte, parte I*, descrita acima, também fora dedicada ao presidente província vigente, portanto, além desses autores estarem reverberando uma prática comum à sua época, pode-se também perceber os círculos de sociabilidade compostos pelos mesmos.

Em 1854, Manoel Caetano Vellozo mandou novamente imprimir pela Tipografia de José Rodrigues da Costa, outro livro, só que desta vez sobre a vida e as poesias de seu sogro, intitulado *Vida e Poezias do Capitam-Mor Francisco Xavier Monteiro da Franca Official da Imperial Ordem da Roza, Ex Deputado ao Congresso de Portugal e A' Assembléa Geral do Brazil, e Ex Presidente desta Provincia da Parahyba do Norte. Mandadas Imprimir por seu genro e particular amigo O Major Manoel Caetano Vellozo*. Segundo Socorro Barbosa (2010), teria sido a “[...] publicação do livro de poesias daquele que foi considerado o primeiro poeta paraibano, ou, para ser mais realista, o primeiro a ter um livro de poesias editado, mesmo que postumamente” (BARBOSA, 2010, p.213.)

Além disso, se torna notável que Manoel Caetano Vellozo, casado com um das famílias de um dos homens mais influentes à sua época, foi um caso típico de estratégias pertencentes à cultura política familista paraibana. Segundo Serioja Mariano (2011), foi por

meio do matrimonio que as famílias “criaram laços econômicos e políticos e de solidariedade com outros grupos, o que favoreceu a perpetuação e ampliação entre os membros de famílias importantes da elites paraibanas”. Desta forma, não só ele, mas várias pessoas pertencentes às elites paraibanas se utilizaram do casamento entre famílias importantes, tanto para se unirem em um só grupo ou rede, mas principalmente para se perpetuarem no poder.

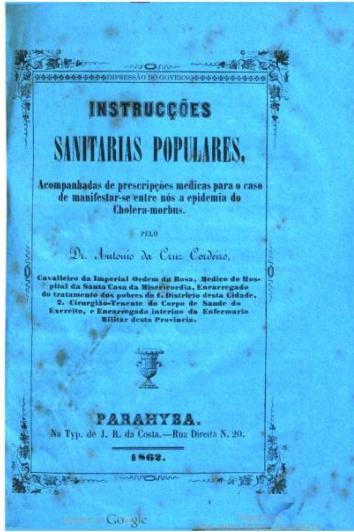
Em 1861, o tipógrafo imprimiu *A Pagina um Album ou Algumas Horas de Descanço de Um Empregado de Fazenda por Hum Piauhyense Official da Secretaria da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba*. Não sei o nome do autor, mas pela descrição trazida no título da obra, tratava-se, novamente, de outro homem diretamente ligado ao governo provincial, e ocupou um cargo de aparente importância e visibilidade.

No ano seguinte, em 1862 fora publicado *Instruções Sanitarias Populares, Acompanhadas de prescripções medica para o caso de manifestar-se entre nós a epidemia do Cholera- morbus* de Antonio da Cruz Cordeiro. Como o título bem exemplifica, trata-se de instruções gerais de como prevenir a cólera, além da descrição de alguns procedimentos que deveriam ser tomados em caso de contágio da doença. Esta pequena obra, contém 12 páginas, e encontra-se disponível no site do projeto de Robert Darnton, intitulado *Digital Public Library of America*¹³², em que outros trabalhos do doutor Antonio da Cruz Cordeiro também podem ser acessados.

Figura 13- Instruções Sanitarias Populares, Antonio da Cruz Cordeiro, Parahyba, 1862¹³³

¹³² Disponível em: <https://www.dp.la>

¹³³ Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=osu.32435055548325;view=2up;seq=1;size=125>



Fonte: Digital Public Library of America

Sobre o Dr. Cruz Cordeiro consultei o estudo realizado em forma de artigo por Serioja Mariano (2015), intitulado: *Entre a medicina, a política e a poesia: a trajetória do Dr. Antonio da Cruz Cordeiro na Província da Paraíba na segunda metade do oitocentos*. Desta forma, sabe-se que Antonio da Cruz Cordeiro nasceu em 1831 na vila de Independência (atual cidade de Guarabira) na província da Parahyba do Norte. Filho de uma família abastada estudou no Lyceu paraibano e na Faculdade de Medicina da Bahia (MARIANO, 2015).

Após finalizar seus estudos em medicina, ao longo de sua vida preencheu seu currículo com inúmeras atividades na área da saúde, do jornalismo, e da política. Entre os anos de 1859 a 1861 foi médico na província Paraibana, e em seguida ingressou o Corpo de Saúde do Exército, e 2º cirurgião nas Guarnições da Parahyba e em Sergipe. Entre 1863 e 1864 foi transferido para a província do Amazonas, retornou à província natal para servir Corpo de Voluntário da Pátria, no primeiro contingente da Paraíba na Guerra do Paraguai (1864-1870) enquanto Tenente e 2º Cirurgião. Obteve o título de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, “uma ordem honorífica criada por D. Pedro I, em 1829. A comenda era um prêmio dado aos militares ou civis, pelos serviços prestados ao Estado e a fidelidade ao imperador” (MARIANO, 2015, p.301). Também foi médico do hospital da Santa Casa da Misericórdia, dos pobres no 1º Distrito da capital paraibana, 2º Tenente do Corpo de Saúde do Exército e Chefe da Enfermaria Militar da província.

No campo político o Dr. Cruz Cordeiro foi deputado provincial, representando o partido liberal, por três legislaturas (1864-1865, 1866-1867 e 1868-1869). Enquanto jornalista ingressou o corpo redacional de jornais como *O Publicador e Gazeta da Parahyba*. No âmbito das letras também publicou os seguintes escritos: *Prólogo da Guerra ou Voluntário da*

Pátria, um ensaio dramático impresso pela Tipografia do Imperial Instituto Artístico, localizada no Rio de Janeiro; *Estudo Biográfico – o Vigário Joaquim Antonio Marques*, pela Tipografia Liberal Parahybana, na Cidade da Parahyba; *Batalha de Humaitá. Episódio da Esquadra Brasileira em operações nas águas do Paraguai*.

Segundo Mariano (2015), a publicação de *Instruções Sanitárias Populares, Acompanhadas de prescrições medica para o caso de manifestar-se entre nós a epidemia do Cholera- morbus*, foi possível:

Após o Dr. Cruz Cordeiro atuar na luta contra a epidemia do Cólera que matou mais de trinta mil pessoas na província da Paraíba. O médico viajou para conhecer os casos de cólera, porque ele acreditava que “a experiência firmada na observação dos fatos” garantiria um diagnóstico e tratamento mais eficiente (MARIANO, 2015, p.303).

Além disso, continuou Mariano (2015) afirmando que as *Instruções Sanitárias Populares* “foram publicadas ‘gratuitamente’ pelo governo da província ‘para acalmar os ânimos amedrontados pela segunda invasão da cólera[...]’”(MARIANO, 2015, p.305). Neste sentido, fica clara a relação de José Rodrigues da Costa com o poder provincial, e também o com o Doutor Cruz Cordeiro, pois o governo escolheu a tipografia dele para imprimir este livreto contendo instruções para a população. A aproximação do tipógrafo com o médico já foi destacada anteriormente, não só porque Cruz Cordeiro contribuía na redação do jornal, mas também devido a relação de apadrinhamento de sua filha mais nova. Faz-se interessante ressaltar que possivelmente essa proximidade entre ambos, tenha, de certa forma, influenciado na escolha da tipografia para impressão deste escrito, ou por já possuir uma reputação já consolidada perante o governo provincial, também já visto anteriormente, tenha sido a razão pela qual a tipografia de José Rodrigues da Costa tenha sido a responsável por produzir e difundir à população este impresso.

Em 1865 saía da gráfica de José Rodrigues da Costa, a obra intitulada *Mosaico: Poesias traduzidas* de Joaquim Maria Serra Sobrinho, que pode ser acessada no Acervo Digital da Biblioteca Brasiliana da USP¹³⁴.

Figura 14- Mosaico: Poesias Traduzidas. Joaquim Serra, Parahyba, 1865

¹³⁴ <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01667100#page/1/mode/2up>



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Brasiliana da USP

O autor era natural da província do Maranhão, e fora secretário da província da Paraíba do Norte no período entre 1864 a 1867 (MARTINS, 1978, p. 35). O livro contém 68 páginas de poesias, de autores franceses Victor Hugo, Ampère, Casimir Delavigne, Henry Murger, Lamartine, Gautier e a poetisa Louise Colet; do polonês Adam Mickiewicz, dos espanhóis Espronceda e Zorilla, entre outros e ao fim uma poesia de Gonçalves Dias, seu conterrâneo. Infelizmente, não tenho como lhes afirmar se o autor traduzira realmente cada uma das poesias dos originais, e se fizera uma compilação das traduções já feitas e as juntou neste livro.

As obras que foi possível identificar até o momento apresentam alguns aspectos comuns como o fato de serem escritas por homens, aparentemente, pertencentes às elites paraibanas e que tiveram uma relação direta com o dono desta tipografia, que, por ter tido a responsabilidade de imprimir tantos documentos referentes ao poder provincial, possivelmente, teve a oportunidade de estreitar laços com esses mesmos homens.

4 O TIPÓGRAFO E SUAS REDES SOCIABILIDADES

4.1 REDES DE SOCIABILIDADES: LAÇOS AFETIVOS E PROFISSIONAIS

Assim como José Rodrigues da Costa, no dia 6 de março de 1853 também aderia ao quadro dos irmãos da Irmandade da Misericórdia, Gervazio Victor da Natividade aos 31 anos de idade também o fez sob a ocupação descrita como empregado público. Este que já

apareceu nos capítulos anteriores deste trabalho, já que, além de ter trabalhado para o governo provincial, enquanto Porteiro (1842 a 1845) e Secretário (1857 e 1859) do Lyceu Provincial¹³⁵, depois como Secretário de Instrução Pública (1857 a 1859)¹³⁶, também fora responsável pela impressão dos jornais *O Governista Parahybano* e *O Parahybano* impressos na tipografia de José Rodrigues da Costa. Desta maneira, acredito que, possivelmente, os laços estabelecidos entre o tipógrafo e o funcionário público perpassaram a barreira profissional, já que além de Gervazio Victor da Natividade ter utilizado a tipografia para imprimir seus jornais, este também adentrara a outro espaço de sociabilidade, a Irmandade da Misericórdia, no mesmo dia em que José Rodrigues da Costa também se tornara membro. Obviamente, que essas exposições estão apenas no campo da suposição, pois não posso afirmar como e de que maneira se estabeleceu a aproximação entre os dois.

Neste cenário, não só Gervazio da Natividade, que imprimiu na Tipografia de José Rodrigues da Costa fora membro da Irmandade da Misericórdia, mas o seguintes nomes: Manoel Caetano Velloso aos 30 anos de idade, empregado público e casado, associava-se no dia 3 de julho de 1834; Padre Lindolfo José Correia da Neves, sob a profissão de Sacerdote, estado civil de celibatário, adentrava à Irmandade no dia 20 de abril de 1848. Em 1858 Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque aos 29 anos, solteiro e advogado; e Antonio da Cruz Cordeiro aos 30 anos, médico e casado.

Manoel Caetano Velloso, Professor do Lyceu e genro de Francisco Xavier Monteiro da Franca, imprimira dois livros na tipografia de José Rodrigues da Costa, já o Padre Lindolfo das Neves era redator chefe do jornal de propriedade do tipógrafo. Diogo Velho de C. de Albuquerque imprimira o jornal *Alva*, e o Dr. Cordeiro, o seu escrito de Instruções Sanitárias.

Portanto, ter encontrado tais fontes, que trouxeram outros aspectos da vida social e cultural do tipógrafo, pois foi de essencial importância para traçar seus laços, não só profissionais, por meio de seu estabelecimento tipográfico, como também, as relações estabelecidas perante os espaços de sociabilidade da sociedade vigente. Sendo assim, acreditou-se na importância de se compreender o que fora, mesmo que de maneira superficial, a Santa Casa da Misericórdia, sede da Irmandade da Misericórdia.

Segundo Cláudia Tomaschewski (2014), em sua tese intitulada: *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil (1847 – 1891)*: “As irmandades da Santa Casa de Misericórdia foram instituições apoiadas ou mesmo criadas pelo Estado

¹³⁵ (FERRONATO, 2012 p. 232).

¹³⁶ (PARAHYBA DO NORTE, 1857, 1858 e 1859).

português, e depois brasileiro, para prestar assistência social” (TOMASCHEWSKI, 2014, p.16). E, ainda segundo a autora, tem-se conhecimento que por volta do ano de 1498 fora instaurada a primeira Irmandade portuguesa denominada de Santa Casa da Misericórdia, na cidade de Lisboa. No Brasil a efervescência destas instituições se deu, de fato, no século XIX, quando o “nascente Estado incentivava a fundação de irmandades deste tipo para gerir hospitais nas vilas e cidades que iam crescendo em número e população” (TOMASCHEWSKI, 2014, p.16).

De acordo com Naiara Alves (2006), na sua dissertação intitulada *Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX*, as irmandades eram:

Instituições corporativas, de leigos que se dedicam ao culto de uma santo ou santo católico. Tinham como uma de suas principais funções a ajuda mútua. Sua denominação tem origem na forma de tratamento utilizada por seus integrantes, que chamam uns aos outros de irmãos (ALVES, 2006, p.44).

Assim sendo, as irmandades estavam estruturadas organizacionalmente de acordo com a sociedade à sua época, desta maneira: “dentro de uma sociedade escravista, estavam divididas de acordo com a cor e o estado dos seus integrantes, fossem estes brancos, pardos, pretos, livres, libertos ou escravos” (ALVES, 2006, p.46) e, geralmente, continua Alves (2006): “As Irmandades de pessoas brancas eram constituídas pela elite da sociedade e normalmente não permitiam a participação de pessoas de outras raças” (ALVES, 2006, p.46).

Entretanto, segundo Tomaschewski (2014) existia uma sutil diferença entre as irmandades e as misericórdias, pois, em sua maioria, as irmandades tinham por finalidade prestar auxílio a seus próprios membros, já as misericórdias perpassavam este espaço, prestando auxílio também a terceiros. Desta forma:

As misericórdias eram confrarias organizadas especialmente para exercer a caridade, ainda que também prestassem auxílio material e espiritual aos irmãos. Além disso, estas irmandades eram de imediata proteção régia, e, com relação aos compromissos, só necessitavam de aprovação eclesiástica no que tocava a questões religiosas (TOMASCHEWSKI, 2014, p.33).

De acordo com Wilson Seixas em sua obra *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos*, publicada em 1987, a Santa Casa da Misericórdia da Paraíba é considerada umas das primeiras do Brasil, pois teria sido fundada após a criação das de Santos, Bahia e Olinda (SEIXAS, 1987, p.23). Neste cenário, fica claro que as misericórdias no Brasil foram importantes instituições, pois prestaram serviços em vários segmentos sociais, relativos ao cotidiano das cidades, pois eram especializadas na assistência aos pobres, fornecimento

hospitais e sepultamento dos corpos.

Em relação à Santa Casa de Misericórdia da província paraibana, assim como nas demais misericórdias, esta também fora regida e estruturada por meio de “compromissos”. Seixas (1987) afirmou que a Santa Casa da Paraíba seguiu o compromisso referente ao ano de 1723 até em 1852, quando entrou em vigor o compromisso de 1850, que só seria alterado em 1913.

Segundo o padrão estabelecido pelo Termo de Compromisso de 1850, a Santa Casa paraibana ficava dividida em dois setores, um de âmbito legislativo composto por uma Junta de vinte definidores, cargo esse que foi exercido por José Rodrigues da Costa no ano de 1856; e por um setor executivo, integrado pela Mesa Administrativa composta pelo Provedor, escrivão, tesoureiro, procurador geral, mordomos do Hospital e Expostos, de Prédios e Terras, de Igreja e Cemitério, dos Presos e Visitador, sendo esses nomeados pelo presidente de província. Continua Seixas (1987), que:

Desde a fundação da Santa Casa **faziam parte dela as figuras mais representativas da sociedade paraibana**. Somente governadores, ouvidores, padres, altos funcionários, **comerciantes ricos** e senhores de engenho é que podiam ser admitidos como Irmão de maior condição. Comerciantes de molhados, fazendeiros, oficiais mecânicos, pequenos funcionários, numa palavra a classe média forneciam os Irmãos de menor condição (SEIXAS, 1987, p. 123. Grifos meus).

Contudo, para adentrar à esta seleta irmandade, importante círculo social da província, era necessário preencher alguns pré-requisitos exigidos pela instituição desde seus primórdios:

A primeira estipulava que os sócios fossem limpos de sangue, sem raça de mouro ou judeu. Essa exigência estendia à esposa do confrade. As outras condições para ingresso de sócios estabeleciam que o mesmo deveria: 2º) Ser livre de toda a infâmia, de feitio ou de direito; 3º) Ter idade conveniente, **sendo solteiro** nunca menor de vinte e cinco anos; 4º) **Não servir à Casa por salário**; 5º) Ter tenda sendo oficial de ofício em que é costume haver , ou mestre de obras, **isento de trabalho por suas mãos**. 6º) **Ser de bom entendimento e saber ler e escrever**; 7º) **Ser abastado de meios de modo que não caia em necessidade** (SEIXAS, 1987, p. 123-124. Grifos meus).

Analizando essas exigências, percebeu-se que José Rodrigues da Costa atendia a todos, pois era solteiro perante a lei, sabia ler e escrever já que também era necessário para exercer seu ofício de tipógrafo, e em relação à ‘não servir à casa por salário’ também ficou notável ao longo do texto que ele recebia altas quantias em seus contratos com o governo provincial. Além disso, ele não foi apenas um mero participante da Irmandade, pois havia sido nomeado para o cargo de *Definidor* do ano compromissal de 1856 a 1857, uma função legislativa dentro desta intuição católica.

No início deste tópico foram citados alguns nomes que além de terem publicados

impressos na tipografia de José Rodrigues da Costa, também foram admitidos como irmãos da Misericórdia, essas informações permitiram a elaboração do quadro que apresento a seguir:

QUADRO 7: Homens que imprimiram na Typ. de José Rodrigues da Costa e também ingressaram a Irmandade da Misericórdia	
NOME	PROFISSÃO DESCrita
Antonio da Cruz Cordeiro	Médico
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque	Advogado
Gervazio Victor da Natividade	Empregado Público
José Rodrigues da Costa	Comerciante
Lindolfo José Correia das Neves	Sacerdote
Manoel Caetano Velloso	Empregado Público

Fonte: Quadro elaborada pela autora mediante dados contidos no Livro dos Irmãos da Misericórdia (1872), Acervo da Santa da Casa da Misericórdia.

Desta forma, ficou notório que as profissões descritas acima estão em comum acordo aos ofícios dos homens que integraram a irmandade desde sua fundação segundo Seixas (1987). Além disso, incluindo o tipógrafo, apenas dois deles não exerceram cargos dentro da instituição: Gervazio Victor da Natividade e Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, os demais tiveram uma participação mais assídua na instituição católica de caridade. Ainda analisando o quadro, percebeu-se que possivelmente o tipógrafo teria sido considerado um irmão de maior condição, pois além de preencher as exigências para se tornar um membro da confraria, já que também fora eleito para um cargo administrativo, cuja função também fora exercida por Manoel Caetano Velloso e Antonio da Cruz Cordeiro¹³⁷.

Voltando às presentes descrições contidas no Livro dos Irmãos da Misericórdia (1872), existente no Acervo da Santa da Casa da Misericórdia, abaixo de cada nome dos irmãos, geralmente, havia algum comentário por escrito, principalmente se esses haviam exercidos cargos dentro da irmandade. Embaixo dos nomes de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e no de Gervazio Victor da Natividade apenas contém suas respectivas datas de falecimento. Manoel Caetano Velloso, segundo a descrição que consta abaixo de seu nome, ele foi eleito para os cargos de Conselheiro de 1835 a 1836, 1842 a 1845; Definidor entre 1836 a 1842, 1858 e 1859; Mordomo dos Expostos de 1846 a 1847; Tesoureiro de 1847 a 1848, vindo a falecer em 1864. No caso de Antonio da Cruz Cordeiro consta que em 1854 foi médico do Hospital de Caridade da Santa Casa. Em 1857 foi demitido, mas retornou como médico do Hospital da Santa Casa por nomeação em 1865. Também foi eleito Definidor para os anos compromissais de 1878, 1879, 1880, 1887, 1888, em 1893 foi nomeado médico do

¹³⁷ Livro dos Irmãos da Misericórdia (1872), Acervo da Santa da Casa da Misericórdia.

Hospital Santa Isabel, e faleceu em 1894 em Recife.

Já em relação ao Padre Lindolfo José Correia das Neves consta no texto logo abaixo de seu nome, uma descrição mais detalhada. Há informações que ele, além de ter exercido o mais importante cargo dentro da instituição, o de Provedor da Santa Casa, função nomeada diretamente pelo Presidente de Província exerceu antes as funções de Conselheiro e Mordomo das Demandas no ano de 1848 a 1849. Ainda em 1848 fora nomeado Advogado da Santa Casa. Entre o ano compromissal¹³⁸ de 1852 a 1853 fora Definidor, Mordomo da Igreja e Cemitério entre 1857 e 1858, Mordomo do Hospital e Expostos entre 1858 e 1859. Assumira também, o cargo de provedor no ano compromissais referentes a 1861 a 1862, 1862 a 1863, e 1863 a 1864. Em 1871 assume novamente o mais alto cargo Santa Casa de Misericórdia e fica nesta função por 12 anos seguidos, até 1882, falecendo em 1884.

Algumas das exigências do Compromisso e missões da Santa Casa eram as de socorrer os vivos e enterrar os mortos; realizar o enterro dos Irmãos e providenciar esmolas para enterros dos pobres; eram obrigados a aceitar qualquer cargo na Irmandade sem remuneração, já que todos eram elegíveis para qualquer cargo, exceto para a função de provedor. Neste sentido, vale salientar que:

É indiscutível o papel que ela (a Santa Casa) tem desempenhado não apenas pelas circunstâncias acima apontadas, como pelo entrosamento de sua administração com os negócios públicos, em certas épocas e, ainda, porque à sua frente, **no cargo máximo de provedor, patenteiam-se figuras da maior evidência e prestígio no mundo político, social, religioso e econômico durante os períodos colonial, monárquico e republicano** (SEIXAS, 1987, p.25. Grifos meus).

Em seu artigo intitulado *As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII*, Maria Marta Lobo de Araújo (2006), afirma que as misericórdias foram ao longo dos anos promotoras de sociabilidades, estreitando laços fraternais entre os seus membros e entre estes com a comunidade, principalmente pela realização de eventos socioculturais como eventos como jantares, festas, as procissões, as esmolas aos pobres e os enterros. Contudo, “O ingresso numa Misericórdia dava resposta a anseios espirituais e de caridade ao próximo, **mas satisfazia ao mesmo tempo aspirações sociais e até políticas** (ARAÚJO, 2006, p.156. *Grifos meus*), ou seja, também possibilitaram rede de influências e poder pois eram permeáveis a redes de interesses.

Em relação à província da Paraíba não foi diferente, pois segundo Iolanda Oliveira (2014), em sua dissertação intitulada: *Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista*, pertencer à Irmandade da Misericórdia favoreceu, em muitos

¹³⁸ Palavra descrita conforme se encontra no documento consultado.

casos, a realização de interesses próprios dos irmãos, pois:

[...] o pertencimento ao quadro de uma Irmandade da Misericórdia simbolizava uma posição de dignidade; a aglutinação de pessoas dominantes nesse espaço contribuía para o seu fortalecimento e para a realização de seus interesses (OLIVEIRA, 2014, p. 61)

É tanto que José Rodrigues da Costa ingressou à Irmandade em março de 1853 e coincidentemente no mesmo ano foi responsável pela impressão do *Jornal da Assembléa Legislativa da Província da Paraíba*¹³⁹, lançado em agosto daquele ano, assim como também imprimiu relatórios e exposições dos dirigentes da província no exercício de 1853. Vê-se então, que o tipógrafo estivera rodeado de pessoas muito influentes pertencentes à elite política na província, pois o Padre Lindolfo, redator de seu jornal assumira durante vários anos o mais alto cargo na Irmandade da Misericórdia, assim como os homens citados acima.

Caminhando pelas páginas do jornal de propriedade do tipógrafo, em busca de mais pistas sobre sua atuação e seus laços de sociabilidades, foi possível localizar seu nome enquanto sócio instalador de uma sociedade intitulada “Caridade de S. João Evangelista”, conforme a seguir:

Sociedade “Caridade de S. João Evangelista”

De conformidade ao que determinão os estatutos da sociedade, se faz publicar o nome de todos os **sócios installadores** da Paraíba e de fora della.

Socios installadores da Paraíba

Exm^a. Sr^as.

D. Anna Paulina Rodrigues Chaves.

D. Maria Francisca de Moura Reis.

D. Anna Alexandrina de Lima Mindello

D. Anna Genoveva Rodrigues da Silva

D. Maria Barbara Gomes de Souza Gayoso¹⁴⁰.

D. Clementina Gomes de Souza Shalders.

D. Luiza Gomes de Souza.

Exms. Srs.

Dr. Francisco de Araujo Lima.

Dr. Sinval Odorico de Moura.

Barão de Mamanguape.

Dr. Felisardo Toscano de Brito.

Illms. Srs.

Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso.

[...]

Vice-consul Roberto J. Shalders.

Candido Gregorio dos Santos Serqueira

Major Thomaz de Aquino Mindello;

[...]

¹³⁹ Apenas a primeira página do primeiro número foi encontrada no Arquivo Privado Maurílio de Almeida.

¹⁴⁰ Foi eleita a Presidente Efetiva da sociedade na Sessão de 10 de abril de 1864. (*O Publicador*, 23 de maio de 1864).

Manoel Carlos de Almeida e Albuquerque.
José Rodrigues da Costa.
 [...]
(Continuar-se-ha)
(O Publicador 27 de maio de 1864. Grifos meus)

Partindo deste trecho citado acima, percebeu-se que o tipógrafo estava inserido em um tipo de sociedade católica, já que S. João Evangelista era um santo católico. Ademais, José Rodrigues da Costa fora descrito enquanto *ilustríssimo senhor*, logo após a aparição de importantes nomes da sociedade paraibana à época, como o Dr. Francisco de Araujo Lima, Dr. Sinval Odorico de Moura, Barão de Mamanguape e o Dr. Felisardo Toscano de Brito, esses que já foram presidentes da província da Parahyba. Interessante notar que dos “exms. Srs.” três deles tiveram relatórios impressos pela tipografia de José Rodrigues da Costa, Francisco de Araujo Lima referente ao seu mandato de 1861 e 1862; Dr. Sinval Odorico de Moura, no ano de 1864 e o Barão de Mamanguape referentes aos anos de 1853, 1854 e 1855. E, além desses nomes também foi possível localizar no exemplar de *O Publicador* do dia 28 de maio de 1864 no qual Antonio da Cruz Cordeiro também fora sócio instalador dessa instituição católica, pois seu nome aparece na lista continuada do trecho descrito mais acima. O que só mostra, mais uma vez, os laços estabelecidos entre ele e o tipógrafo por pertencerem aos mesmos espaços de sociabilidades, além da relação profissional que estes mantinham.

Desta maneira, comecei a perseguir mais pistas sobre esta sociedade no jornal *O Publicador*, quando então me deparei com o seu Estatuto. Em abril do ano de 1864 fora lançado no periódico o Estatuto da Sociedade Caridade de S. João Evangelista, composta por seis capítulos e 54 artigos, distribuídos da segunda até a quarta, e última, página do jornal.

Estatutos da Sociedade Caridade de S. João Evangelista¹⁴¹

CAPITULO I

Da organisação e fins da sociedade.

Art. 1º. Fica creada na cidade de Parahyba do Norte, capital da provincia do mesmo nome, uma sociedade denominada – Caridade de S. João Evangelista – que será posta sob a protecção de SS. MM. II., solicitando-se para isso previamente o seu assentimento.

Art. 2º. **Ella tem por principal – dar liberdade aos escravos -; e por secundario – socorrer e livrar da miseria os orphãos menores desamparados, e viuvas honestas desvalidas,** com preferencia dos socios, e praticaroutros quaesquer actos de urgente beneficia.

[...]

CAPITULO II

Dos socios e suas obrigações.

[...]

Art.5º Os socios se classificam em instituidores, installadores, e meramente socios.

¹⁴¹ São João Evangelista foi um dos doze apóstolos de Jesus Cristo. Foi o autor do quarto Evangelho e do Apocalipse, e acompanhou Cristo até a sua morte. Disponível em: <http://www.franciscanos.org.br/?p=59762>

[...]

Art. 7º **Socios installadores são os que assistiram á installação da sociedade ao dia 27 de dezembro de 1863, e os que nella se allistarem até a epocha da aprovação definitiva dos presentes estatutos.** [...]

Art. 11. **Cada socio pagará a quantia de cinco mil réis, como joia de sua entrada,** na occasião de se alistar na sociedade, e contribuirá mensalmente com a quantia de um mil réis; do que haverá recibo assignado pelo Thesoureiro, ou por algum dos procuradores.

CAPÍTULO III

Da Directoria da sociedade.

Art. 17. A sociedade será ordinariamente representada e dirigida por uma commissão **composta de sete membros**, eleitos por escrutinio em sessão magna, e por maioria absoluta dos votos presentes; a saber: 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 1 Secretario, 1 Thesoureiro. E 3 Procuradores.

Art. 18. A comissão directoria funcionará por espaço de um anno: os seus membros, contudo, poderão ser reeleitos.

[...]

CAPITULO V

Da alforria de escravos, e obrigações por elles contrahidas.

Art. 41 Para as alforrias serão, em igualdade circumstancias, **preferidas as mulheres aos homens**, as que tiverem filhos ás que os não tiverem, as casadas ás solteiras, etc.

Art. 42 Poderão ser auxiliados, até com preferencia, pela sociedade os escravos, que já tenham parte do dinheiro necessário para sua alforria, ficando, todavia, **sujeitos ás obrigações impostas aos libertos da sociedade.**

Art. 43. Os escravos libertos pela sociedade **serão obrigados a prestar serviços por espaço de um anno** para auxiliar os fins da mesma.

Art. 48. Os libertos da sociedade deverão ajuntar ao nome proprio o appellido de – S. João evangelista, - em memoria do benefico recebido, e para firmar nelles, como em uma irmandade, o pensamento de mutuo conforto e auxilio aos que ainda estiverem no captiveiro.

[...]

Parahyba do Norte em 28 de Fevereiro de 1864.

Comissão de redacção

Felisardo Toscano de Brito

Vigario Joaquim Antonio Marques

Dr. João da Matta Corrêa Lima

Dr. Antonio de Brito Souza Gayoso

Manoel Porfirio Aranha

Dr. Antonio Henriques de Almeida

Thomás d'Aquino Mindêllo. (*O Publicador*, 13 de abril de 1864).

Este extrato representa os artigos que foram considerados significativos para compreender o que teria sido esta sociedade, seus objetivos, sua estrutura, e o corpo redacional desta instituição. Portanto, a partir desta passagem pôde-se apreender que a sociedade fora criada no ano de 1863, mais exatamente no dia 27 de dezembro, esse que era o dia do santo¹⁴², que também era negro, e a instituição de caridade, coincidentemente, tinha por finalidade: *dar liberdade aos escravos -; e por secundario – socorrer e livrar da miseria os orphãos menores desamparados, e viuvas honestas desvalidas*, entretanto, vale ressaltar que:

¹⁴² Segundo Robert Darnton (2011), o dia de São João Evangelista era comemorado no dia 27 de dezembro, e o santo era patrono dos tipógrafos na europa do século XVIII. (DARNTON, 2011, p. 117)

Os escravos libertos pela sociedade serão obrigados a prestar serviços por espaço de um anno para auxiliar os fins da mesma; ou seja, os escravizados deveriam continuar trabalhando dentro de um ano para pagarem pela sua liberdade.

Pelo Estatuto também ficou claro que dentro da instituição existiam três classificações de sócios, sendo a de *socios installadores*, categoria na qual se encaixava José Rodrigues da Costa, e que conforme o Estatuto seriam estes os: *que assistiram á installação da sociedade ao dia 27 de dezembro de 1863, e os que nella se allistarem até a epocha da aprovação definitiva dos presentes estatutos*. Portanto, o tipógrafo pertencia a uma categoria atuante dentro da associação, pois não só participara da fundação, como também havia presenciado a aprovação do referido Estatuto. Interessante notar que a *joia* a ser paga no ato de entrada na sociedade, também era de cinco mil réis, igualmente à que o tipógrafo havia pago para a Irmandade da Misericórdia.

Assim como no primeiro extrato mostrado acima, em que o tipógrafo se insere em uma lista com outros grandes nomes da sociedade paraibana, o corpo redacional do Estatuto agrupa nomes significativos às instituições políticas, culturais e sociais da província. Em pesquisa à tese de Cristiano Ferronato (2012), foi possível localizar que tanto Thomas de Aquino Mindello, Manoel Porfirio Aranha quanto Felizardo Toscano de Brito foram professores do Lyceu Provincial¹⁴³. (FERRONATO, 2012, p. 172). O Vigário Joaquim Antonio Marques, em pesquisa aos assentos de batismo, esse que aparece como um dos padres que mais batizou as crianças, e que, após seu falecimento, segundo Mariano (2015), Dr. Cruz Cordeiro¹⁴⁴ teria aceitado o pedido de seu amigo pessoal, Felizardo Toscano de Brito, para elaborar o que seria apenas um estudo biográfico do Padre, mas que diante da imensa quantidade de informações que obteve, se tornou um livro de mais de 300 páginas, e que era anunciado da seguinte forma nas páginas do jornal *O Publicador*:

ESTUDO BIOGRAPHICO
SOBRE O VIGÁRIO
JOAQUIM ANTONIO MARQUES
E ALGUMAS DE SUAS PEÇAS ORATORIAS
PELO
DR. ANTONIO DA CRUZ CORDEIRO

¹⁴³ Thomas de Aquino Mindello fora Professor da Cadeira de Geografia, Cronologia e História do ano de 1852 e fora nomeado Diretor da Instrução em 1853. Manoel Porfirio Aranha professor de Retórica, Poética e Geografia, também do Lyceu Provincial entre os anos de 1839 a 1842. Felizardo Toscano de Brito professor do Lyceu na cadeira de Retórica e Poética. (FERRONATO, 2012, p. 172).

¹⁴⁴ Para obter mais informações sobre a vida do Dr. Cordeiro e seus escritos, ver Mariano (2015): *Entre a Medicina, a Política e a Poesia: a trajetória do Dr. Antonio da Cruz Cordeiro na Província da Paraíba na Segunda metade do oitocento*.

Acaba de sahir do prélo da Typographia Liberal Parahybana esta importante obra, formando um bello volume em quarto com 304 paginas de texto. Tendo sido grande a distribuição dos exemplares pelos Srs. assignantes, poucos restam á venda na Botica da Santa Casa da Misericorida, e na loja do Sr. Antonio Alexandrino de Lima, onde existe igualmente á venda o – PROLOGO DA GUERRA, OU O VOLUNTARIO DA PATRIA, ensaio dramatico em verso do mesmo Parahybano – Dr. Cordeiro. O autor d'estas obras é tão conhecido na republica das letras que nos despensa o elogio da obra que anunciamos á 3\$000 rs. o exemplar.

Os Editores. (O Publicador, 17 de maio de 1867)

Felizardo Toscano de Brito, já mencionado neste texto dissertativo, nascera em 1814 em Mamanguape, se casou com Eugenia Accioles do Rego Brito, filha de D. Thereza de Jezus Coitinho e Victorino do Rego Toscano Barreto. De acordo com Myraí Segal (2014): “A união entre Felizardo Toscano de Brito e a filha de um importante político liberal da província nos ilustra mais uma vez a efetivação de laços matrimoniais entre membros da elite como forma de perpetuação do poder” (SEGAL, 2104, p.56). Felizardo de Brito se formou na Faculdade de Direito em Olinda, concluindo o curso no ano de 1838 e, antes mesmo de receber o título de bacharel tinha sido membro da Câmara Municipal da Cidade da Paraíba. Vale salientar, que desde o início da sua carreira política esteve ligado ao Partido Liberal (SEGAL, 2014, p. 56). Na década de 1860 ocupou os cargos de vice-presidente da província da Paraíba e o de deputado geral. E, além de ter sido durante anos líder do partido liberal, assim como José Rodrigues da Costa, também fora proprietário da Tipografia F. T. de Britto e Cia, responsável pela impressão de jornais como *Comercial Parahybano*, *Argos Parahybano* e *O Despertador*.

Em relação à sociedade Caridade S. João Evangelista, se faz interessante notar que homens como o Barão de Mamanguape representante do partido conservador (SEGAL, 2014, p.23) e Felizardo T. de Brito do partido liberal, lideranças políticas que estavam em lados opostos, mas reunidas neste mesmo espaço de sociabilidade, com objetivos em comum, o de alforriar escravos, e amparar *orfãos e viúvas*. Desta forma, ressalta-se que tal sociedade católica carece de um estudo mais aprofundado para que se possa compreender de forma mais ampliada as práticas e relações políticas, sociais e culturais desta instituição com a sociedade paraibana neste período.

Fazendo a relação desta sociedade de caridade com a Irmandade da Misericórdia percebeu-se que ambas foram responsáveis por prestar socorro a terceiros, além de terem sido compostas por pessoas da mais alta sociedade da província, portanto, essas duas instituições caracterizam-se enquanto espaços de sociabilidade, pois além de seus membros se relacionarem com a comunidade, foram de essencial importância política para as relações que foram estabelecidas entre seus próprios membros, como já dito anteriormente.

Infelizmente, o *corpus* documental referente às instituições ainda se encontra

fragilizado para que se possa inferir mais sobre a trajetória de José Rodrigues da Costa. De toda forma, é importante levantar um questionamento, lembrando que sua companheira, dona Joanna era uma mulher liberta e, provavelmente, a antiga situação vivida pela mãe de seus filhos tenha influenciado no fato de ele ter participado dessa sociedade que visava a libertação de escravizados.

Desta forma, pelo que já foi analisado e explicitado nos capítulos anteriores, percebeu-se que José Rodrigues da Costa por meio de seu ofício, e de sua tipografia adquiriu ao longo dos anos uma boa condição financeira e também social, devido à sua extensa rede de sociabilidade, e ao estreitamento de laços com alguns dos homens mais importantes à sua época, como o Padre Lindolfo Correia das Neves e o Dr. Antonio da Cruz Cordeiro.

4.2 O PUBLICADOR (1862-1866)

A reconhecida **necessidade de uma publicação – diaria** – noticiosa n'esta Provincia, nos moveu a emprehendermos a satisfação d'essa necessidade, ante a **qual outros já recuaram pelas difficuldades**, que se lhes antepuzeram. [...] mas assseguramos, que **estamos dispostos a todo sacrificio, para que fiquemos n'essa parte somenos às outras provincias do Imperio, em cuja maior parte existem diarios**, mais ou menos consideraveis. E' mister, porém que o publico parahybano, [...] nos auxilie em nosso empenho, fazendo **crescer a inscripção de nossos assignantes, sem os quaes não poderemos fazer face ás consideraveis despezas, que exige uma publicação d'esta importancia**. Entendendo, que a Imprensa somente pode conseguir **seu fim civilisador, e por consequencia moralisador**, mantendo-se com independencia na emissão da opinião publica, quando justa, procuraremos, quanto em nos estiver, conservar-nos n'essa honroza posição, da qual nos não arredarão considerações de qualquer especie [...]. (*O Publicador*, n.1,1862. Grifos meus)¹⁴⁵

Este trecho fez parte do prospecto respectivo ao exemplar de inauguração de *O Publicador*, que se encontra transscrito na obra de Martins (1978). Segundo as palavras da redação do jornal, percebeu-se que este periódico estava entrando na empreitada de publicar diariamente, entretanto deixou claro que outros já recuaram da ideia, devido às várias impossibilidades que lhes foram impostas, mas a redação de *O Publicador* esteve empenhada em não deixar se esvair essa ideia, pois, segundo eles na maioria das cidades do império já existiam publicações diárias, sendo necessária a implantação de uma folha com esse perfil, agora na província paraibana. Mas, para alcançarem tal objetivo precisavam contar com um bom público de assinantes, pois precisavam custear ás consideraveis despezas, que exige uma publicação d'esta importancia.

¹⁴⁵ Exemplar presente na obra de Martins, 1978, p.169-172.

O Publicador foi o primeiro jornal de impressão diária na província (MARTINS, 1978, p. 174), além de ter sido, durante o período imperial, um dos mais duradouros, pois circulou de 1862 até o ano de 1886. “O Publicador he propriedade de José Rodrigues da Costa. Publica-se diariamente, e subscreve-se nesta Typographia [...]” (*O Publicador*, n.1,1862)¹⁴⁶. Desde seu primeiro número publicado, o jornal fazia questão de deixar claro em seu cabeçalho quem era o seu proprietário, além de explicitar seus objetivos. Na continuação do prospecto do exemplar de inauguração, a redação continua afirmando que:

Entendendo que a Imprensa somente pode conseguir seu fim civilizador, e por consequencia moralisador, mantendo-se com independencia na emissão da opiniao publica, quando n'essa honroza posição, da qualquer especie (*O Publicador*, n.1,1862).

É interessante notar que no trecho destacado acima se percebeu qual a compreensão do papel da imprensa para José Rodrigues da Costa, e do seu corpo redacional: *fim civilizador, e por consequência moralizador*. Pois, “O que se formulava na perspectiva desses homens de letras era, sobretudo, a crença de que estariam imbuídos de uma missão pedagógica, esclarecedora, civilizadora”(MOREL; BARROS, 2003, p.41), ou seja, convergindo com as características da imprensa latino-americana apresentadas pela autora Maria Lúcia Pallares-Burke (1998), e corroborando com o argumento de Socorro Barbosa (2010) que “[...] os tipógrafos e jornalistas do século XIX eram homens de letras, comprometidos com o saber, que reconheceram rapidamente o poder da imprensa e sua força na divulgação do conhecimento”(BARBOSA, 2010, p. 206). Fortalecendo o meu argumento de que o tipógrafo foi um importante intermediário da cultura impressa.

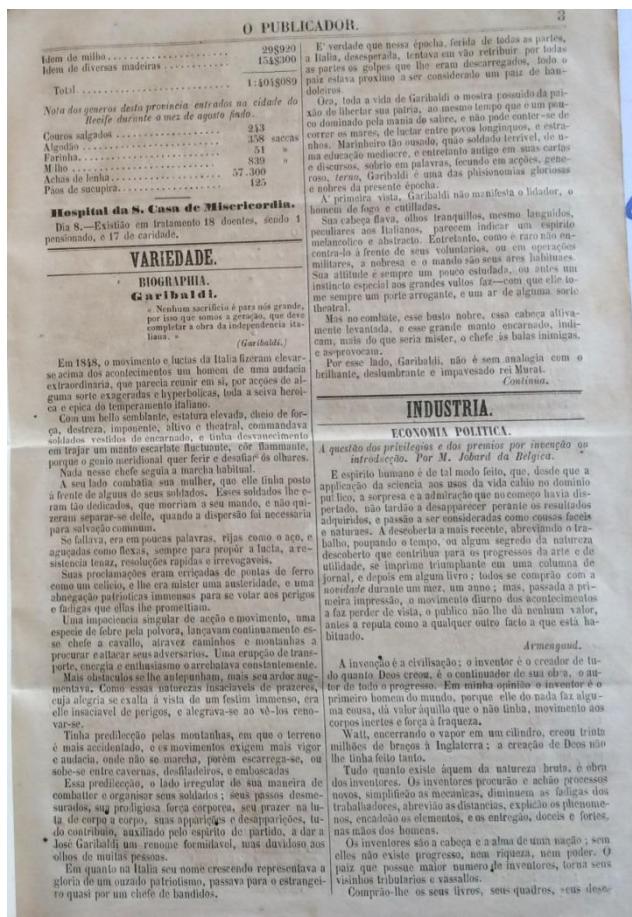
Em relação aos exemplares foi possível localizar exemplares do ano de 1862, a partir do nº 2 ao nº 101 referentes aos dias 2 de setembro até 31 de dezembro de 1862 respectivamente, no Arquivo Privado M. de Almeida. Além dos anos de 1864 a 1866 presentes no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Já os exemplares de 1863 não foram localizados até o fechamento dessa dissertação.

Ao longo do ano de 1862, por meio de análise dos números, foi possível perceber que o conteúdo do jornal estava disposto por duas colunas e por algumas seções fixas como *Parte Official, Registro Noticioso* e *Annuncios*. Ao longo dos números também foi possível identificar títulos de seções como: *A Pedido, O Publicador*, em que se encontravam textos compostos pela redação do jornal sobre um assunto específico, como a data de comemoração

¹⁴⁶ Exemplar presente na obra de Martins, 1978, p.169-172.

da Independência, ou sobre algum assunto relacionado à província; *Variedades*, *Correspondencia*, contendo textos elaborados pelos leitores; *Litteratura, Editorial, Exterior*, entre outras. Na seção *Variedades*, consegui identificar um texto biográfico sobre Garibaldi impresso em 11 números¹⁴⁷ do *Publicador* no ano de 1862.

Figura 15- O Publicador , 10 de setembro de 1862



Fonte: Arquivo Privado M. de Almeida.

A biografia foi publicada primeiramente nesse exemplar de 10 de setembro de 1862, e se conclui mais de um mês depois em 16 de outubro de 1862. Vale ressaltar que os trechos dessa biografia não vinham em uma ordem linear, ou seja, não vinham em exemplares seguidos uns dos outros, e sim em números alternados, e quando não vinham o jornal colocava outros textos para preencher essa seção. Acreditou-se que essa tática tenha sido utilizada para deixar os leitores com vontade de comprar o jornal, pois queriam continuar lendo as histórias, mas tinham que esperar alguns números para lê-los, pois “Essas estratégias

¹⁴⁷ Nos exemplares de número 8, 11, 12, 13, 19, 20, 26, 30, 32, 35 e 39 referentes ao ano de 1862.

editorias denunciam a preocupação de envolver o leitorado nas teias da página impressa, denunciam certa vontade de controlar o processo de apropriação do que era publicado” (PINA, 2010, p.12).

Em relação à essa biografia de Garibaldi, em pesquisas conseguiu-se localizar que este fora retirado de uma obra escrita por Hyppolyte Castille, um escritor francês do século XIX, intitulado de *Portraits Historiques*¹⁴⁸. Ao fim dessa história no jornal *O Publicador*, ilustrado na imagem acima, ao lado do nome do autor tem a palavra *Trad.*, mas se se tratava de uma tradução do original, mas não posso lhes informar se fora feita pelas pessoas do jornal, ou se eles transcreveram de uma tradução já publicada.

O Publicador ao longo dos anos continuou sendo estruturado em quatro páginas mas, em 1864 passou a ser dividido em três colunas, e assim continuou até 1866. Assim como em 1862, entre o período de 1864 a 1866, em suas primeiras duas páginas, vinham notícias de cunho oficial, intitulada de *Parte Official*. Alguns exemplares traziam, entre a terceira e quarta página, seções intituladas de *Variedades*, *Miscellanea* e *Litteratura* (traziam folhetins, crônicas e notícias diversas) e sempre, na última página a seção de *Annuncios*, estes que podiam tomar apenas o final da página, ou a depender, a última página por inteiro. O Redator principal do periódico, segundo Martins (1978), foi o Padre Lindolfo Corrêa das Neves, mas, outros homens como, Antonio da Cruz Cordeiro, Enéas de Arrochelas Galvão, José Ferreira de Novaes, Benjamin Franklin D’Oliveira e Mello, Eugenio Toscano de Brito, possivelmente, contribuíram na redação deste jornal. (MARTINS, 1978, p.197-207).

As notícias e as notícias das páginas do jornal *O Publicador* foram marcadas pelo anonimato de quem as escrevia, até a morte de Lindolfo José Correia das Neves no dia 19 de maio de 1884, em que a redação do periódico, lançou uma nota em sua homenagem no dia 4 de junho daquele mesmo ano, afirmando que:

Vê-se O PUBLICADOR privado do seu benemérito chefe. Mas apesar de nunca poder ser preenchido o seu lugar, todavia continuará O PUBLICADOR a hastear a mesma bandeira e sustentar os mesmos princípios políticos. Não quer isto dizer que tomado compromisso de espécie alguma perante o **partido liberal da província**, do qual é **O PUBLICADOR um amigo livre e não seu órgão**.
(MARTINS, 1978, p.188.*Grifos meus*)

Martins (1978) também transcreveu uma matéria publicada pelo *Diário da Parahyba* de 21 de maio de 1884, sobre a morte do Padre Lindolfo:

¹⁴⁸ Disponível em: <https://books.google.mw/books?id=aWcNAQAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>

Fanático pelo jornalismo de que era um palinuro de grande força, colocou-se à frente de diversos periódicos políticos daquele tempo, **conservando-se até a hora em que expirou como redator chefe do antigo e bem conhecido órgão liberal *O PUBLICADOR*** (MARTINS, 1987, p.198).

Lindolfo José Correia¹⁴⁹ nasceu na Cidade da Paraíba em 05 de agosto de 1819, dia de Nossa Senhora das Neves, padroeira e antigo topônimo da cidade, razão pela qual, posteriormente, acrescentou ao seu nome o “das Neves”. Em 1843, pelo Seminário de Olinda, tornou-se presbítero. No ano de 1847 se graduou em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda. De acordo com Segal(2017), ele teria iniciado sua vida política ao lado dos conservadores, mas, posteriormente, se aproximou dos liberais progressistas, aderindo, na década de 1860, à Liga¹⁵⁰. Padre Lindolfo fora eleito deputado provincial, Presidente da Câmara, assim como, também chegou à Câmara Geral, permanecendo como um dos cinco representantes da Parahyba do Norte na Corte entre 1864 a 1870. (BARBOSA, 2009, p.109). Além dos cargos que este exercera na Santa Casa de Misericórdia, como já dito anteriormente, ele também:

Exerceu ainda diversos cargos e comissões, foi Secretário do Governo da Paraíba durante um longo período, de 1849 a meados de 1853, e de 1854 a julho de 1856, quando foi aceita sua demissão; Procurador Geral da Tesouraria da Fazenda na Paraíba (1864); Juiz de Paz da Cidade da Paraíba; Presidente da comissão indicadora de medidas tendentes ao serviço de socorros públicos (1877); Delegado especial do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, nos exames gerais de preparatórios para os cursos superiores do Império, realizados na capital da Província da Paraíba (1879). Homem de muitas posses e múltiplos talentos foi eleito em diversas ocasiões Provedor da Santa Casa de Misericórdia; agraciado com o Título de Pregador Honorário da Capela Imperial, e com as comendas da Imperial Ordem de Cristo, no grau de Cavaleiro e Comendador da Rosa, esta última em 1860. Foi ainda ele o escolhido para dirigir as homenagens do “povo paraibano” ao Imperador D. Pedro II, quando de sua visita à Paraíba, em 1859; Lecionou de maneira intermitente, vários anos, no Liceu Paraibano, como Lente de filosofia e de álgebra (BARBOSA, 2009, p.111).

Para além disto, é válido que se ressalte que ele também foi professor de filosofia, português e álgebra do Lyceu provincial (FERRONATO, 2014, p. 267). Desta forma, o Padre Lindolfo deixou clara sua caminhada pelos mais variados segmentos socioculturais não só da província paraibana, como também em questões de cunho nacional, pois chegou também a exercer um cargo na Corte, enquanto deputado geral. É preciso que se ressalte aqui, que acredito que as relações entre o Padre Lindolfo e o tipógrafo eram muito próximas, ou seja, na

¹⁴⁹ Para mais informações sobre sua atuação política, ver Segal (2017).

¹⁵⁰ Foi um movimento durante a tentativa de uma nova conciliação entre liberais e conservadores, ocorrida na década de 1860, que foi criado o Partido Progressista que, inclusive, teve uma duração efêmera que se estendeu de 1864 a 1868. (SEGAL, 2017, p.16)

concepção desta pesquisa, perpassaram o âmbito profissional, pois mesmo após falecimento do tipógrafo em 1866, no processo de tutoria de sua companheira, já tratado anteriormente em capítulo anterior, encontrei a seguinte aproximação entre o redator chefe e a família de José Rodrigues da Costa:

Perante a mim e as mesmas testemunhas disse que pelo presente **nomeava e constituía seu bastante procurador nesta cidade o [...] Dr. Lindolfo José Correa das Neves e lhe concedem todos os poderes por direito permitidos** para que em nome d'ellas outorgantes como se presente fossem promover e requerer tudo que [...] a tem delas outorgantes na arrematação que garante o juiz municipal desta cidade de [...] a typographia do Publicador que foi [...] falecido José Rodrigues da Costa[...] (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa.* Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 30 de maio de 1873. *Grifos meus*).

Como o pedido de renovação da tutoria da mãe de Joanna fora negado, pois suas duas filhas mais velhas já possuíam idade superior a 21 anos, as “outorgantes” do processo passaram a ser Calecina e Elysia. E pelo conteúdo do trecho explicitado acima, ao que parece escolheram o “outorgado” Dr. Lindolfo José Correa das Neves enquanto seu Procurador¹⁵¹, aquele teria poderes para poder responder e praticar atos em nome das maiores, enquanto elas não pudessem comparecer. Isso só mostra que a relação que o tipógrafo estabelecera com Lindolfo das Neves fora muito próxima, pois além deste ter sido redator chefe de seu jornal, também continuou à frente da folha após sua morte, além de também ter auxiliado suas filhas neste processo.

Pelo que foi analisado ao longo da pesquisa, acreditou-se que José Rodrigues da Costa, fora o idealizador e proprietário do jornal *O Publicador*, mas que em relação às matérias, principalmente de cunho político, estiveram sob a plena responsabilidade do Padre Lindolfo, principalmente, devido às funções e cargos políticos que este assumira. Em relação aos outros que contribuíram para que o jornal fosse publicado diariamente, segundo Eduardo Martins (1978):

Em abril de 1879, O PUBLICADOR tinha a sua redação assim constituída: dr. Lindolfo José Correia da Neves, redator-chefe; e drs. Antônio da Cruz Cordeiro, Enéas d' Arrochelas Galvão, José Ferreira de Novaes, Benjamin Franklin D'Oliveira e Mello (MARTINS, 1978, p.1985).

Percebiam que o autor se reportou à data de 1879, só que o proprietário do jornal e da tipografia havia falecido em 1866, então, quem foram as pessoas que realmente trabalharam

¹⁵¹ Procuração é o ato pelo qual alguém recebe de outros poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses, ou seja, é uma autorização em que determinada (s) pessoa(s) podem atuar em seu nome.

na oficina enquanto o tipógrafo estava vivo? Nas páginas finais da obra de Eduardo Martins (1978, p.197-207) o autor escreve um breve resumo sobre cada um desses redatores citados acima, e pelas suas datas de nascimento só quem poderia ter trabalhado juntamente com José Rodrigues da Costa seria o Padre Lindolfo que nasceu em 1819; o Dr. Antonio da Cruz Cordeiro, nascido em 1831 e o senhor José Ferreira de Novaes que nascera em 1846. Já que, tanto Enéas d' Arrochelas Galvão quanto José Benjamin Franklin D'Oliveira e Mello teriam entre 9 anos e 3 anos respectivamente, à época em que saíam dos prelos os primeiros exemplares de *O Publicador*.

Ao longo da pesquisa foi possível localizar outras pessoas que configuraram o quadro de funcionários da tipografia de José Rodrigues da Costa:

Idem de **José Eduardo da Silva Pinto e João Francisco Soares**, guardas nacionaes do 1º batalhão da capital, pedindo dispensa do serviço do mesmo batalhão por serem **empregados na typographia do Publicador**, em que se publica os actos do governo. – Expeça-se ordem concedendo a dispensa requerida. (*O Publicador* 7 de abril de 1864. *Grifos meus*).

Expediente do Governo

Officio ao commandante superior da capital – Expeça V. S. as necessarias providencias em ordem á serem dispensados do serviço do 1º batalhão á que pertencem, os guardas nacionaes **José Eduardo da Silva Pinto, e João Francisco Soares**, por se acharem **ocupados na typographia do Publicador** em que se publica expediente do governo da provincia; e bem assim [] que sejão chamados ao serviço do mesmo batalhão os guardas que por igual motivo se achavão empregados na do Jornal da Parahyba (*O Publicador* 8 de abril de 1864. *Grifos meus*).

José Eduardo da Silva Pinto e João Francisco Soares eram guardas nacionais que estavam pedindo dispensa de seu trabalho no batalhão por estarem em outro ofício. E, ao que parece, prestar serviços em tipografias era uma atividade pela qual esses podiam deixar de realizar atividades de cunho militar. Já que outros guardas nacionais, também estavam trabalhando na tipografia do *Jornal da Parahyba*.

Em uma seção intitulada NOTICIARIO, no exemplar referente ao dia 17 de maio de 1867, na terceira página seguia o seguinte texto:

FALLECIMENTO - A´s dez horas da noite de 15 do corrente mez **exhalou o seu ultimo suspiro o Sr. José Eduardo da Silva Pinto!** É com o mais profundo sentimento de dòr que noticiamos o seu passamento **nas paginas d'este jornal, do qual era elle ultimamente administrador intelligente, e zeloso.**

Ainda hontem veio a morte sorprehender no meio de uma perseverança gloriosa **o mestre da arte typographica de nossa terra** – o **Sr. José Rodrigues da Costa, proprietario d'esta folha;** e já hoje lança no escuro fosse da terra o cadaver de **seu dilecto discipulo e digno substituto – Sr. José Eduardo da Silva Pinto!** E não foi só a nossa empreza que ficou orphã, porque elle **era tambem o estimado**

administrador da typographia liberal Parahybana. E estas emprezas perderam assim de chofre o amestrado guia.

A arte typographica, pois, perdeu na Parahyba o seu **apostolo mais eminent**e, e com elle o incentivo de suas gloriosas aspirações; Sim, o seu passamento é chorado por todos os **seus irmãos artistas**, que o proclamavam chefe sem constragimento e nem ciumes. [...]

Uma rapida inflammação de estomago propagou-se em todo tubo digestivo trazendo-lhe padecimentos terríveis. **Tinha 27 annos!** E quem diria, que aquella primavera tão viçosa, tão cheia de vida e de modestas aspirações havia assim tão de pressa desaperecer d'este mundo, quando as mais honrosas commissões de sua arte lhe eram confiadas ?!São estes os nosso votos ao despedirmo-nos para sempre de José Eduardo da Silva Pinto (*O Publicador*, 17 de maio de 1867).

Deste fragmento retirado da nota póstuma escrita em homenagem a José Eduardo da Silva Pinto, se fez possível inferir algumas coisas: a de que ele morrera muito jovem, aos 27 anos de idade, acometido por uma grave infecção de estômago, e que deixou não só sua família, mas também as tipografias do jornal *O Publicador*, e tipografia *Liberal Parahybana* desamparadas. Ficou claro que na nota, a redação do jornal ainda se encontrava abalada com a morte de José Rodrigues da Costa, pois o proprietário do jornal havia falecido há apenas seis meses, ou seja, em um pequeno intervalo de tempo o periódico havia perdido importantes figuras para o seu funcionamento: o seu dono e seu administrador.

Ademais, percebeu-se que a redação se reporta a José Rodrigues da Costa enquanto *um mestre da arte typographica de nossa terra*, e que tivera discípulos, sendo o recém finado José Eduardo da Silva Pinto o seu preferido e já substituto. Vale ressaltar que esse comentário convergiu com a seguinte informação, trazida na nota póstuma em homenagem a José R. da Costa após sua morte, a de que ele teria, na capital: “N’ella estabeleceu uma escola, que tem educado muitos e habeis artistas, que trabalham nas diversas typographias da provincia, e alguns nas de outras. (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866), ou seja, a própria redação do jornal afirmou duas vezes que o tipógrafo deixaria seu legado enquanto intermediário da cultura impressa na capital, não só pelo que editou e imprimiu, mas pelos alunos que teve e que deixou trabalhando em sua oficina após seu falecimento. Para além disso, neste trecho do jornal explicitado acima também ficou clara a forma como os tipógrafos eram tratados na sociedade, enquanto artistas, pois o fazer tipográfico era intitulado de *arte typographica*, além de seus executores serem chamados de *artistas*.

Em relação ao outro guarda nacional que também pedia dispensa de seus serviços, por estar empregado na tipografia do jornal *O Publicador*, João Francisco Soares, consegui localizar a seguinte informação:

Expediente do Governo

Despachos

N. 1287. – Idem de João Francisco Soares, **alumno do lycêo desta cidade**, pedindo dispensa do serviço da guarda nacional. – Informe o Sr. Director interino da instrucção publica. (*O Publicador* 17 de julho de 1865. Grifos meus).

Ao que tudo indica este era mais jovem que o outro, pois ainda estava completando seus estudos secundários no Lyceu Provincial. Reunindo as informações até aqui explicitadas posso inferir que esses dois tipógrafos, provavelmente, exerceram as funções de *compositores*, pois os dois eram letrados. João Francisco Soares estava estudando e José Eduardo da Silva Pinto também chegou a exercer a função de administrador de duas tipografias. Mas, além do Padre Lindolfo enquanto Redator chefe e dos dois tipógrafos, José Eduardo da Silva Pinto e João Francisco Soares, também consegui localizar outro funcionário da tipografia de José R. da Costa:

ANNUNCIO

Os encarregados da empresa deste jornal avisam ao publico, que os annuncios, e mais publicações das estações publicas, e corpo comercial, e assignantes continuarão a ser inseridas pelo mesmo preço, pago no fim do mez ao **cobrador Lindolfo Malaquias do Rosario**, quanto às demais, não haverá alteração no preço, mas serão pagos adiantado, visto que a empresa não tem pessoal bastante para cobranças. **Todas as publicações serão remetidas á officina a entregar a Lindolfo Malaquias do Rosario**, competentemente legalizadas, se envolverem materia de responsabilidade. A redação reserva-se, escusado é dizê-lo de o direito de recusar aquellas publicações, que ofendam as conveniências, moral publica. (*O Publicador*, 12 de novembro de 1866).

Ao que parece, Lindolfo Malaquias do Rosario seria responsável por receber tanto o pagamento das assinaturas quanto as publicações dos leitores. Portanto, só posso lhes afirmar que de fato esses quatro homens trabalharam na tipografia de José Rodrigues da Costa, e que devido à prática do anonimato adotado nas páginas do jornal *O Publicador*, não posso lhes afirmar quem foram os outros possíveis redatores.

As relações do tipógrafo com o poder provincial também são visíveis nas páginas do jornal de sua propriedade, *O Publicador*, pois além de publicar atos e expedientes do governo diariamente, foi possível identificar claramente a relação de dependência entre o Estado e a imprensa, já que “Nas províncias onde não existia órgão oficial de imprensa, os atos do governo eram publicados pelas folhas que circulavam. Normalmente ocorria que o partido no poder procurasse os jornais de sua facção”. (MARTINS, 1978, p.25). Foi quando Felizardo Toscano de Brito assumira em 1864, enquanto primeiro vice-presidente de província rescindiu o contrato para publicar atos do governo com o *Jornal da Paraíba*, e resolvendo:

Fazer o contrato com outro jornal – O PUBLICADOR -, que oferece a vantagem de ser folha diára, e além de ser por um terço menos, além de outras condições mais vantajosas, foi estabelecida a de poder o Presidente, no prazo de três meses, rescindir o contrato a seu arbítrio, não podendo o contratante receber a importância do 1º quartel, senão depois de findo este. (MARTINS, 1987, p.178. *Grifos meus*).

Pode-se dizer que, o então presidente de província estava acusando o *Jornal da Parahyba*, que “representava a corrente conservadora” (MARTINS, 1978, p.25), portanto inimigo do *Publicador*, de cunho liberal. Como já foi dito anteriormente, Felizardo T. de Brito foi líder do partido Liberal e enquanto dirigente da província, não aceitava que um jornal de oposição fosse o responsável por imprimir os atos e expedientes de seu governo, além de considerar que o estavam atacando publicamente.

Desta forma, acreditou-se que não só o fato de o *Publicador* comungar dos mesmos ideais políticos com o então presidente, elemento importante para que ele rompesse o contrato do governo com o *Jornal da Parahyba*, mas também a aproximação, em termos de laços de sociabilidade tanto com o proprietário quanto com o redator do *Publicador*, também podem ter sido decisivos nesta escolha. Foi então que após essa rescisão, o governo fecha contrato com o tipógrafo:

Idem ao tesouro provincial. – sobre as bases que inclusas lhe remeto faça Vmc. **Celebrar com José Rodrigues da Costa um novo contracto para a publicação do expediente do governo no jornal Publicador**, visto como por officio de hontem lhe foi comunicado achar-se rescindido o que para semelhante fim se havia feito com o administrador da typographia Parahybana (*O Publicador*, 27 de fevereiro de 1864. Grifos meus).
 Idem ao Inspector do thesouro provincial. De ordem do Exm. Sr. Vice-presidente da província accuso recebidas as copias dos **contractos celebrados com José Rodrigues da Costa para a publicação do expediente em o jornal Publicador [...]** (*O Publicador*, 26 de abril de 1864).

Os jornais do século XIX foram palco para as mais variadas questões debatidas naquela sociedade, e com *O Publicador* não foi diferente, principalmente se compreendendo o contexto no qual o periódico era escrito. Logo no início deste capítulo lhes foi dito que o Padre Lindolfo exercera pela primeira vez o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia no ano compromissal de 1861 a 1862, e tal contexto foi palco para uma das primeiras matérias do recém criado jornal de propriedade de José R. da Costa:

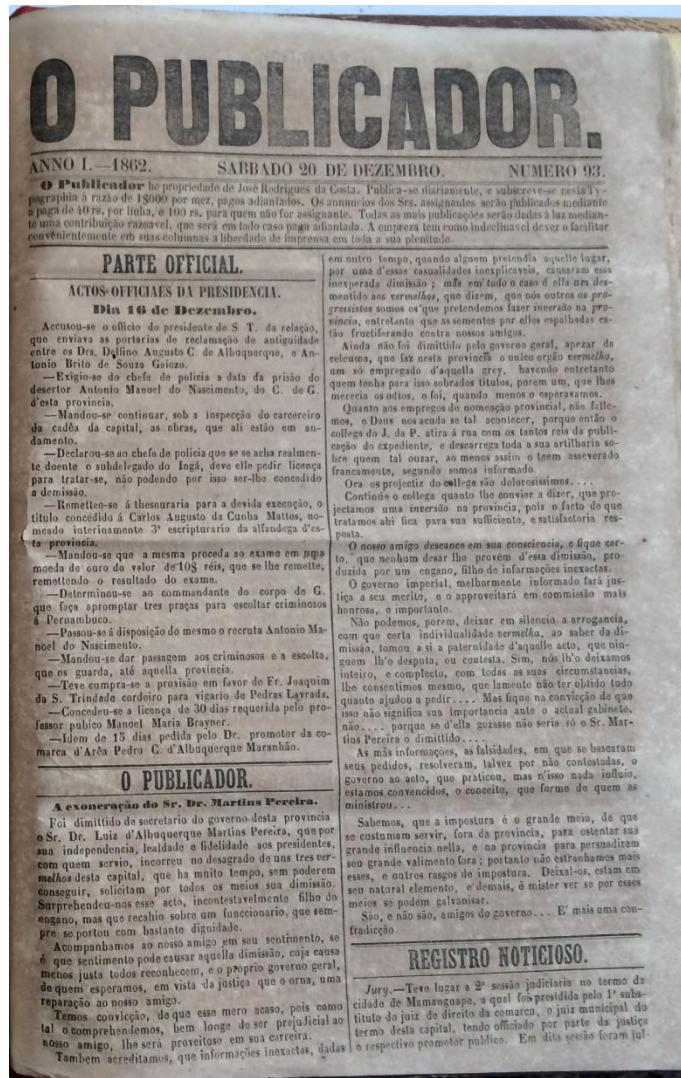
Figura 16- *O Publicador*, 2 de Setembro de 1862.



Fonte: Arquivo Privado M. de Almeida

Pode ter sido apenas coincidência, mas vale ressaltar que no segundo número do jornal *O Publicador*, que tinha tanto o seu proprietário quanto seu redator como membros integrantes da Irmandade da Misericórdia, havia uma matéria que tomou quase a primeira página por inteiro sobre o Hospital da Santa Casa. Entretanto, ao longo dos exemplares desse jornal vai ficando cada vez mais nítida a presença de discussões e debates em relação às questões mais vigentes da sociedade àquele momento, a exemplo deste outro exemplar:

Figura 17 - *O Publicador*, 20 de dezembro de 1862.



Fonte: Arquivo Privado M. de Almeida

Na seção intitulada de *O Publicador*, em que geralmente eram textos escritos pela própria redação sobre determinado tema ou assunto. No caso do exemplar acima, se trata da exoneração de um empregado do governo provincial, afirmando que:

Foi dimittido da secretaria do governo desta província o Sr. Dr. Luiz d'Albuquerque Martíns Pereira, que por sua independencia, lealdade e fidelidade aos presidentes, com quem servio, incorreu no desagrado de uns **tres vermelhos** desta capital, que há muito tempo, sem poderem conseguir, solicitam por todos os meios sua dimissão. Surpreendeu-nos este acto, incontestavelmente filho do engano, mas que recaiu sobre um funcionário, que sempre portou com bastante dignidade.

Acompanhamos ao nosso amigo em seu sentimento, se é que sentimento pode causar aquela dimissão, cuja causa

menos justa todos reconhecem, e o próprio governo geral, que menos esperavam, em vista da justiça que o orná, uma reparação ao nosso amigo.

Temos convicção, de que esse mero acazo, pois como tal o comprehendermos, bem longe de ser prejudicial ao nosso amigo, lhe será proveitoso em sua carreira.

Também acreditamos, que informações inacertas, dadas

REGISTRO NOTICIOSO.

Jury. — Tive lugar a 2ª sessão judicial no termo da Juizado de Mamanguape, a qual foi presidido pelo 1º substituto do juiz do direito da comarca, o juiz municipal do termo desta capital, tendo officiado por parte da justiça o respectivo promotor público. Em dita sessão foram jul-

Nesse caso, de acordo Segal (2014), os vermelhos, seriam os conservadores (SEGAL,

2014, p.26), desta forma, fica clara a crítica do jornal em relação a essa outra facção política, que seria oposta à do jornal, que era Liberal. Possivelmente esta matéria fora escrita pelo Padre Lindolfo que acabara de se filiar ao partido Liberal, ou seja, se encontrava em oposição ferrenha aos conservadores, o que só mostra como as questões do cotidiano dos redatores e da vida cultural e política estavam presentes nas páginas dos jornais do século XIX. Desta forma, foi por meio das folhas dos impressos que:

Poetas e escritores, leitores anônimos e consagrados usaram e abusaram do jornal para fazer circular não apenas o texto literário, mas todas as práticas escritas, além de, muitas vezes, reproduzirem documentos, atas, registros, e outros produtos de escrita, que hoje oferecem uma visão bastante próxima do que se dizia e se pensava à época sobre determinado assunto (BARBOSA, 2009, p.97).

Além disso, Socorro Barbosa ressalta que “[...] não é mais possível escrever uma história da vida cultural brasileira oitocentista sem a consulta aos jornais da época.” (BARBOSA, 2007, p.18). Portanto, para se ter ideia do papel do tipógrafo, enquanto intermediário da cultura escrita na capital paraibana, é preciso que eu lhes apresente um pouco do universo dos anúncios, uma seção que fora responsável pela propagação de dos mais variados assuntos relativos ao cotidiano do século XIX. No caso do tipógrafo, analisar essa seção foi de extrema importância para compreender seu papel enquanto difusor da cultura escrita, pois era nessa última página de seus jornais que sua tipografia divulgou os mais diversos artefatos voltados para leitura e escrita. Abaixo temos um típico exemplo de como essa seção vinha disposta nas páginas do jornal *O Publicador*:

Figura 18- *O Publicador*, 15 de outubro de 1864.

4

O PUBLICADOR.

maior economia e limpeza. Por essa razão vai-se introduzir na marinha de guerra americana o petróleo, fazendo-se uma economia enorme, não faltando de outras vantagens.

Está claro que os navios deverão colocar esse novo combustível em um lugar fora do alcance dos projectis, por consequência debaixo da linha d'água.

O petróleo na sua combustão, não desenvolve fumo algum, mas só um vapor aquoso, de maneira que podem também ser abolidas as altas chaminés, que fazem conhecer um vapor já de muito longe, e em geral são o primeiro alvo das balas do inimigo no combate.

A torre mais alta no mundo.

Até agora Strasburgo usava-se de possuir na sua catedral a mais alta torre da Europa e do mundo, sendo sua altura de 449 pés, em quanto que a torre de Santo Estevão em Vienna, que era a imediata em altura só tinha 439 pés.

Mos agora Vienna disputará com razão o primeiro lugar a Strasburgo. A torre de S. Estevão reedificada será mais alta 15 pés do que d'antes, e assim excederá ella a de Strasburgo em 5 pés. Vienna terá pois a glória de possuir a torre mais alta da Europa e do mundo.

(Do nosso correspondente de Hamburgo)
(Diário Oficial.)

EDITAL.

Determinando S. Exc. o Sr. presidente da província em ofício n.º 4820 de 11 do andante mês que esta thesouraria da fazenda ponha de novo em praça o arrendamento da casa que serve de açoite, pertencente à mesma fazenda, por não convir o oferecimento ultimamente feito pelo cidadão Domingos Guedes de Vasconcellos da quantia 300\$ rs. por anno, o Ilm. Sr. inspector igiterno assim o manda fazer público; convidando pelo presente os pretendentes a comparecerem n'esta repartição no dia 20, para fazerem seus oferecimentos.

Secretaria da thesouraria da fazenda da Paraíba em 12 de outubro de 1864.
O oficial,
Antônio José Lopes.

DECLARAÇÕES.

Julgo dos feitos da fazenda.
Hoje tem de ser arrematada em casa das audiências, as 11 horas da manhã uma canda penhorada pela fazenda provincial à Felippe José Corrêa, e avaliada novamente por 20\$000 rs.

Tem de ser igualmente arrematada hoje às mesmas horas acima declarados, uma oleria no Pinto Caxorro penhorada pela fazenda provincial a Lino José Francisco alli morador, avaliada por 30\$000.

Parahyba 15 de outubro de 1864.
O escrivão—Figueiredo.

ANNUNCIOS.

Antonio Thomas Carneiro da Cunha tem um arado americano de lavrar terras, que veio de Pernambuco para vender por 45\$000.

Declaração.

A abaixo assinada previne ao publico, que ninguém pode fazer negocio algum de venda ou compra, com seu marido Antônio Francisco Anastácio pela razão de ter sido este julgado polo juiz competente, em autos que existem no cartório de orphões desta cidade, em estado de desarranjo mental, o a abaixo assinada nomeada sua curadora, e administradora de sua pessoa e bens ; e aquello que, não obstante, fizer qualquer negócio com seu dito marido incorrerá no risco de ver anulado o mesmo negocio e de ser responsável pelo prejuizo que houver, visto como qualquer objecto pertencente ao seu casal só pode ser disposto por ordem do juiz competente. A abaixo assinada apressa-se em fazer esta declaração por lhe constar que ha projeto de venda sobre um dos escravos do mesmo casal, o que se procura até por meio da força apprehender esse escravo ; pode-se pois, ás autoridades sua intervenção contra quem quer que tentar efectuar tal compra, contra o quo desde já protesta a mesma abaixo assinada, na qualidade de curadora e administradora de seu dito marido, que se acha por acto do Juizo impedito de fazer qualquer transacção.

Parahyba 12 de outubro de 1864.
Joaquina Maria da Conceição Assis. (

O secretario da sociedade «Artística Parahybana» convoca aos socios da mesma para sessão no dia 16 do corrente ás 10 horas da manhã, quando deve ter lugar a nova mesa na forma dos estatutos.

Vende-se farinha de mandioca de superior qualidade a 4\$000 a sacca a Varadouro, armazém de F. F. Novais n.º 24. (

Na venda de Antonio João Ramos Junior vende-se superior rapé Paulo Cordeiro, chegado pelo ultimo va por do sul, a 1\$500 rs. a libra.

MELPOMENE PARAHYBANA.
Pela respectiva directoria se avisa aos Srs. socios, que hoje, 15 do corrente mês, haverá espectáculo.

Parahyba em 10 de outubro de 1864.
O 1º secretario,
J. P. da S. Dourado

ALGARISMOS.
A 100 rs. cada um e a 8,000 rs. o cento. Vende-se nesta typographia.

CONHECIMENTOS.
A 2,000 o cento. Vende-se nesta typographia.

DEFINIÇÕES DE ARITMÉTICA DO PADRE SILVEIRA.
Já está impressa a 6.ª edição desta obra, e acha-se á venda em casa do seu autor.

TRASLADOS.
A 600 rs. a colleção de 10 exemplares e a 80 rs. cada exemplar. Vende-se nesta typographia.

SANGUÍSSUGAS.
Ginol Manoel Gomes de Carvalho aluga e vende sanguissugas de Hamburgo, junto ao Passo n.º 106.

Cartas de sillabas.
Vende-se nesta typographia, a 8\$ rs. o cento, e uma por 100 rs.

PAUTAS
de diferentes larguras, por um cento 3,000 rs., uma 40 rs. Vende-se nesta typographia.

LETRAS
de pagarei, ditas de pagar a 1,500 rs. o cento, e por 25 400 rs. Vende-se nesta typographia.

BILHETES PARA LICOR.
Por um cento em papel de cor 80 rs. e em papel branco 600 rs. Vendese nesta typographia.

LEITURA VARIADA
Contendo uma rica escolha de anecdotas e pequenos artigos de curiosidade; cada brochura ou caderneta custa 200 réis, e já são publicadas cinco. Vende-se nesta typographia.

Compra-se uma escravinha de 8 a 12 annos, que seja sadia e não esteja viçada. Nesta typographia se indica quem a pretende.

A 4\$000 Rs. O CENTO
De procurações bastantes, impressas conforme o modelo ultimamente adoptado. Vende-se nesta typographia.

ARTES DE MUSICA
do insigne professor Serafim T. de F. Morotova, a 160 rs., vende-se n'esta typographia.

CARTAS DE ENTERRO
Impressas com todo o rigor do luxo, e em excellente papel. Em 2 horas apronta-se um cento por 8\$000 rs., nesta typographia.

Bilhetes para vinho do Porto.
A 400 rs. o cento. Vende-se nesta typographia.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O tamanho dessa seção variava muito, mas é certo dizer que sempre esteve disposta na quarta e última página. No exemplar acima, percebeu-se que ela tomou duas das três colunas presentes, trazendo consigo um sortimento de chamadas, dos mais variados assuntos: como a

chamada para uma reunião da sociedade *Artistica Parahybana*, anúncios de venda de comida, de sansguessugas, anúncio de venda de escrava e, principalmente, a divulgação vários artefatos relacionados à leitura e à escrita vendidos na tipografia de José Rodrigues da Costa. Em análise aos jornais impressos pelo tipógrafo e, principalmente no *Publicador*, consegui localizar os seguintes anúncios:

Nesta typographia vende-se o melhor dos compendios para os meninos que começao a ler – Primeiros conhecimentos – no qual se explicõ em termos faceis as maravilhas do Autor da natureza, algumas noções do sisthema planetario, dos quatro elementos, dos tres reinos da natureza, de geographia, etc.; é um livrinho de summo interesse e curiosidade, até para quem não for menino; o qual se vende por preço mui barato. (*A Ordem*, 23 de junho 1851. Grifos meus).

CARTAS DE SILLABAS

Por um cento...8\$000

Uma \$100

ALGARISMOS

Por um cento...8\$000

Uma \$100

[...]

LETRAS DE PAGAREI E DE PAGARÁ

Por um cento...1\$500

Por 25 \$400 (*O Publicador*, 26 de fevereiro de 1864).

Além de anúncios voltados para divulgação de materiais ligados à leitura e à escrita, pode-se visualizar também, a grande oferta de impressos voltados à instrução, como:

COMPENDIO DE PHILOSOPHIA DE CHARMA.

Vende-se n'esta typographia a 6\$000 rs. (*O Publicador*, 4 de setembro de 1862).

Novo Methodo Pratico – theorico para aprender a ler, traduzir e fallar o FRANCEZ em seis mezes, segundo o facilimo sistema allemao do Sr. H. Ollendorff por Cicero Peregrino. Obra inteiramente nova e unica escripta em portuguez por aquelle sistema; aprovado pelo conselho director da instrucção publica da provincia do Pernambuco em sessão de 10 de outubro de 1861 e admitida em quase todos os estabelecimentos litterarios, como compendio, por ser n'este genero o melhor trabalho conhecido. Assigna-se n'esta typographia a 7\$ pagos ao receber o 1º volume, já impresso, e depois de impresso o 2º será a obra vendida por 10\$. (*O Publicador*, 11 de outubro de 1862).

DEFINIÇÕES DE ARITHMETICA DO PADRE SILVEIRA.

Já está impressa a 6a edição desta obra, e acha-se á venda em casa do seu autor (*O Publicador*, 14 de outubro de 1864).

Além desses e de outros compêndios, também fora divulgado na tipografia de José R. da Costa, um dos mais populares livros voltados ao universo da instrução primária:

O livro do povo

Obra ornada com muitas gravuras, e contendo as seguintes materias: Vida de Nosso Senhor Jesus Christo, o Vigario, o Professor Primario, o Bom Homem Ricardo, Moral Pratica, Quadrupedes Uteis, Receitas Necessarias, Da hygiene, etc. Vende-se

em casa de Antonio Vicente de Magalhães & Ca., nesta cidade, rua do Varadouro decima n.1, a 1\$000 o exemplar cartonado. A barateza do preço e o merecimento do assumpto e do estylo, tem dado a esta obra interessante uma grande extracção, e feito com que tenha sido adoptada para o uso das escolas primaria do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, e Pernambuco, e recommended ao povo a sua leitura pelos Exms. Srs. D. Luiz, Bispo do Maranhão, e D. Manoel, arcebispo da Bahia. (*O Publicador*, 4 de junho de 1864).

Na pequena estante de livros de Antonio Thomaz Carneiro da Cunha alem dos livros já anunciados, chegarão mais – o livro do povo, methodo facilimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscripta no mais curto espaço de tempo possivel, oitava edição augmentada e melhorada pelo baratissimo preço de 500rs., é tambem excellentes cartilhas (*O Publicador*, 3 de novembro de 1864).

Segundo Odaléia Alves da Costa (2013) em sua tese intitulada *O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 - 1881)*:

Obra didática utilizada para instruir a população, O Livro do Povo teve seu reconhecimento pela elite intelectual maranhense, ao considera-la importante para o ensino primário, por apresentar leitura de fácil compreensão e conter conhecimentos que proporcionam a instrução moral e intelectual da população (COSTA, 2013, p.117).

Além disso, “devido a — sua adoção em várias províncias do Brasil” (COSTA, 2013, p.117), e por ter circulado durante 61 anos, segundo a autora, foram fatores essenciais para o destaque desta obra. Durante sua circulação em outras províncias, o senhor Antonio Vicente de Magalhães, era o principal livreiro responsável por sua divulgação na Paraíba do Norte (COSTA, 2013, p. 91 -92).

No relatório do Diretor da Instrução Pública João Florentino Meira de Vasconcellos, quando se refere ao ensino primário, se reportou ao presidente de província, afirmando que livro adotado na província para às respectivas competências das primeiras letras era impróprio, dessa forma: “[...]Parece-me preferível—o Livro do Povo—obra de um Maranhense distinto” (PARAHYBA DO NORTE,1864), pois esta obra possuía um volume menor, uma melhor linguagem além de ensinar a doutrina cristã, que, segundo ele, estava sendo deixada de lado. Logo, vale destacar como esse relatório se completa com os anúncios dos jornais, pois à mesma época que o diretor de instrução pedira para trocar o compêndio vigente pelo Livro do Povo, foi a mesma em que os dois lojistas estavam disponibilizando em seus estabelecimentos tal obra.

Portanto, percebeu-se aí a clara relação entre a oferta e procura referente ao que estava sendo discutido no universo escolar com o que estava sendo vendido nos jornais. Além disso, também fica visível a circulação de ideias, de informações e impressos entre as províncias do império. Portanto, a tipografia de José R. da Costa estivera dentro do circuito da

circulação da cultura letrada, por vários motivos aqui apresentados, pelas notícias sobre a província, a Corte e outras localidades do mundo nas páginas de seus impressos, por sua filiação à *Associação Typographica Pernambucana* no qual ele obtinha informações sobre o seu ofício advindo da província vizinha, pelos romances, folhetins e crônicas presentes nos impressos que publicara e, principalmente, por ofertar materiais que estavam diretamente ligado ao mundo da instrução.

Desta maneira, acreditou-se que com a publicação de um jornal do porte que fora *O Publicador*, retifica-se a argumentação de que o tipógrafo chegou ao seu ápice enquanto intermediário da cultura escrita quando publicou este jornal, o primeiro de publicação diária na capital, e de sua propriedade. Mas, da mesma forma que reafirmo tal argumento, também acredito que esta posição conquistada por ele só foi possível devido uma convergência de fatores, alguns já analisados aqui como: a rede de sociabilidade estabelecida pelo tipógrafo com importantes figuras políticas, e pelos espaços de sociabilização como a Irmandade da Misericórdia, e a Sociedade Caridade S. João Evangelista; pela constituição de um corpo de funcionários que lhe desse suporte para que tal folha saísse diariamente, principalmente, com o apoio de um importante redator chefe que fora o Padre Lindolfo, e também por uma boa estrutura de máquinas.

Para tanto, é relevante se voltar ao documento de Tutoria, já mencionado ao longo deste texto dissertativo, pois este deixou rastros sobre a situação estrutural da oficina tipográfica. No ano 1873, a sua já viúva companheira Joanna, nos autos do processos, afirma que a renda da tipografia não era suficiente para sustentar os seus filhos, desta forma, no dia 7 de maio deste mesmo ano o *Escrivão d'Orphãos* Antonio da Costa Rego Moura, concluiu depois de vistas do *Juiz de Órfãos* e do Curador Geral de que a tipografia do *Publicador* iria entrar em processo de arrendamento para que a família conseguisse angariar mais lucro.

Mando que sejam arrendados os mesmo bens, constantes do estabelecimento typographic pertencente aos seis tutelados, devendo-se **proceder-se a um arrendamento por meio de praça pública**, como é de lei, e proceder vistoria do dito estabelecimento e avaliação de renda anual; (*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 7 de maio de 1873. *Grifos meus*)

Sendo assim, seria necessário que fosse realizada uma vistoria na tipografia, com a descrição de sua atuação situação material e financeira. Após essa visita técnica, nos autos do processo foi informado ao Juiz de Órfãos, que:

Informo que a herdeira Calecina [...] um **prelo grande no valor de oitocentos mil reis** sendo inteirada de sua legitima [...] no valor das caixinhas, cavaletes, caixotinhas com typos e no valor do tabuleiro com lingotes, e a herdeira Elysia [...] um **prelo pequeno no valor de duzentos mil reis** sendo pretendida de sua [...] no valor de um outro prelo grande, das caixinhas, das coixotinhas, dos cavaletes e do tabuleiro.

Paraíba, 31 de Maio de 1873

O Escrivão

Antonio da Costa Rego Moura

(*Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 31 de maio de 1873. Grifos meus*).

Vejam que, somando-se os valores de cada um dos prelos deixados para suas filhas, o maquinário custava já em 1873, um conto de réis, valor esse que passava a renda anual de 800 mil réis necessária para se tornar Senador do império, ou seja, provavelmente, o tipógrafo gastou um pouco mais do que isso no momento que adquiriu esses prelos.

Finalizando, é relevante ainda de dizer que tendo como referência uma trajetória que procurei construir sobre José Rodrigues da Costa, inferiu-se algumas suposições do que pode ter acontecido após a sua morte com a Tipografia. Se esse maquinário fora mesmo tão caro, isso só corrobora com o argumento de que o tipógrafo ascendera socialmente por meio de seu labor, e de que obtivera boas condições financeiras por meio de seu ofício, já que deixara um bom maquinário para seus herdeiros continuarem seu trabalho, como seus filhos o fizeram, até a última década do século XIX, mantendo o nome de seu pai na tipografia, provavelmente pelo reconhecimento social, político e cultural que conquistou devido a sua boa reputação enquanto tipógrafo na capital. Fora por meio de seu bom trabalho enquanto tipógrafo, e pelas redes de sociabilidades estabelecidas por ele, que conseguira ótimos contratos com o governo provincial, o que possivelmente favoreceu tanto a obtenção de um bom corpo de funcionários, quanto de maquinário, fatores essenciais para que se pudesse imprimir um jornal, àquela época, diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por milênio o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufos de pêlo, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. (GINZBURG, 1989, p.151).

Nesse sentido, acredito que foi por meio desse instinto humano e pelos rastros e indícios deixados por José Rodrigues da Costa nas páginas de seus impressos assim como em outros documentos de sua época, que pude juntar algumas peças desse enorme e inacabado quebra-cabeças que foi a vida do tipógrafo.

José Rodrigues da Costa enquanto tipógrafo esteve marcado nas páginas da historiografia por ter sido o proprietário tanto de uma tipografia quanto de um dos jornais mais duradouros do período imperial na província paraibana. Foi por meio da obra de Eduardo Martins (1978), que o tipógrafo ganhou um breve destaque, mas que fora sobreposto pela trajetória de sua tipografia, essa que continuou sob a direção de seus filhos. Desta forma, gostaria de reforçar a importância da obra de Martins (1978) para este trabalho, pois essa foi um essencial ponto de partida para que eu seguisse os vestígios de outras fontes, o que me fez não só encontrar informações que divergem com as contidas no livro de Martins (1978) como também acrescentar fatos que não foram se quer citados pelo autor. Sendo assim, acredito que a partir da minha pesquisa novas fontes e caminhos foram apresentados para a história da imprensa e dos impressos.

Além disso, gostaria de destacar pontos essenciais que foram apresentados ao longo da dissertação. Primeiramente, creio que foi o fato de ter encontrado mais de um indício de que o tipógrafo era natural da Província paraibana, foi de relevante importância para se quebrar com ideia de que um “português” teria sido o responsável por tanta credibilidade e qualidade no mundo da impressão em uma província no Brasil. Ainda em relação à sua vida pessoal foi possível perceber que o tipógrafo realmente tivera um relacionamento com dona Joanna Maria do Rosario, assim como as fontes também me inferiram que ela possuía a condição de ex-escravizada, e que o casal tivera sete filhos, e não cinco como se pensava até então. Também foi possível perceber que a Rua Direita, que abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa por diferente quatro casas, abrigou não só outras oficinas tipográficas,

mas também os mais variados espaços que contribuíram para a difusão das letras na capital da província.

Além dessas questões, ficou nítida a estreita relação que o tipógrafo estabeleceu com o poder provincial, imprimindo não só vários gêneros de impressos oficiais mas, de ambos os lados políticos, tanto conservador quanto liberal. Ficou visível que o tipógrafo recebeu grandes quantias por essas impressões, o que explicitou ainda mais a relação de dependência existente entre a imprensa e o estado, pois ele era contratado para imprimir atos do governo, esse que não possuía um órgão próprio de imprensa, assim como o tipógrafo dependia dessa relação para ganhar altas quantias, além dos jornais que geravam poucos lucros pois, geralmente sobreviviam das assinaturas.

Sendo assim, a partir dessa relação direta com o poder provincial, vi que o tipógrafo, por meio da utilização de práticas das culturas políticas à sua época conseguiu estar rodeado de pessoas, não só socialmente, mas principalmente politicamente influentes na província. Outro ponto a se destacar foi o pertencimento, dos redatores dos jornais, e dos autores dos escritos impressos por José R. da Costa, pertencerem, em sua maioria, aos mais variados espaços de poder: instrução, saúde, justiça, guarda nacional, exército, engenheiros, além de também terem assumiram funções públicas, divulgando ou criticando atos do governo.

José Rodrigues da Costa, possuía um estabelecimento de produção e difusão das letras, e só por esse espaço ele já matinha uma relação direta com o poder provincial, mas para além disso, ele frequentou importantes espaços sociais de poder na capital, como a Irmandade da Misericórdia e a Sociedade Caridade S. João Evangelista, as quais ele não só circulou como integrou o quadro de ambas instituições. Desta forma, acredito que a fundação do jornal *O Publicador*, de sua propriedade, o primeiro de publicação diária, foi possível devido uma junção de fatores ao seu favor: a sua estreita relação com Padre Lindolfo, principal redator; um corpo de funcionários qualificados; um bom maquinário, e principalmente as amplas redes de sociabilidades estabelecidas pelo tipógrafo, pela suas ligações com o poder provincial e pelo círculo de amizade constituído por ele pelos espaços sociais de poder.

Sendo assim, José Rodrigues da Costa foi um importante intermediário da cultura escrita, responsável pela produção e difusão de vários gêneros escritos para os moradores de sua cidade, e possivelmente de outras localidades também, levando em conta a circulação de seus impressos. Fora um expoente não só na impressão de jornais, mas também de materiais voltados à leitura e à escrita, entretanto, na minha opinião, ele só conseguiu permanecer por tanto tampo no auge do mercado editorial em consequência das relações de poder estabelecidas por ele com pessoas politicamente influentes e também pelos espaços em que

soube circular, contribuindo, de certa maneira, para que ele tivesse uma boa reputação perante à sociedade, publicando impressos para ambos lados políticos da época, mesmo sendo proprietário de um jornal declaradamente liberal.

Contudo, essas inferências só se tornaram possíveis devido ao esforço e dedicação das pessoas que catalogaram e disponibilizaram as fontes com as quais realizei essa pesquisa. Nesse sentido, por meio da realização do cruzamento dessas fontes, foi possível escrever nem que seja uma pequena parte da trajetória de sujeitos históricos pertencentes aos intermediários da cultura escrita, no meu caso, a de um tipógrafo.

Porém, ficou clara a importância de outros temas e questões que foram levantadas nesta dissertação, mas que carecem de análises mais aprofundadas. A exemplo de estudos mais detalhados em relação à cada um dos jornais e escritos impressos na Tipografia de José Rodrigues da Costa, e principalmente o *Publicador*, uma rica fonte sobre o século XIX. Assim como também, a *Sociedade Caridade S. João Evangelista*, fundada e instalada por pessoas pertencentes à elite da sociedade paraibana, com o intuito de libertar escravizados, socorrer e livrar os órfãos menores e viúvas honestas desvalidas, e ao que parece ainda não foi explorada pela historiografia paraibana, até o momento. Portanto, novas questões e fontes sobre a imprensa foram trazidas à tona e estão abertas à novas análises.

Em vista disso, concluo afirmando que apenas destranquei a fechadura de uma porta para um universo cheio de descobertas que ainda estarão por vir.

5 REFERÊNCIAS

Acervos:

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia:

- Livro dos Irmãos da Misericórdia, 1872

Arquivo Privado Maurílio de Almeida:

Gazetta do Governo da Paraíba do Norte 29 de agosto de 1826

O Publicador Paraibano 17 de abril 1832/ 26 de julho de 1833

O Verdadeiro Monarchista 29 de janeiro de 1841

Correio Official Parahybano 25 de junho de 1849

A Ordem 4 de agosto de 1851

Commercial Parahybano 31 de outubro de 1855

O Parahybano 15 de dezembro de 1855

O Imparcial do exemplar 1 ao 50 do ano de 1860

O Tempo 29 de dezembro de 1864 e do número 11 ao 27 do ano de 1865

Argos Parahybano 30 de abril de 1853 e 13 de fevereiro de 1854

O Publicador 1862 ano todo

A Gyromancia 19 de setembro de 1862

O Commercial 17 de janeiro de 1863

Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em:
www.memoria.bn.br

Gazetta do Governo da Paraíba do Norte 29 de agosto de 1826

O Republico (1830 a 1835)

Diário Fluminense de 2 de novembro de 1831.

O Raio da Verdade 25 de maio de 1833

O Reformista (1849 e 1850)

O Parahybano n.15

O Despertador 10 de novembro de 1866 a 1888

O Imparcial 15 de abril de 1861

A Regeneração 1 a 60 de 1861 72 a 84 de

O Foguete 7 de agosto de 1862

O Publicador 1864 a 1869

Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. Disponível em:
<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>

Gazetta do Governo da Paraíba do Norte, 29 de agosto de 1826

O Verdadeiro Monarchista, 29 de janeiro de 1841

Alva todos de 1850

O Governista Parahybano 1850 e 1851

Argos Parahybano 1853 e 1854

A Epoch 17 de setembro de 1856

O Despertador 10 de novembro de 1866 a 1888

A Esperança 1866 a 1885

Diario da Parahyba 1862

A Borboleta 9 de dezembro de 1860

A Estrella 9 de dezembro de 1860

O Heliotropo (24 de abril e 5 de maio de 1861)

Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930). Relatórios dos Presidentes de Província. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>

Fontes:

Autoamento de petição de tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa -1873. Cartório Monteiro da Franca.

Assentos de Batismo, 1833-1866 - Arquivo Eclesiástico (AEPB)-. Disponível em CD-ROM. Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Paraíba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011.

Coleção Documentos da Educação Brasileira: Fontes para a História da Educação da Paraíba Imperial. Documentos Diversos (1821-1889). Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/e-books/sbhe-paraiba/sbhe-01/index.html#p=1>

FERRONATO, Cristiano. A instrução pública na Parahyba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889) [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. **Coleção Documentos da Educação Brasileira.** Vitória, ES: SBHE/Edunit/Virtual Livros, 2015.

SILVA, Francisco Pereira da. *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847.* Typographia de José Rodrigues da Costa, 1848.

Dicionários:

PINTO, Luiz Maria da Silva, 1775-1869. *Diccionario da lingua brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva.* Disponível na Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/98/mode/1up>

Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX:de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand.** João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>

Leis e Decretos:

BRASIL. Alvará de 27 de junho de 1808. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_20.pdf#page=2. Acesso em 15 de abril de 2016.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm
 Acesso em 15 de abril de 2016.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm Acesso em 15 de abril de 2016.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maurílio de. **A presença de D. Pedro II na Paraíba**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2^a ed. 1982.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba, Imprensa e Vida**. Campina Grande: Grafset, 1986.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. Impressos e Liberdade: notas para uma história da tipografia em Pernambuco (1817-1850). In: **Império em debate: a imprensa e educação no Brasil oitocentista**. MIDORI, Celina; MIZUTA, Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes e PERIOTTO, Marcília Rosa. (organizadores). Maringá: Eduem, 2010.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

_____. Velhos objetos, novas abordagens: o jornal como fonte para a História Cultural. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro. **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009, p. 87-98.

_____. Leitores e livros nos jornais paraibanos: uma história de leituras. In: **Império em debate: a imprensa e educação no Brasil oitocentista**. MIDORI, Celina; MIZUTA, Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes e PERIOTTO, Marcília Rosa. (organizadores). Maringá: Eduem, 2010.

_____. Intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. ABREU, Márcia; BRAGANÇA,

Aníbal (orgs). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa: Brasil - 1800-1900.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e Construção Nacional na Imprensa Fluminense (1831-1835). In: **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder.** NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.(orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. O Laboratório da Nação: a era regencial (1831-1849). In: **O Brasil Imperial. Volume II – 1831 -1870.** GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs). Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2009.

BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX & SIRINELLI(org.). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1988.

BEZERRA, Alcides. A Imprensa da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, ano XIV, v. 5, (p. 51-64). Paraíba: Imprensa Official, 1922.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial.** 4^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTILLE, Hippolyte. **Portraits Historiques au dix neuvième siècle 2^a serie Garibaldi.** Paris: E. Dentu, Libraire-Éditeur, 1859. Disponível em:
<https://books.google.mw/books?id=aWcNAQAAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes *– Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Editora UnB, 1999.

_____. **A Aventura do Livro - do leitor ao navegador** Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. 5^a reimpressão.

_____. **A mão do autor e a mente do editor.** Tradução de George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CURY, Cláudia Engler; FERRONATO, Cristiano de Jesus. Em busca de leitores e suas práticas na Paraíba dos oitocentos: espaços de leitura, locais de venda e constituição de acervos. In: **Imprensa, Impressos e Práticas Educativas: estudos em história da educação.** BERGER, Miguel André; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. (orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2012.

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **O beijo de Lamourette Mídia, Cultura e Revolução.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa.** São Paulo: Graal, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX.** São Paulo: Globo, 2005.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, sinais: morfologia e história.** Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 2^a edição, 5^a reimpressão.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

LEAL, José. **A Imprensa na Paraíba.** União, 1962.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira.** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

MARIANO, Serioja R. C. **A Paraíba no Século XIX: sociedade e culturas políticas.** João Pessoa, Editora UFPB. 2014.

MARIANO, Nayana R. C. **Educação pela Higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Paraíba do Norte (1849-1886).** João Pessoa: Ideia, 2015.

MARTINS, Eduardo. **Primeiro Jornal Paraibano: apontamentos históricos.** João Pessoa: União Cia Editora, 1976a.

_____. **A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos.** João Pessoa: A União. 1978b.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: **História da Imprensa no Brasil.** MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de.(orgs.) 2^a ed.- 2^a reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARTINS, Maria Fernanda. Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luis R.; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). **Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 403-434, 2007.

MINARD, Phillip. A agitação na força de trabalho. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.) **Revolução Impressa. A imprensa na França (1775-1800).** [Tradução de Macos Maffei Jordan]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MOLINA, Matías M. **História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)** v.1. 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da**

imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Org. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. 334 p.

_____. Os primeiros passos da palavra impressa. In: **História da Imprensa no Brasil**. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de.(orgs.) 2^a ed.- 2^a reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2014.

OLIVEIRA, Paulo Motta. E a Imprensa Chegou ao Brail: reflexões sobre livros, invasões e mercados. In: **D. João VI e o Oitocentismo**. FERREIRA, Tânia Maria T. B. da Cruz; SANTOS, Gilda; ALVES, Ida; PINTO, Madalena Vaz; HUE, Sheila. (orgs). Rio de Janeiro: Faperj, 2011.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Volume II, 1977.

RÊGO FILHO, Antonio Serafim. **Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba**. A União Editora, 1963.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Causa Nacional e Cidadania: a participação popular e a autonomia na imprensa carioca do início dos anos 1830. In: **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.(orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SILVA, Wlamir. A Imprensa e a Pedagogia Liberal na Província de Minas Gerais (1825-1842). In: **História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder**. NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C.(orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

VOLNEY, C. F. **Les Ruines ou Méditation sur les Révolutions des Empires. Paris, 1826.** Disponível em: http://www.gutenberg.org/files/27931/27931-h/27931-h.htm#Page_76

ZILBERMAN, Regina. Prefácio. In: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Jornal e Literatura: a imprensa brasileira no século XIX**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

Artigos em periódicos

ARAUJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias Portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 45, pp. 155-176, 2006. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/7948/5596>

AZEVEDO, Gislane Campos. Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX. **Revista Histórica**, São Paulo, Ano 3, nº 27, pp.1-9, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/historica27.pdf>

BARBOSA, Socorro Pacífico. Alva e Ideia: duas revistas e um passado para a vida literária paraibana do século XIX. **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 4 Ano IV nº 1, pp.1-21. Janeiro/ Fevereiro/ Abril de 2006. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF10/ARTIGO1.SECAO.LIVRE.Socorro.de.Fatima.Pacifico.Vilar.pdf>

BEZERRA, Valéria Cristina. O Romance de Alexandre Dumas no Brasil. **Dossiê Circulação Transatlântica dos Impressos a globalização da cultura no século XIX (1789-1914)**. Disponível em: <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/index.php?cd=4&lang=pt>

CARDOZO, José Carlos da S; FLECK, Eliane Cristina D.; SCOTT, Ana Silvia V. O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre. **Revista Justiça e História, Rio Grande do Sul**, - vol 9 nºs 17 e 18, p.1-22, 2011. Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v9n17n18/O_JUIZO.pdf

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos, Rio de Janeiro**, v. 6, n. 11, p.62-77, 1993. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954/1093>

GUIMARÃES, Matheus Silveira. Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população parda e semibranca na Cidade da Paraíba do Norte (1833-1860). **Revista Paraibana de História ANPUH-PB**, ano I, n. 1, p.120-141, 2º semestre de 2014.

MARIANO, Serioja R. C. Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825 -1840). **Saeculum – Revista de História** João Pessoa, n. 24, pp. 11-24, jan./ jun. 2011.

MARIANO, Serioja R.C; MARIANO, Nayana R.C.O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 9, Ano IX, nº 3, pp. 1-20, Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro, 2012.

_____. Entre a medicina, a política e a poesia: a trajetória do Dr. Antonio da Cruz Cordeiro na Província da Paraíba na segunda metade do Oitocentos. **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa, v. 33, p. 299-318, 2015.

MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudosobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 93-122, 2007.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos Brasileiro. **Revista Labirintus**. nº 8, pp.1-14, segundo semestre de 2010. Disponível em:http://www1.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2010/02_2010.htm

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti; TAVARES, Marieta Dantas. História e Memória da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 8, p.12-33, out.-nov.-dez./2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Cidadania e Participação Política na época da independência do Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, p. 47-64, dezembro/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v22n58/v22n58a04.pdf>

VITORINO, Artur José Renda. Escravismo, Proletários e a Greve dos Compositores Tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. **Cad. AEL Campinas**, v.6, n.10/11, 199971-106

Anais de eventos acadêmicos

AMARAL, Isabela. G. R. Obstáculos ao casamento no Brasil Imperial. In: XXI Encontro Nacional do CONPEDI – Uberlândia, 2012, Uberlândia. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI/UFU. 2012, P.11858-11881.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Padrinhos de Muitos Afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João del Rei, Séculos XVIII e XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH XXII, 2003, João Pessoa, **Anais Eletrônicos**, p. 1-8. <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.635.pdf>

CUNHA, Maísa Faleiros da. Práticas de nominação entre escravos. In: X Congreso Asociación de Demografía Histórica, 2013, Albacete - Espanha. **Actas do X Congresso da Associação de Demografia Histórica**. Madrid - Espanha: ADEH/CCHS-CSIC, 2013. v. 10. p. 1-29.

DOURADO, Larissa Bagano; ROCHA, Solange Pereira da. Arranjos familiares e redes de compadrio de crianças negras na freguesia de Nossa Senhora das Neves/Cidade da Paraíba, 18361-1863. In: Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964, XVI, 25 a 29 de agosto de 2014, Campina Grande. **Anais Eletrônicos**, p. 1248-1259.

MARIANO, Serioja R. C. “Um Governo justo e Liberal”: a construção do discurso histórico de Maximiano Lopes Machado sobre a Praieira. **Caderno de resumos & Anais** do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7)

OLIVEIRA, Laizeline Aragão de. Mulheres chefe de família: Dona Joaquina do Pompéu – Um estudo de caso (1784-1824). In: Simpósio Nacional de História – ANPUH. XXVI, julho 2011, São Paulo. **Anais Eletrônicos** p.1-18.

ROCHA, Solange Pereira da. Famílias Negras na Cidade da Parayhba Imperial: o caso dos pardos libertos e livres. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI, julho 2011, São Paulo. **Anais Eletrônicos**, p.1-13.

SEGAL, Myraí Araújo. Elites Políticas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro: A Atuação da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba no Período Imperial (1840-1850). Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVIII, Julho 2015. Florianópolis. **Anais Eletrônicos**, p. 1-16. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434421228_ARQUIVO_ElitesPoliticasa ConstrucaodoEstadoNacionalBrasileiroenviarsiteanpuhffinal.pdf

SILVA, Nereida Soares Martins. Santa Casa dos mortos: Ritos fúnebres, misericórdia e relações de poder na Paraíba oitocentista. 2º Simpósio Internacional de História das Religiões. XV Simpósio Nacional de História das Religiões. ABHR 2016. **Anais Eletrônicos**, pp.1-10. Disponível em:

http://www.simposio.abhr.org.br/resources/anais/6/1473987883_ARQUIVO_TrabalhocompletotoformatadoABHR2016.pdf

SIMONATO. Juliana, Sabino. Os laços afetivos: o reconhecimento jurídico dos ilegítimos como herança do Direito Português. 2013, p. 1-12 XXXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social Estado, Sociedade e Mercados num Mundo Global. **Anais**, Portugal, Disponível em: <http://www3.eeg.uminho.pt/aphes33/Comunica% E7% F5es/Simonato.pdf>

Teses, Dissertações e Monografias

ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860.**. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011, 70 f.

AMARAL, Isabela Guimarães Rabelo. **Resistência Feminina no Brasil Oitocentista: As Ações de Divórcio e Nulidade de Matrimônio no Bispado de Mariana**–Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. 2012.

COSTA, Odaléia Alves da Costa. **O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881).** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, 210p.

DOURADO, Larissa Bagano. **Mulheres Libertas na Cidade da Parahyba: relações familiares e vivências sociais, 1833-1860.** Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba , João Pessoa, 2014.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. **Famílias e laços de solidariedades negras:** parentesco da população parda e semibranca da cidade da Parahyba do Norte (1833-1860). Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba , João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, Luiza Iolanda cortez de. **Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na Cidade da Paraíba oitocentista.** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014, 193f.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **Circulação de Livros, Compêndios e artefatos escolares pelos espaços de venda e leitura na Cidade da Parahyba (1822-1889).** Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, 84f.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. 416f.

SEGAL, Myraí Araújo. *Nas Teias do Poder: As Elites Paraibanas e a Construção do Estado Nacional Brasileiro (1840-1889)*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014, 72f.

Espaços da autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba João Pessoa, 2017, 225 f.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. **A trajetória d’O Repúblco no fim do Primeiro Reinado e início da Regência: Discursos Impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832).** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, 173f.

SOUZA, Thiago Oliveira de. **A Instrução Paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889).** Monografia (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, 57f.

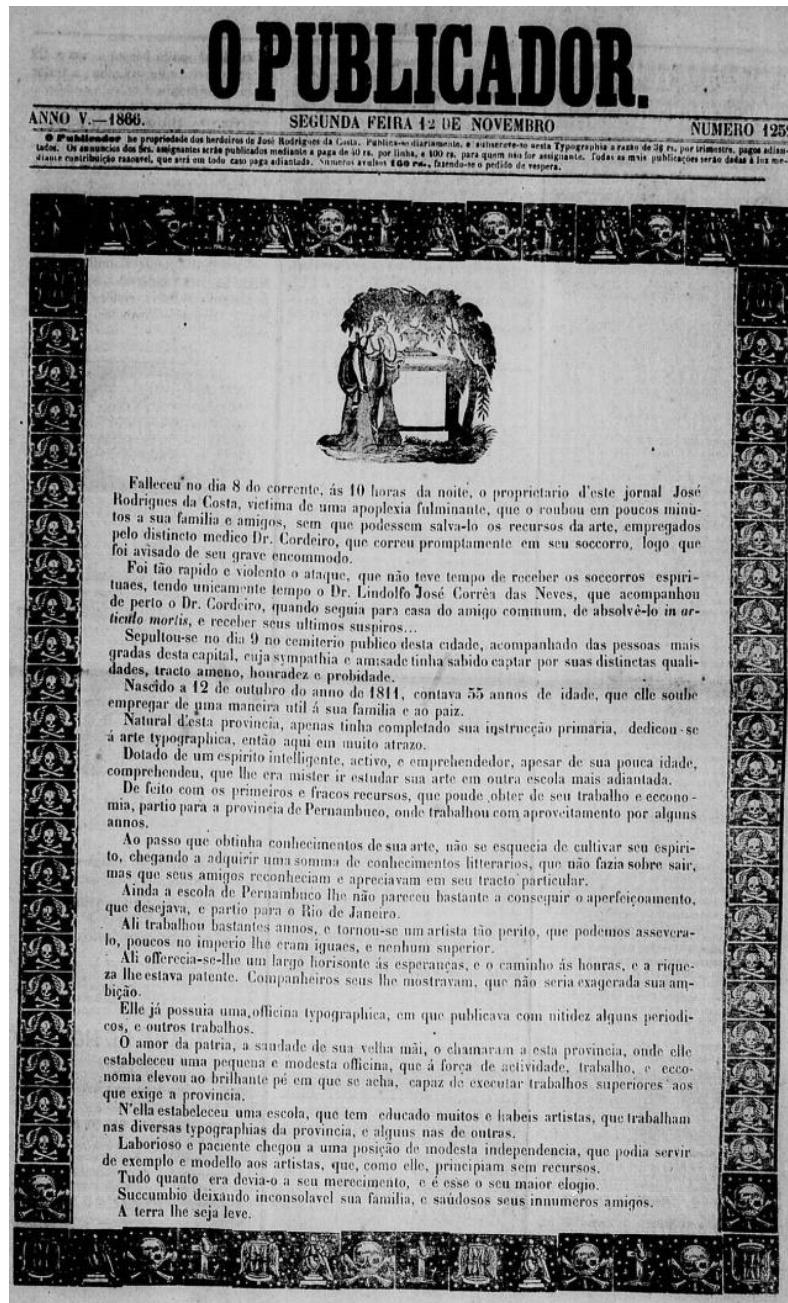
Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte: cultura educacional e culturas políticas nos anos de 1880. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2013.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

VITORINO, Artur José Renda. **Processo de Trabalho, Sindicalismo e Mudança Técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858- 1912.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, 1995, 245 f.

6 ANEXOS

6.1 ANEXO A- IMAGEM DA NOTA PÓSTUMA PRESENTE NO EXEMPLAR DO JORNAL *O PUBLICADOR* DE 12 DE NOVEMBRO DE 1866



Fonte: *O Publicador* (12 de novembro de 1866, ano V, n.1252).

Disponível em: www.memoria.bn.br

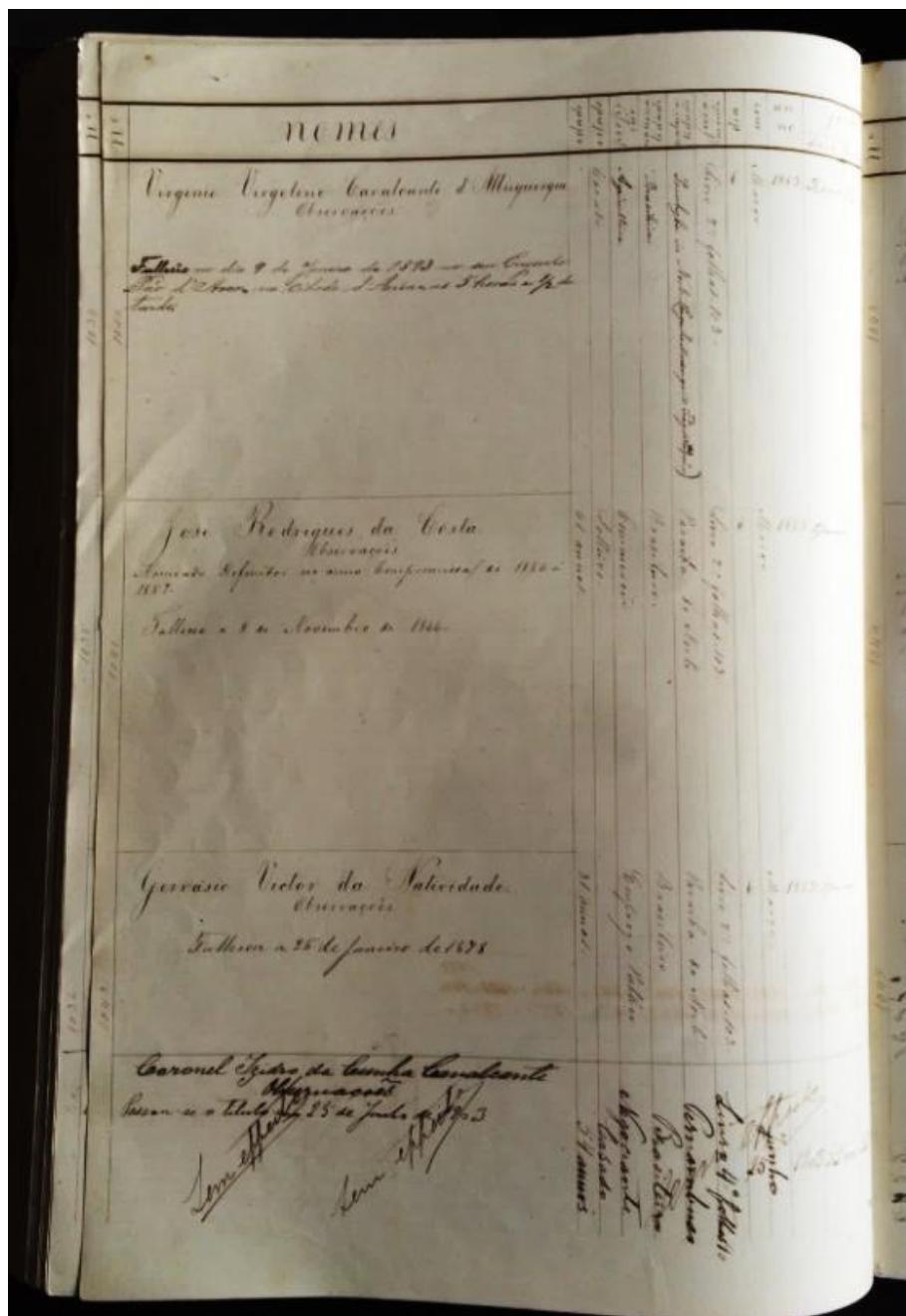
6.2 ANEXO B - LIVRO DOS IRMÃOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 28 DE NOVEMBRO DE 1872.

Aos 28 do mez de Novembro de mil oitocentos e setenta dois, no Consistorio da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Cidade da Parahyba do Norte, declaro, que, achando-se matriculados, de ordem da Provedoria, neste livro dados os Irmãos d'esta Santa Casa, desde sua fundação, cujos traços forão encontrados em cadernos, livros, e folhas soltas, que existião no archivo, podendo acontecer, que tenhão escapado alguns, dos quaes não ficou a menos memoria. Por termo de declaração que se acha lançado no Livro primeiro dos termos de juramento a ____ , vê-se, que a sete de Agosto de mil seiscentos e noventa seis a Meza mandou trasladar de um livro velho que já estava muito damnificado, os nomes de todos os Irmãos vivos e mortos. Não foi possível guardar como todo rigor a ordem cronológica, em vista da irregularidade da escripturação, e falta das devidas declarações nos assentos, que forão encontrados. Por essa mesma razão não, se achão completas todas as declarações mandadas fazer pela Provedoria, devendo-se esperar, que, cumprida a ordem do Provedor, os ouvidores não tenhão igual reparo a fazer nos assuntos dos Irmãos, que d'ora avante forem encontrando, e ____ a melhor vida. E para constar levarei o presente termo. Eu José Marques Camacho Escrivão da Irmandade e escrevi e assignei.

O Escrivão

José Marques Camacho

6.3 ANEXO C- IMAGEM DA FOLHA QUE CONTÉM INFOMAÇÕES SOBRE JOSÉ RODRIGUES DA COSTA NO LIVRO DOS IRMÃOS DA MISERICÓRDIA.



Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

7 APÊNDICES

APÊNDICE A- Jornais e periódicos impressos na Typ. de José Rodrigues da Costa localizados nos arquivos pesquisados.		
Arquivo Privado Maurílio de Almeida	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional	Jornais e Folhetins literários na Paraíba do séc. XIX.
<i>Correio Official Parahybano</i> , n.50, 25 de junho de 1849.	<i>A Ordem</i> , dos anos de 1849, 1850 e 1851. Exemplares do n.1 ao n.60.	<i>A Ordem</i> , n.62, 4 de agosto de 1851.
<i>A Ordem</i> , n.62, 4 de agosto de 1851.	<i>Alva Jornal Litterario</i> dos números I ao VI de 1850.	<i>Alva Jornal Litterario</i> dos números I ao VI de 1850.
<i>Jornal da Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba</i> , n.1, 1 de agosto de 1853.	<i>O Governista Parahybano</i> 1850 e 1851.	<i>O Governista Parahybano</i> 1850 e 1851.
<i>O Parahybano</i> , n.20, 15 de dezembro de 1855.	<i>O Parahybano</i> , n.19, 12 de dezembro de 1855.	<i>A Epoch</i> , 17 de setembro, n.72, de 1856.
<i>A Epoch</i> , n.72, 17 de setembro de 1856.	<i>O Imparcial</i> , n.80, 15 de abril de 1861.	<i>Diario da Parahyba</i> , n.58, 5 de março de 1862.
<i>O Imparcial</i> 1860 e 1861.	<i>Diario da Parahyba</i> , n.58, 5 de março de 1862.	<i>O Imparcial</i> , n.80, 15 de abril de 1861.
<i>O Publicador</i> 1862.	<i>O Publicador</i> 1864 a 1869.	<i>O Publicador</i> , 04 de março de 1864.
<i>Correio Official Parahybano</i> , n.50, 25 de junho de 1849.	<i>A Ordem</i> , dos anos de 1849, 1850 e 1851. Exemplares do n.1 ao n.60.	<i>A Ordem</i> , n.62, 4 de agosto de 1851.
<i>A Ordem</i> , n.62, 4 de agosto de 1851.	<i>Alva Jornal Litterario</i> dos números I ao VI de 1850.	<i>Alva Jornal Litterario</i> dos números I ao VI de 1850.
<i>Jornal da Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba</i> , n.1, 1 de agosto de 1853.	<i>O Governista Parahybano</i> 1850 e 1851.	<i>O Governista Parahybano</i> 1850 e 1851.
<i>O Parahybano</i> , n.20, 15 de dezembro de 1855.	<i>O Parahybano</i> , n.19, 12 de dezembro de 1855.	<i>A Epoch</i> , 17 de setembro, n.72, de 1856.

Fonte: Quadro elaborado pela autora mediante jornais localizados nos arquivos supracitados.